



Oswaldo Rodrigues Cabral: memória e atualidade

Organizadoras
Sônia Weidner Maluf
Ana Lídia Campos Brizola

EDIÇÕES
do BOSQUE

UFSC/CFH/NUPPE



Oswaldo Rodrigues Cabral: memória e atualidade

Organizadoras
Sônia Weidner Maluf
Ana Lídia Campos Brizola

Florianópolis
2020

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária
da Universidade Federal de Santa Catarina

O86 Oswaldo Rodrigues Cabral [recurso eletrônico] : memória e atualidade /
organizadoras Sônia Weidner Maluf, Ana Lídia Campos Brizola. – Florianópolis :
Edições do Bosque UFSC/CFH/NUPPE, 2020.
116 p.

E-book (PDF)

Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/104796>

ISBN 978-65-991949-2-4

1. Cabral, Oswaldo R. (Oswaldo Rodrigues), 1903-1978. 2. Universidade Federal
de Santa Catarina. Museu de Arqueologia e Etnologia. I. Maluf, Sônia Weidner.
II. Brizola, Ana Lídia Campos. III. Colóquio Oswaldo Rodrigues Cabral 110 anos:
memória e notícia (2013 : Florianópolis). IV. Título.

CDU: 929

Elaborada pelo bibliotecário Fabrício Silva Assumpção – CRB-14/1673

Capa e Projeto gráfico: Martina Hotzel



Creative Commons License

Todo o conteúdo da obra está licenciado sob uma Licença Creative Commons BY 4.0

**Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Gestão 2017-2020**

Direção

Prof^a. Miriam Furtado Hartung

Vice-Direção

Prof. Rogério Luiz de Souza

Núcleo de Publicações

Ana Lídia Campos Brizola e Paulo Pinheiro Machado

O NUPPE/CFH foi criado em 2001 com o objetivo de consolidar os periódicos do CFH.

Em 2013, ao acolher o MARquE em sua estrutura, o CFH assumiu também o compromisso com a retomada dos Anais do Museu, interrompida em 1992.

Os periódicos do NUPPe contam com Comissões de política editorial próprias e Conselho Científico constituído por pesquisadores de diversas áreas das Ciências Humanas.

Endereço : Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina. Campus Universitário. Trindade. CEP 88040-970 Florianópolis - SC, Brasil

<http://nuppe.ufsc.br/>

E-mail: nuppe@contato.ufsc.br

Oswaldo Rodrigues Cabral: memória e atualidade

Conselho Editorial

Arno Wehling - Universidade do Estado do Rio de Janeiro e UNIRIO

Edgardo Castro - Universidad Nacional de San Martín, Argentina

Fernando dos Santos Sampaio - Universidade Estadual do Oeste do Paraná

José Luis Alonso Santos - Universidad de Salamanca

Jose Murilo de Carvalho - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Leonor Maria Cantera Espinosa - Universidad Autonoma de Barcelona

Marc Bessin - École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris

Marco Aurélio Máximo Prado - Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	
OSWALDO RODRIGUES CABRAL: MEMÓRIA E ATUALIDADE.....	01
Sônia Weidner Maluf e Ana Lídia Brizola	
O PROCESSO DE CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA ANTROPOLOGIA NA UFSC: O LEGADO DO PROF. OSWALDO RODRIGUES CABRAL.....	03
Maria José Reis e Teresa Domitila Fossari	
OSWALDO RODRIGUES CABRAL E A FORMAÇÃO DA <i>INTELLIGENTSIA</i> CATARINENSE.....	38
Rogério Ferreira Guerra	
OSWALDO RODRIGUES CABRAL: FACETAS DE SUA VIDA PÚBLICA.....	59
Janice Gonçalves	
UM DOS ÍCONES MAIS IMPORTANTES DA HISTÓRIA DE SANTA CATARINA: OSWALDO RODRIGUES CABRAL.....	68
Patrícia de Freitas	
CABRAL: O MONGE, A CRUZ E O TECIDO.....	79
Paulo Pinheiro Machado	
MONGE JOÃO MARIA: OS SUJEITOS POR TRÁS DA CRENÇA.....	86
Alexandre Karsburg	
OSWALDO RODRIGUES CABRAL: DA MEDICINA À ANTROPOLOGIA EM SANTA CATARINA.....	97
Anamaria Beck	
PROFESSOR OSWALDO RODRIGUES CABRAL, UM CONSTRUTOR DA UFSC - ALGUMAS REMINISCÊNCIAS.....	102
Gerusa Maria Duarte	
DA FAZENDA AO INSTITUTO: UM DEPOIMENTO.....	107
Sara Regina Poyares dos Reis	

APRESENTAÇÃO

Oswaldo Rodrigues Cabral: memória e atualidade

Sonia Weidner Maluf e Ana Lúcia Brizola

Esta coletânea tem como origem o Colóquio “Oswaldo Rodrigues Cabral – 110 anos: memória e notícia”, realizado em outubro de 2013 no Museu de Arqueologia e Etnologia da UFSC (MARquE).

Os trabalhos apresentados no colóquio, reunidos aqui, resgatam memórias, trazem reflexões sobre a trajetória e a contribuição de Cabral na formação da antropologia e da arqueologia em Santa Catarina, na criação do Museu Antropológico, atual Museu de Arqueologia e Etnologia da UFSC (MARquE), e analisam as contribuições de seus estudos sobre folclore, história da medicina e historiografia catarinense.

Inicialmente eles deveriam ter sido publicados em um número especial de relançamento dos Anais do Museu, publicados entre 1965 e 1992. Os Anais surgiram com o Instituto de Antropologia da UFSC, na década de 1960. O Instituto foi a primeira instituição de caráter antropológico do estado de Santa Catarina e do Sul do país e seus Anais, ao longo de 24 anos, foram um veículo de socialização de documentos diversos, das pesquisas desenvolvidas no âmbito do Instituto e também por pesquisadores nas áreas de Arqueologia e Antropologia do país e do exterior que, de alguma forma, se relacionaram com o Instituto e com o museu. Infelizmente, por uma série de dificuldades não foi possível relançar os Anais, e optamos por publicar a coletânea na forma de e-book pelas Edições do Bosque, possibilitando assim o acesso amplo da comunidade ao rico material do colóquio.

O artigo que abre a coletânea, de Maria José Reis e Teresa Fossari, traz uma densa e detalhada descrição do legado de Cabral na trajetória institucional da antropologia na UFSC, como também da arqueologia e do museu – atual Museu de Arqueologia e Etnologia. A fundação do Instituto de Antropologia da UFSC, na década de 1960, é considerada pelas autoras um marco fundamental na história do campo antropológico da UFSC e suas áreas adjacentes.

Rogério F. Guerra descreve a trajetória de vida, formação profissional e obra de Oswaldo Cabral e sua contribuição para a formação de instituições acadêmicas como a Faculdade Catarinense de Filosofia e o Instituto de Antropologia da UFSC.

A seguir, partindo das várias facetas da vida pública de Oswaldo Cabral, de médico, historiador, professor, folclorista, estudioso do patrimônio cultural, mas também político, Janice Gonçalves traz uma análise de sua produção em torno da história da medicina e dos serviços de saúde de Santa Catarina.

Patricia Freitas traça a trajetória de reconhecimento da obra de Cabral no campo da historiografia catarinense a partir de uma leitura de seus comentaristas e críticos. Para a autora, se de um lado seus trabalhos se tornaram incontornáveis no estudo da história de Santa Catarina, de outro é necessário questionar a falta de contextualização e a leitura acrítica de seus escritos.

A relevância dos trabalhos de Cabral nos estudos sobre o Contestado e sobre o Monge João Maria, é analisada por Paulo Pinheiro Machado, com foco no livro *João Maria: interpretação do Contestado* (1960), posteriormente republicado como *A campanha do Contestado* (1970), e a influência de seus estudos sobre os pesquisadores do tema.

Também dialogando com os estudos de Cabral sobre o Contestado, Alexandre Karsburg enfrenta as dificuldades de acesso às fontes históricas, entre documentais e orais, para rastrear a tradição de São João Maria, desde o primeiro monge andarilho tornando santo no século XIX, aos outros monges que assumiram a identidade de João Maria.

Os textos que seguem trazem ricas descrições, memórias e testemunhos da convivência com Cabral, sua atuação na UFSC, inclusive em momentos políticos delicados na história da instituição e do país.

Anamaria Beck resgata sua convivência com Cabral como estudante e pesquisadora no Instituto de Antropologia, para trazer de modo detalhado elementos de sua trajetória acadêmica e científica, mas também de sua atuação política diante da repressão e perseguição de estudantes e professores durante a ditadura.

A partir de um exercício de reminiscência de seus anos de convivência com Oswaldo Cabral como aluna e atuando em pesquisas arqueológicas junto ao Instituto de Antropologia na década de 1960, Gerusa Maria Duarte traz informações e detalhes muito ricos da trajetória de Cabral, junto à UFSC.

Para finalizar, temos o depoimento de Sara Poyares dos Reis, historiadora e também sobrinha de Cabral, tendo acompanhado de perto o tio nos primórdios da criação do Instituto de Antropologia.

Gostaríamos de finalizar fazendo uma homenagem a Teresa Fossari, arqueóloga, pesquisadora e diretora do MArquE entre 1992 e 1996 e entre 2008 e 2013, que nos deixou em abril de 2018. A trajetória de vida e de trabalho de Teresa se confunde com a história do MArquE e da pesquisa arqueológica em Santa Catarina, tendo feito pesquisas de grande importância e reconhecimento no campo da arqueologia catarinense. É a ela que dedicamos esta coletânea.

O PROCESSO DE CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA ANTROPOLOGIA NA UFSC: O LEGADO DO PROF. OSWALDO RODRIGUES CABRAL

Maria José Reis e Teresa Domitila Fossari

Maria José Reis atualmente é professora aposentada da UFSC e da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI) e pesquisadora voluntária da UFSC.

Teresa Domitila Fossari é arqueóloga. Foi pesquisadora e diretora do Museu Universitário professor Oswaldo Rodrigues Cabral/UFSC.

O PROCESSO DE CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA ANTROPOLOGIA NA UFSC: O LEGADO DO PROF. OSWALDO RODRIGUES CABRAL

Maria José Reis e Teresa Domitila Fossari

A antropologia catarinense e sua projeção em nível nacional e internacional tem um débito inquestionável para com o prof. Oswaldo Rodrigues Cabral, débito que tem sido lembrado e celebrado frequentemente na UFSC, como na homenagem da qual tivemos o privilégio de participar, voltada para a celebração dos 110 anos de seu nascimento².

Este texto tem como objetivo reproduzir e ampliar nossa apresentação no referido evento, através de uma breve retrospectiva da criação e consolidação da antropologia e áreas afins na UFSC, de modo especial sobre a iniciativa de nosso homenageado, de criar, em meados da década de 1960, o então "Instituto de Antropologia". Foi este investimento pioneiro um marco fundamental, tanto na história do que veio a ser nomeado recentemente - após várias outras denominações³ - de "Museu de Arqueologia e Etnologia Oswaldo Rodrigues Cabral" (MARquE), quanto do próprio Departamento de Antropologia.

A partir de 1936, o prof. Oswaldo Rodrigues Cabral estabeleceu-se em Florianópolis, dando continuidade às suas atividades de médico, atuando também como político e intensificando sua produção bibliográfica. Em 1955 deu início a suas atividades acadêmicas, após concurso de livre docência para a Faculdade de Direito, onde passou a lecionar medicina legal (HALFAP, 1973). Neste mesmo ano, conforme Santos (2006), foi criada e instalada a "Faculdade Catarinense de Filosofia", e teve início o ensino de antropologia, por meio de três disciplinas lecionadas para os cursos de história e geografia. Ao prof. Cabral, que participara ativamente do grupo que constituiu a referida faculdade, coube a disciplina de antropologia cultural⁴, tendo em vista seu interesse em pesquisar temáticas relacionadas à cultura popular, parte delas rotuladas frequentemente como "folclóricas"⁵. A rigor, portanto, o protagonismo do prof. Cabral em relação à antropologia teve ini-

1 Este débito se estende a seu principal discípulo - Prof. Sílvio Coelho dos Santos - que deu continuidade a suas iniciativas. Contudo, como destacam Leite e Langdon (2009), e como tivemos a oportunidade de testemunhar, o Prof. Sílvio, em diferentes momentos, destacou a importância de Oswaldo R. Cabral como professor, "mestre", e de fato como o "fundador" da Antropologia na UFSC.

2 Agradecemos à Prof^a Sônia Weidner Maluf, atual Diretora do MARquE, o convite e a oportunidade de participarmos desta homenagem.

3 Museu de Antropologia (1970); Museu Universitário (1978); Museu Universitário Oswaldo Rodrigues Cabral (1993); e Museu de Arqueologia e Etnologia Oswaldo Rodrigues Cabral (2012).

4 As demais disciplinas - Etnografia Geral e do Brasil e Antropologia Física - foram destinadas, respectivamente, a Alvino Bertoldo Braun, padre Jesuíta, professor de História Natural no Colégio Catarinense, e a Jaldyr Faustino da Silva, cuja área de atuação no Instituto Estadual de Educação era História do Brasil. Quando da criação da UFSC, em 1960, professores passaram a ser responsáveis por outras disciplinas do Curso de História e de Geografia.

5 Dentre os inúmeros trabalhos do Prof. Cabral sobre cultura popular, identificados, deste modo, com o que veio a ser rotulado de "história cultural" (CHARTIER, 1991; BURKE, 2005), marcada por uma significativa identificação com a Antropologia, Halfpap (1973) destaca alguns deles explicitamente nomeados como folclóricos, tais como "Folclore do jogo do bicho" (CABRAL, 1953), "Cultura e folclore" (CABRAL, 1954), e a "A medicina teológica e as benzeduras: suas raízes na História e sua persistência no folclore" (CABRAL, 1958). Explica-se, assim, a filiação do Prof.

cio muito antes de lecionar essa disciplina na UFSC. Além da publicação de obras especificamente voltadas para essa área de conhecimento tratou de temas de caráter antropológico em outras obras, com base em suas próprias pesquisas e em sua produção genericamente considerada como "historiográfica" (HALFPAP, 1973).

A criação da UFSC, em dezembro de 1960, reunindo as várias faculdades já existentes, dentre elas a de filosofia, que passou a ser denominada "Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras", provocou várias mudanças curriculares nos cursos existentes. Em decorrência, o prof. Cabral passou a ser responsável, como catedrático, pelas disciplinas de antropologia cultural e etnografia⁶. Inicia-se aí seu protagonismo e empenho na efetivação de um verdadeiro projeto para a consolidação da antropologia na UFSC, voltado, de início, para a formação de uma equipe destinada à pesquisa e ao ensino deste campo disciplinar.

Santos (1998, p. 15) relatou que a elaboração do documento intitulado *Proposta de criação de um Instituto de Antropologia* (CABRAL; PIAZZA; SANTOS, 1964)⁷, contendo uma detalhada exposição de motivos para sua criação, decorreu do pouco espaço disponível para cadeira de antropologia, associado à percepção de que as atividades de pesquisa eram essenciais para a jovem universidade. O conteúdo desse documento foi, de certo modo, ampliado no discurso proferido pelo prof. Cabral (1969), quando da inauguração do prédio definitivo do instituto. Estes dois documentos fornecem os elementos fundamentais da argumentação que daria legitimidade a este novo órgão da UFSC. Dentre eles, destacam-se a necessidade de buscar apoio institucional para a formação e ampliação da equipe de professores e pesquisadores em antropologia e áreas afins, bem como a garantia de espaço físico e de equipamentos adequados para a efetivação de pesquisas, voltadas para o conhecimento da realidade antropológica catarinense.

Como suporte para a necessidade de ampliação das pesquisas, em ambos os documentos é destacada, em primeiro lugar, a riqueza do patrimônio arqueológico catarinense. Conforme Cabral et al. (1964), "É sabido que o patrimônio arqueológico de Santa Catarina, pelo seu dimensionamento, é ímpar, no Brasil, o que justifica toda e qualquer plano que se trace e execute para difundi-lo e estudá-lo". A argumentação sobre a importância da pesquisa dos sambaquis e demais sítios arqueológicos é significativamente ampliada no discurso de Inauguração do Instituto (CABRAL, 1969), a começar pela referência a pesquisadores nacionais e internacionais, como Castro Faria do Museu Nacional do Rio de Janeiro, Wirchow, Wiener, Lacerda, e Bigarella⁸ que a ela se dedicaram. Lê-se, mais adiante,

[...] *dentre nós, apenas o Pe. João Alfredo Rohr⁹ realizava pesquisas idênticas, logo seguido pelo prof. Walter F. Piazza, então nosso colaborador e hoje ocupante da cátedra de História da América daquela Faculdade. [...] frente a tudo isto, não poderíamos ficar de braços cruzados, dentro de uma Universidade, ocupante justamente da Cadeira de Antropologia, a contemplar toda esta atividade, toda esta científica preocupação* (CABRAL, 1969, p. 105).

Cabral - dentre as muitas instituições culturais e científicas as quais pertenceu - à Comissão Catarinense de Folclore; Sociedade Brasileira de Folclore; Asociación Tucumana de Folclore; Sociedade Espanhola de Etnografía e Folclore de Madrid; e a Sociedade Peruana de Folclore.

6 Os demais professores que lecionavam disciplinas de Antropologia passaram a ser responsáveis por outras disciplinas no Curso de História e Geografia.

7 Publicada em Santos (2006).

8 Faz menção, ainda, ao fato de que um dos referidos sambaquis "foi longamente escavado pela nossa equipe, sob a supervisão do Prof. Wesley Hurt, da Universidade de Indiana [...] uma das maiores autoridades no assunto, e que aqui passou trabalhando com os arqueólogos do nosso Instituto cerca de quatro meses" (CABRAL, 1969, p. 106).

9 O reconhecimento sobre a importância das pesquisas realizadas por Rohr e o diálogo entre ambos, além de ressaltado neste documento, é evidenciado nas homenagens a ele prestadas nos Anais do Museu de Antropologia (1984), quando de seu falecimento, e destacada, entre outros, por Reis e Fossari (1984 e 2009), e por Fossari (2001 e 2004).

Complementando essa argumentação, segue, em ambos os documentos, a ênfase na urgência em preservar e pesquisar os sítios arqueológicos, levando em consideração sua constante destruição. Assim é que, conforme os signatários da citada proposta de criação do Instituto de Antropologia, seu estudo por parte da UFSC, “tem que ser efetivado dentro do mais breve espaço de tempo possível, à vista da destruição, seja pela exploração industrial¹⁰ [...], seja pela destruição praticada pelo próprio poder público, através de seus órgãos rodoviários, para aproveitamento no revestimento das estradas” (CABRAL *et al.*, 1964, p. 1).

Um segundo forte argumento para a necessidade da criação do Instituto de Antropologia diz respeito à presença de grupos indígenas, em Santa Catarina, a demandar a atenção de estudos antropológicos. Como afirmam Cabral *et al.* (1964, p. 2), “as populações tribais de Santa Catarina [...] embora alvo de estudos de Antropologia Social, por parte da Cadeira de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras¹¹, precisam ser estudadas global e exaustivamente”. Elas “são os últimos vestígios dos nossos silvícolas que escaparam à sanha dos bugreiros” (CABRAL, 1968, p. 109).

Em seu discurso da inauguração das novas instalações do Instituto, o prof. Cabral (1968) acrescenta, em termos da realidade empírica catarinense que demandava estudos antropológicos, o fato de que “mosaico das mais variadas etnias, o nosso Estado se apresenta como interessante campo para estudos de Antropologia Cultural e Social, já que os fenômenos aculturativos se comportam da mais variada diversificação”. Registra-se, a seguir, no referido discurso, a reiteração e a síntese da argumentação anterior, nos seguintes termos:

Ora, com tais campos de estudos, [...] não nos era possível, detentores de uma Cátedra de Antropologia de uma Universidade, manter uma atitude apenas contemplativa, embora cômoda, à vista dos numerosos problemas que poderiam ser enfrentados pela Cátedra, desde que equipada de material humano especializado. [...] Foi assim que partimos para a criação de um Instituto, que deixasse de ser bitolado pelas exigências mínimas de um currículo escolar, para situarmo-nos no eixo de um horizonte amplo que permitisse as pesquisas (CABRAL, 1968, p. 110).

Acrescenta, ainda, no seu pronunciamento, referências às melhorias do prédio, que foi “reconstruído” para abrigar o Instituto, à equipe por ele selecionada para dele fazer parte, e aos equipamentos que foram adquiridos.

Por último, além de detalhados agradecimentos, o prof. Cabral tece considerações sobre uma visita do então Reitor da UFSC, prof. João D. Ferreira Lima, a um Instituto de Antropologia de Natal, sob a gestão do prof. José Cabral de Carvalho. Sobre essa visita, afirma: “Foi ali que nosso Reitor encontrou o entusiasmo que dele esperávamos para levar esta obra adiante” (CABRAL, 1968, p.110). Acrescenta, ainda, as mais enfáticas observações sobre as expectativas de que sua herança tivesse continuidade, ao afirmar o que segue:

Certamente não poderemos realizar o que Cabral de Carvalho constrói. Nem fazer do nosso Instituto o que Gilberto Freyre pôde fazer em Pernambuco com o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. [...] Mas temos a satisfação de dizer que pudemos preparar a terra para que nela deitasse o nosso Reitor a semente que os nossos companheiros de trabalho cuidarão para que cresça

10 Embora genericamente estivessem sendo feitas referências a vários tipos de sítios arqueológicos – citados literalmente por Cabral (1968) – essas últimas observações referem-se aos “sambaquis”. Por serem constituídos de montes de conchas, e de outros restos de fauna marinha, estariam sendo, no Brasil, os mais drasticamente explorados economicamente e destruídos, a despeito da Lei n. 3.924, de 1961, do Governo Federal.

11 Referência feita aos trabalhos que vinham sendo desenvolvidos pelo prof. Sílvio Coelho dos Santos, os quais deram início à sua vasta literatura antropológica.

e se aproxime daqueles dois centros de pesquisa que serão para nós padrão e modelo (CABRAL, 1968, p. 111).

As atividades no Instituto, criado por meio da Resolução n. 089, de 30 de dezembro de 1965, foram iniciadas em suas novas instalações no segundo semestre de 1967, voltadas para as finalidades a que se propunha em seu Estatuto¹². Como afirma Santos (1998, p. 15), “o Instituto era referência não só nacional, mas também internacional. Um ambiente que se transformou numa espécie de ilha no cenário da Universidade, que naquele tempo era bastante pequeno; [...] uma ilha de excelência. Excelência no sentido de bom ensino, de boa pesquisa”.

Encaminhamentos para a criação e instalação do Instituto de Antropologia

O investimento preliminar para a futura instalação do Instituto de Antropologia, destinado à formação de uma equipe voltada para a pesquisa e o ensino nesta área disciplinar, teve início, de fato, desde a constituição da Cadeira de Antropologia, em 1961. Este investimento foi inicialmente concretizado através do convite do prof. Cabral ao prof. Walter Piazza – que já era seu auxiliar de ensino nas aulas de História de Santa Catarina, e iniciara pesquisas arqueológicas, – para responder pela disciplina de Etnografia, ministrada nos Cursos de História e Geografia. Em dezembro desse mesmo ano, o prof. Cabral assumiu a direção da recém-criada Faculdade de Filosofia. Assoberbado com as novas tarefas relativas à gestão administrativa da Faculdade, convidou para ser seu auxiliar de ensino na disciplina de Antropologia Cultural, o licenciado no curso de História, seu ex-aluno Sílvio Coelho dos Santos.

A ambos os auxiliares de sua Cátedra foi garantida a oportunidade de obterem formação específica em determinadas áreas de Antropologia. A Walter Piazza, para frequentar um curso de especialização em Arqueologia ministrado pela arqueóloga francesa, Annette L. Emperaire, realizado em Curitiba, em 1962¹³. Nesse mesmo ano, a Sílvio C. dos Santos, para a realização de um Curso de Especialização em Antropologia Social, no Museu Nacional do Rio de Janeiro (da antiga Universidade do Brasil), sob a coordenação do prof. Roberto Cardoso de Oliveira¹⁴. Ao retornar, em 1964, deu continuidade a suas pesquisas e atividades didáticas e a sua titulação em Antropologia, além de participar da iniciativa do prof. Cabral, juntamente com o prof. Piazza, de criar o “Instituto de Antropologia”¹⁵.

O estímulo e a “abertura de portas” para a formação em Antropologia e áreas afins teve continuidade para um conjunto de outros ex-alunos do prof. Cabral que demonstravam bom desem-

12 Publicado nos Anais do Instituto de Antropologia (1968).

13 Foi este curso, conforme Santos (1998), que lhe garantiu o convite para participar do “Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas” (PRONAPA), criado em 1964, e coordenado pelos arqueólogos Betty Meggers e Clifford Evans, do Smithsonian Institution de Washington. Com essa participação, realizou importantes pesquisas arqueológicas em Santa Catarina, identificando inúmeros sítios antes desconhecidos. Após sua participação neste Programa, deixou de lecionar a disciplina de Etnografia, vinculando-se ao Departamento de História da UFSC, dedicando-se, sobretudo, a pesquisas nesta nova área de conhecimento.

14 Desenvolveu como trabalho final do Curso de Especialização o projeto “Os grupos Jê em Santa Catarina”, que serviu de base às pesquisas para sua tese de doutorado (SANTOS, 1973), e para pesquisas posteriores, resultando em inúmeras publicações sobre a problemática indígena brasileira, inclusive em sua tese de livre docência (SANTOS, 1975), bem como em seu engajamento político nas causas indígenas (SANTOS, 1989). Esse engajamento materializou-se na atenção e auxílio que a eles prestou em suas lutas, e pelos muitos eventos que organizou, de modo especial aqueles envolvendo inclusive profissionais da área jurídica, em torno da problemática relativa a seus direitos territoriais (SANTOS, 1983, 1985).

15 Paralelamente, a partir da lotação dos professores de Antropologia no Departamento de Sociologia, em 1970, e da aposentadoria do Prof. Cabral (1973) foi, também, o principal protagonista de todas as iniciativas para a consolidação da Antropologia na UFSC, como veremos mais adiante.

penho e especial interesse nas aulas da Cadeira de Antropologia. Em 1964, foi a vez de *Marcelio Dias dos Santos*, ao estagiar por dois anos no setor de Antropologia Social do Museu Nacional do Rio de Janeiro¹⁶, seguido de outro estágio na Escola Nacional de Antropologia e História (México). Em 1965¹⁷, *Gerusa Maria Duarte*, graduada em Geografia, passou a realizar estágio no Instituto de Geologia da Universidade Federal do Paraná, com a finalidade de participar nas pesquisas de arqueologia que já vinham sendo desenvolvidas pela equipe da Cadeira de Antropologia da UFSC¹⁸. Em 1966, *Anamaria Beck*, após a graduação em História – durante a qual já iniciara pesquisas de Arqueologia junto à Cadeira de Antropologia da UFSC – realizou um curso de Especialização em Arqueologia, igualmente no Museu Nacional do Rio de Janeiro, retornando para a UFSC em 1967¹⁹. Nessa data, *Luiz Carlos Halfpap*, que já participara durante o Curso de História nas pesquisas de campo do prof. Sílvio C. dos Santos, entre os Xokleng (1964 e 1965), foi encaminhado para estágio na Cadeira de Antropologia da USP, onde realizou posteriormente um curso de Especialização.²⁰ *Maria José Reis e Teresa Domitila Fossari*, autoras deste artigo, figuram também entre os discípulos do prof. Cabral, e dele receberam estímulo e a oportunidade de realizar estágios e posteriormente especialização em Arqueologia, tanto na UFSC, quanto em outras instituições acadêmicas. *Maria José Reis*, a partir do segundo ano do Curso de História (1965) passou a ser estagiária de Arqueologia, na Cadeira de Antropologia²¹. Em 1969-1970 cursou Especialização em Arqueologia Brasileira no Museu Paraense Emílio Goeldi. *Teresa Domitila Fossari*, por sua vez, após sua graduação em História na UFSC (1968) – durante a qual iniciou sua participação em pesquisas de Arqueologia desenvolvidas pela prof^a Anamaria Beck – realizou seu Estágio em Arqueologia no Instituto de Antropologia desta mesma Instituição, em 1969. A partir de 1970 realizou estágios e pesquisas

16 Seu retorno a Florianópolis ocorreu em 1968, passando a atuar no “Instituto de Antropologia”. Depois de outro afastamento temporário da UFSC, veio a exercer suas atividades acadêmicas na área de Sociologia, no então Departamento de Ciências Sociais desta Universidade.

17 Neste mesmo ano, Giralda Seyferth, graduada em História, foi encaminhada para o Museu Nacional do Rio de Janeiro, a fim de realizar uma Especialização em Antropologia Física, e a partir daí passou a fazer parte da equipe de pesquisadores daquele Museu.

18 Retornou à UFSC em 1969, continuando a participar das pesquisas em Arqueologia, das quais trataremos mais adiante, no então Instituto de Antropologia, assumindo também disciplinas de Antropologia nas novas turmas criadas após a Reforma Universitária de 1970, transferindo-se posteriormente (1975) para o Departamento de Geografia. A referida participação nas pesquisas de arqueologia resultou em várias publicações suas, dentre as quais Duarte (1969, 1971), e em coautoria com colegas do MA/UFSC (BECK et al., 1970; 1970 a). Resultou, também, em sua inestimável contribuição às pesquisas das autoras deste artigo, de modo especial nas que resultaram na Dissertação de Mestrado (REIS, 1980), e Tese de Doutorado (FOSSARI, 2004).

19 A partir de então, intensificou suas pesquisas arqueológicas no Instituto/Museu de Antropologia, que resultaram em várias publicações – individuais ou em colaboração com colegas e estagiários de Antropologia na UFSC. Um desses estudos foi apresentado como sua tese de doutorado (BECK, 1973), e outro para o concurso de Livre Docente da UFSC (BECK, 1974). Na segunda metade da década de 1970, passou a se dedicar, sobretudo, às pesquisas sobre pescadores artesanais do litoral de Santa Catarina, as quais resultaram – dentre várias outras publicações – de modo especial em sua tese para concorrer à categoria de Professor Titular da UFSC (BECK, 1979).

20 Retornou à UFSC em 1970, ingressando como docente de Antropologia no Departamento de Sociologia, assumindo atividades didáticas e dando continuidade a suas pesquisas no Museu de Antropologia. Como assinala Santos (2006), “Halfpap, que se destacava entre nós por sua capacidade crítica e consciência política, [...] tinha interesse em temas relacionados à cultura brasileira, às minorias indígenas e aos processos migratórios”, estes últimos de modo especial voltados para populações portuguesas de Açores e Madeira. Dentre suas várias publicações, além do texto já referido, destacamos outros a que tivemos acesso, publicados nos Anais do Instituto/Museu de Antropologia (HALFAP, 1971, 1972), e seu depoimento publicado na edição da PRCE/UFSC (1998). Após sua aposentadoria, em 1994, veio a falecer precocemente em 1999.

21 Participou em pesquisas de campo desde o início do estágio na Cadeira de Antropologia, de modo especial nas que foram desenvolvidas pela Prof^a Anamaria Beck. Ao retornar à UFSC, em 1971, ingressou como docente no então Departamento de Sociologia, continuando a desenvolver pesquisas em Arqueologia no MA. Desenvolveu aí a pesquisa que resultou em sua dissertação de Mestrado (REIS, 1980, 2007), passando posteriormente a se dedicar a outra temática da Antropologia, na qual desenvolveu sua tese de Doutorado (REIS, 1998).

na USP²², instituição em que permaneceu até 1981. Outros dois ex-alunos do prof. Cabral – *Alroino Baltazar Eble* e *Neusa Maria Sens Bloemer*, fizeram estágios e pós-graduação em diferentes áreas da Antropologia e se profissionalizaram como antropólogos na UFSC. *Eble*, que participara

22 Estágios realizados no Instituto de Biociências – Departamento de Zoologia, voltados para iniciação em malacologia; no Instituto de Pré-história e no Museu de Arqueologia e Etnologia. Retornou à UFSC em 1982, quando passou a atuar no MA como arqueóloga. Desde seu ingresso como pesquisadora no MA, até o presente, passou a ser responsável pelo setor de Arqueologia deste Museu, desenvolvendo inúmeras atividades nesta área de pesquisa, às quais retornaremos posteriormente, algumas das quais resultaram em sua dissertação de Mestrado e tese de Doutorado (FOSSARI, 1985; 2004).

de pesquisas do Pronapa, coordenado em Santa Catarina pelo prof. Piazza, foi convidado pelos Coordenadores desse Projeto para realizar um curso de especialização em Antropologia Geral, com ênfase em Arqueologia, na Pennsylvania State University, em 1969²³. Blomer, por sua vez, realizou estágio no MA/UFSC, em 1971. Estimulada igualmente pelo prof. Cabral e pelo prof. Sílvio C. dos Santos, dado seu interesse por Etnologia Indígena, realizou seu mestrado em Ciências Sociais na USP (BLOEMER, 1980), instituição em que, mais tarde, cursou, também, seu doutorado²⁴.

Os novos caminhos da Antropologia na UFSC

Na primeira edição dos Anais do Instituto de Antropologia da UFSC (1969) lê-se uma “Nota da Redação”, informando sobre “a mudança do nome do *Instituto* para *Museu de Antropologia*, a fim de que o organismo se enquadrasse dentro da estrutura da *Reforma Universitária* e pudesse manter as mesmas características de centro de ensino e pesquisa”. Essa Reforma, que ocorreu na UFSC em 1970, baseava-se na Lei 5.540/68, e no Decreto 64.824, de 15/07/1969 (SANTOS, 2006), decreto que extinguiu as antigas faculdades, eliminou as cátedras e os Institutos, criando centros e departamentos, encarregados do ensino e de pesquisas acadêmicas.

Vários foram os desdobramentos resultantes desta Reforma com repercussão no recém-criado Instituto. Além da alteração de sua designação, envolveu toda a sua equipe, suas atividades e programações, extensivas de modo especial às atividades do ensino de Antropologia. Em síntese, dentre as principais alterações no curso do desenvolvimento da Antropologia na UFSC, destaca-se, em primeiro lugar, a departamentalização do ensino e da pesquisa desta área de conhecimento; em segundo lugar, a mudança do *Instituto de Antropologia* para a condição de *Museu de Antropologia*.

A departamentalização da Antropologia

Esta departamentalização teve início com a lotação do prof. Cabral e sua equipe²⁵ no recém-criado Departamento de Sociologia, parte do também novo “Centro de Estudos Básicos²⁶. Como bem lembra Santos (2006), essa realocação implicou assumir funções docentes com uma carga consideravelmente alta, limitando, assim, as atividades de pesquisa e as possibilidades de ampliação da formação, cuja aprovação dependia do Departamento, apesar de as pesquisas continuarem sendo realizadas, até 1978, no IA – depois Museu de Antropologia (MA)²⁷.

23 Em 1971, quando de seu retorno à UFSC, contratado como docente em Antropologia, passou a desenvolver pesquisas de Arqueologia no Museu de Antropologia, que serão referidas mais adiante. Segundo Santos (2006, p. 61), embora seu principal interesse fosse a Arqueologia, “como estudante, aproveitou todas as oportunidades para participar de trabalhos de campo em Arqueologia e Etnologia”, vindo a falecer precocemente em 1990.

24 Foi contratada como docente em Antropologia pelo Departamento de Sociologia da UFSC, em 1974, desenvolvendo, entretanto, suas pesquisas no setor de Etnologia Indígena do Museu de Antropologia, tratadas mais adiante. A partir de meados de 1980 passou a participar em pesquisas sobre efeitos sociais de grandes projetos de desenvolvimento, voltados inicialmente para grupos indígenas – e posteriormente para pequenos produtores rurais – temática sobre a qual desenvolveu sua tese de doutorado (BLOEMER, 1998), dando continuidade, entretanto, a seu envolvimento acadêmico e atuação política com as questões relacionadas à etnologia indígena.

25 Essa equipe era composta dos professores Sílvio C. dos Santos, Anamaria Beck e Gerusa Duarte, com exceção do prof. Edson M. de Araújo, odontólogo, que retornou para seu departamento de origem.

26 Este Centro ficou responsável pelo ensino de disciplinas consideradas fundamentais, dentre as quais a Sociologia e a própria Antropologia (SANTOS, 2006), que foram agrupadas no referido Departamento, para os alunos dos vários cursos, além daqueles onde eram lecionadas anteriormente; no caso da Antropologia, o de História e Geografia; no de Sociologia, os cursos de Direito, Serviço Social, Ciências Econômicas e Filosofia.

27 Devido à crescente expansão das matrículas, logo de início foram contratados novos professores de Antropologia – Luiz Carlos Halfap e Margarida Davina Andreatta. Ainda para atender a nova demanda, no início da década de 1970, foram contratados Maria José Reis e

A partir da referida departamentalização, embora dividindo a direção do MA com as funções do novo espaço acadêmico, o prof. Sílvio assumiu definitivamente o protagonismo da consolidação do ensino e da pesquisa de Antropologia²⁸, antes desempenhado por seu “mestre” e mentor, prof. Cabral, garantindo continuidade à crescente afirmação desta área de conhecimento na UFSC. Uma série de iniciativas foi responsável pela consolidação da Antropologia na instituição: a continuidade ao estímulo para a formação de novos profissionais através de estágios no MA; estímulo à complementação da formação de seus colegas da UFSC; disponibilização de cursos de extensão ministrados por eminentes antropólogos nacionais e internacionais; realização, na UFSC, do Primeiro Encontro de Antropologia do Sul (1972); contribuição à reabertura da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), paralisada devido às restrições impostas pelo regime militar, graças à iniciativa de organizar, em 1974, sua IX Reunião.

Paralelamente, contando com a aprovação incondicional de seus colegas da área de Antropologia, o prof. Sílvio C. dos Santos iniciou consultas, ainda em 1972, a diversas instituições (SANTOS, 2006), em busca de apoio para a criação de um curso de pós-graduação na UFSC. Segundo ele próprio afirmou, depois de muitas discussões e críticas de parte dos professores de Sociologia, que estavam investindo na criação de um curso de graduação em Estudos Sociais, em 1975 sua iniciativa resultou na criação de uma licenciatura plena em Ciências Sociais. A partir desta primeira conquista, ainda que parcial, sucederam-se outras que marcaram definitivamente a trajetória exitosa do ensino e da pesquisa em Antropologia na UFSC, trajetória que contou, a partir do afastamento do prof. Cabral, com o protagonismo incontestado do prof. Sílvio, e com o empenho dos demais professores desta área disciplinar.

Assim foi que, em 1976, conseguiu-se aprovar no Departamento a implantação de um Curso de Especialização em Ciências Sociais, com concentrações em Antropologia e Sociologia. Depois de muitas tratativas, entre as quais a de liberação por parte da gestão da UFSC da contratação de professores visitantes para completar o quadro de professores de Antropologia, foi criado, em 1978, o Curso de mestrado em Ciências Sociais, também com a opção nas duas áreas do Curso de Graduação. Em 1985 foi aprovada a criação do Programa específico de Pós-graduação em Antropologia; em 1996²⁹ foi instalado seu próprio Departamento e contratados novos professores, culminando, em 1998, com a aprovação do doutorado em Antropologia Social.

Desde então, o Departamento de Antropologia tem ampliado sua área de atuação e abrangência, por meio da contratação de novos professores/pesquisadores; da criação e manutenção de novas linhas e núcleos de pesquisa; da publicação da *Revista Ilha*; da organização de eventos como as Reuniões da ABA Nacional e de Antropólogos do Mercosul; da gestão da ABA, que foi exercida pelo próprio prof. Sílvio (1992 a 1994), e por mais duas professoras deste Departamento³⁰. Tem, sobretudo, de acordo com Santos (2006), mantido comprometimento com seus alunos, e assumido responsabilidade social com a defesa dos direitos de diferentes minorias étnicas e de outros excluídos sociais.

A transformação do Instituto em Museu de Antropologia (MA/UFSC)

Os desdobramentos relativos ao recém-criado Instituto de Antropologia puderam ser identificados, já no final de 1970, na capa do n.3 de seus Anais, que a partir deste número passam a ser

Alroino B. Eble e, posteriormente, na mesma década, Neusa S. Bloemer e Maria Amélia Dickie.

28 Sua gestão no MA ocorreu de 1970 a 1975, dado o afastamento voluntário do prof. Cabral de suas funções acadêmicas de um modo geral, e sua posterior aposentadoria compulsória, por idade, em 1973.

29 Foi também nesta data que o prof. Sílvio criou o Núcleo de Estudos de Povos Indígenas, mesmo depois de sua aposentadoria na UFSC, em 1992, que dirigiu até semanas antes de seu precoce falecimento, em 2008.

30 Profas. Miriam Pillar Grossi e Carmem A. Moraes Rial.

Anais do Museu de Antropologia. Nele consta a indicação do nome do *Diretor do Museu*, como sendo o do "prof. Oswaldo Rodrigues Cabral" e, a seguir, a do *Diretor em Exercício*, "prof. Sílvio Coelho dos Santos". São, também, detalhadamente identificadas as mudanças ocorridas, a maioria delas transformadas em verdadeiros desafios, reiterados por diretores posteriores do novo *Museu*, como veremos mais adiante.

De fato, conforme Santos (2006, p. 40), às vésperas da aprovação da nova estrutura pelo CUN, numa situação de quase ultimato, o prof. Cabral foi avisado de que poderia salvar o Instituto de antropologia, caso aceitasse uma outra denominação. "Sem ter outro nome disponível, passamos a ser *Museu de Antropologia*". De imediato, o prof. Cabral solicitou ao reitor sua demissão do cargo de diretor do Instituto/Museu³¹. Entretanto, acrescenta Santos (*idem ibidem*), "Cabral não deixou diariamente de tomar conhecimento de todas as atividades do museu, auxiliando continuamente na solução dos problemas que a jovem equipe de professores enfrentava".

Além das já referidas observações do prof. Sílvio C. dos Santos sobre as consequências da Reforma Universitária para a área de Antropologia, chamam especial atenção as que seguem abaixo, em relação ao recém-criado MA/ UFSC.

[...] à ampliação do número de estudantes e professores, deve-se acrescentar o aparecimento de um novo personagem na área do museu. Trata-se do público, do homem do povo e sua família, que à vista de uma seta indicativa no Campus, descobriu um novo ambiente, o nosso ambiente. E a esse personagem não estávamos preparados para atender. O museu, com sua denominação de Instituto, que apenas mantinha uma sala com artefatos obtidos nas pesquisas efetivadas pelos professores [...] quando fomos descobertos pelo público tivemos de reconhecer que era hora de se criar um pavilhão de exposições, que realmente permitisse se falar em "museu" (SANTOS, 1971, p. 03).

Inicia-se, assim, a preocupação com a abertura para uma nova área de atuação, para novas finalidades - isto é, para as funções especificamente museológicas - a serem assumidas pelo *museu*. Essas novas funções teriam, a partir daí, duas outras atribuições básicas: a formação, conservação e estudo de um acervo patrimonial, e o seu acesso, tanto para o público universitário de um modo geral, como para a sociedade como um todo.

Em síntese, entra em cena um novo personagem, como destacara Santos - o *público* - e mais que isso, um novo cenário no qual, além das tradicionais atividades de pesquisa e ensino, deveriam ser desenvolvidas novas ações, genericamente denominadas de *atividades de extensão*.

Deste modo, confirma-se o caráter do Museu de Antropologia (MA/UFSC) como uma instituição universitária, nos termos definidos por Bezerra de Meneses (1970, p. 1). Ou seja, os museus e a universidade têm responsabilidade "na constituição e preservação de um patrimônio cultural em criação contínua [...]; na produção original de saber, derivado da pesquisa científica [...]; na educação e na formação de profissionais".

Para dar conta das novas incumbências do recém-criado MA, Santos encaminhara para o "Banco Interamericano de Desenvolvimento" o projeto *Um Museu para Santa Catarina* (SANTOS, 1971). Nesse documento estão sintetizadas informações básicas sobre as condições de infra-

³¹ Recolheu-se, a partir daí a sua casa - licenciado de início informalmente, e depois por motivo de saúde - uma vez que seu pedido de demissão foi ignorado pelo então Reitor, vindo a se concretizar apenas em 1973, quando de sua aposentadoria compulsória. Pouco depois, o Conselho Universitário da UFSC concedeu-lhe o título de Professor Emérito. O Prof. Cabral, que faleceu em 1978, recebeu diversas homenagens, como lembra Santos (2006), quando de seu centenário de nascimento, em 2003, de várias instituições a que pertenceu, especialmente da UFSC, durante a "V Reunião dos Antropólogos do Mercosul" (RAM), na qual foi homenageado como pai fundador da Antropologia em Santa Catarina.

estrutura do Instituto/Museu: suas instalações nas novas dependências preparadas para abrigá-lo, a busca de recursos externos para ampliá-las³², e o quadro de seus pesquisadores e atividades desenvolvidas.

Denota-se, assim, com a referida tentativa de obtenção de recursos junto a um órgão externo à UFSC, mais um desafio, dentre outros, que será reiterado por vários dos diretores posteriores³³: a falta de verbas para desenvolver adequadamente suas atividades, de modo especial em relação às novas atribuições de sua condição de *Museu*, pertencente a uma universidade.

Instalações, acervo e quadro de pesquisadores do MA/MARquE

O espaço físico inicial onde foi instalado o então Instituto de Antropologia, inaugurado em 1968, era composto por uma edificação de dois pavimentos, resultante da reforma de uma anterior "que integrava o complexo da antiga Fazenda "Assis Brasil", transformada no atual *campus universitário* (UFSC, 1998). O Instituto contava, assim, com uma área de 480m², que abrigava as divisões de arqueologia, antropologia física e antropologia cultural, "e os laboratórios de arqueologia e antropologia física, além de uma biblioteca e uma sala de exposições envolvendo acervo arqueológico, indígena e de cultura popular (FOSSARI et al., 1992/1994).

Quanto a seu quadro de pesquisadores, faziam parte da equipe inicial alocada no Instituto, no segundo semestre de 1967, os professores Oswaldo Cabral e Sílvio Coelho dos Santos, (respectivamente seu diretor e vice-diretor), além das professoras Anamaria Beck (arqueóloga), Gerusa Duarte (geógrafa), e o professor Edson M. de Araújo (odontólogo), pertencente ao curso de odontologia, mas voltado para pesquisas em Antropologia Física (SANTOS, 2006).

O MA, no início da década de 1970, contava com seis docentes, dos quais Oswaldo Rodrigues Cabral e Sílvio C. dos Santos foram contratados como professores titulares; os demais - Anamaria Beck, Gerusa M. Duarte, Luiz Carlos Halfpap e Edson M. de Araújo³⁴ - foram contratados como professores auxiliares. Em 1971 foram contratados, nesta mesma condição, especialmente para atender a demanda imediata por conta da Reforma Universitária, os professores Margarida D. Andreatta³⁵, e posteriormente os já referidos professores Alroino B. Eble, Maria José Reis e Neusa S. Bloemer³⁶.

Do Museu de Antropologia ao MARquE: síntese histórica das atividades dos respectivos setores de pesquisa

Além das atividades didáticas, de pesquisa e de gestão universitária³⁷ exercidas no Departamento

32 Este projeto foi remetido posteriormente ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, para solicitar, em sua programação não reembolsável, dotação para a construção de um pavilhão destinado às exposições do acervo do MA.

33 Pelo Prof. Halfpap e Prof.ª Neusa Bloemer (UFSC, 1998), e mais recentemente pela então Diretora do MARquE, arqueóloga Teresa D. Fossari (2008).

34 Ao contrário dos demais professores, lotados no recém-criado Departamento de Sociologia, o Prof. Araújo, odontólogo de formação, lotado na então Faculdade de Odontologia, retornou para o recém-criado Departamento desta área, quando da aposentadoria do prof. Cabral.

35 Permaneceu no museu por apenas três anos, concursando-se posteriormente para atuar no Museu Paulista da USP.

36 Ingressaram para a área de antropologia, ainda naquela década e início da seguinte, como professores/pesquisadores, mas atuando exclusivamente no Departamento de Ciências Sociais, as Professoras Maria Amélia Dickie (1978), Anelise Nacke (1979), e Regina Lisboa (1980).

37 Tais como chefia e vice-chefia do Departamento de Sociologia, coordenação de pós-graduação, direção do CFH e, inclusive, pro-reitoria.

mento de Sociologia/Ciências Sociais, ao longo da década de 1970, destaca-se, em primeira mão, no caso do MA/UFSC, as tarefas relativas à direção do Museu, exercida pelo prof. Oswaldo Cabral até 1973³⁸, e pelo prof. Sílvio C. dos Santos a partir daí até 1975; de 1975 a 1976, pelo prof. Alroino Baltazar Eble; de 1977 a 1982, pela prof^a Anamaria Beck; de 1982 a 1986, pela prof^a Neusa S. Bloemer, de 1986 a 1992, pelo prof. Luiz Carlos Halfpap³⁹.

Por outro lado, durante a década de 1970, diferentes atividades de pesquisa e de extensão, voltadas para os setores de etnologia, arqueologia, cultura popular e museologia foram desenvolvidas no MA/UFSC pelos citados gestores e demais professores que compunham o quadro da área de Antropologia. Contudo, os demais professores foram, paulatinamente, ao longo da década de 1970, por novas demandas e imposições do Departamento de Sociologia – onde eram efetivamente lotados – deixando de atuar no MA/UFSC, permanecendo, a partir daí e apenas temporariamente, aqueles que vieram a exercer sua direção.

Desde então, as tarefas de pesquisa e extensão no MA passaram a ser exercidas por funcionários da UFSC. Alguns deles iniciaram na condição de técnicos e, progressivamente, completaram sua formação como pesquisadores, voltados para um dos quatro setores citados anteriormente, cujas atividades, desde a criação do MA até a atualidade, serão sintetizadas a seguir.

○ setor de arqueologia

O setor de arqueologia esteve, desde a inauguração da sede do Instituto de Antropologia, em 1968, até o final da década de 1970, sob a coordenação da arqueóloga Anamaria Beck, que contava com a parceria interdisciplinar com a geomorfóloga Gersa Duarte e com o odontólogo Édson Medeiros Araújo, atuando no Laboratório de Antropologia Física. A partir do início da referida década, passou a contar também com a atuação dos arqueólogos Alroino B. Eble e Maria José Reis, além de estagiários de diferentes instituições acadêmicas⁴⁰.

Anamaria Beck desenvolveu um projeto de pesquisa intitulado *A variação do conteúdo cultural dos sambaquis* (BECK, 1968), que teve a duração de cinco anos, e se destinava a estudar as populações pré-históricas do litoral catarinense, principalmente aquelas relacionadas aos sambaquis. Tratava-se de um projeto que abordava os aspectos mais variados das manifestações culturais dessas populações “a fim de estabelecer um quadro amplo, a partir do qual pudessem ser investigados problemas mais específicos” (BECK, 1973, p. 8). Foram, para tanto, pesquisados quatro sambaquis⁴¹, divulgados uma série de trabalhos sobre as escavações em cada um desses sítios⁴², além de

38 De fato, desde o início da Reforma Universitária, na prática, a direção do MA foi exercida pelo prof. Sílvio, como foi dito, em função da licença do prof. Cabral.

39 Após a gestão do Prof. Half, ocuparam a direção do MA/MARquE a arqueóloga Teresa D. Fossari - de 1992 a 1996 e de 1998 a 2012 - , seguida, na primeira gestão, pela do museólogo Gelci José Coelho - de 1996 a 2008, e na segunda gestão pela da Prof^a Sônia W. Maluf , atual diretora do MARquE.

40 Durante a década de 1970, o Museu de Antropologia proporcionou estágio de aperfeiçoamento em Arqueologia aos licenciados em História, na UFSC - Sérgio Schmitz e Marilandi Goulart; aos alunos Maria Joni Maioehi da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Joinville; e Teófilo Ottoni Vasconcelos Torronteguy, da Universidade Federal de Santa Maria, além de estágio em Antropologia de um modo geral a inúmeros alunos do curso de História da UFSC, e de outras instituições, aos quais foram que vieram a se profissionalizar como professores/pesquisadores na área nessa área disciplinar. Promoveu, também, uma série de cursos extra-curriculares, ministrados por eminentes pesquisadores, tanto nacionais, quanto internacionais, dentre os quais Annette L. Emperaire, da École des Hautes Etudes en Sciences Sociales, de Paris, e Castro Farias do Museu Nacional do Rio de Janeiro.

41 Sambaquis Congonhas I, em Tubarão; do Rio Lessa, na Ilha de Santa Catarina; do Morro do Ouro em Joinville; e de Enseada I, em São Francisco do Sul.

42 Beck, 1968 a; Beck, Duarte e Reis, 1969; Beck, São Thiago, Fossari e Silva, 1969. Foram publicados também artigos sobre a cerâmica evidenciada nas pesquisas em sambaquis (BECK,

formulado um quadro geral dos sambaquis da região do Litoral de Laguna (BECK,1970) e uma síntese da arqueologia do litoral norte (BECK, ARAÚJO e DUARTE, 1970).

Gerusa M. Duarte pesquisou o sambaqui do Rio Lessa (SC-LF-39) em termos de suas relações com o meio natural (DUARTE, 1969) e realizou um levantamento arqueológico intensivo para estabelecer a distribuição e a localização dos sambaquis na Ilha de Santa Catarina (DUARTE,1971). Sob o enfoque geomorfológico, buscou inferir elementos da paisagem à época da ocupação pré-colonial, registrando cerca de 60 sambaquis⁴³. Edson M. Araújo analisou os restos esqueléticos do sambaqui do Rio Lessa (SC.LF.39), identificando nesses restos dois tipos de afecções dentárias (ARAÚJO, 1970)⁴⁴. Maria José Reis realizou, em atendimento à solicitação do Projeto Rondon, levantamento arqueológico ao longo da rodovia Cuiabá-Santarém, no município de Santarém/PA, em construção a partir do início do ano de 1970 (REIS,1972).

As pesquisas arqueológicas subsequentes mudaram de foco, voltando-se para o interior de Santa Catarina, buscando o entendimento de fenômenos específicos relacionados a ocupações pré-históricas de diferentes regiões. Maria José Reis, embora de modo intermitente, desenvolveu entre os anos de 1971 e 1979 o projeto *A problemática arqueológica das estruturas subterrâneas no Planalto Catarinense*. Esse projeto, que veio a constituir sua dissertação de mestrado, já referida, buscava entender as estruturas subterrâneas como formas de ocupação do espaço e de organização de assentamentos⁴⁵, e, inclusive, inferir aspectos de organização social das populações que construíram tais espaços.

Alroino Baltazar Eble desenvolveu o projeto de pesquisa voltado para a *Identificação dos padrões de povoamento e de subsistência das populações pré-históricas da Região do Alto Vale do Itajaí (SC)*⁴⁶, fazendo levantamentos em seis municípios da região, em cuja área registrou mais de uma centena de sítios arqueológicos (EBLE,1973, 1973a). Assentamentos de populações Guarani também foram alvo de suas pesquisas, no início da década de 1970⁴⁷. Iniciou em 1973⁴⁸ o curso de mestrado em antropologia social, na área de concentração de arqueologia, na Universidade de São Paulo. Posteriormente Eble e Reis (1976) realizaram um levantamento arqueológico intensivo, cadastrando 28 sítios de diferentes tipos, na área e nas proximidades do que veio a constituir, mais tarde, o Parque Estadual do Tabuleiro (SC).

Como reflexo da referida Reforma Universitária, também o setor de arqueologia do MA ficou,

1968 b e BECK, 1971), e sobre a indústria óssea (BECK, ARAÚJO, DUARTE, FOSSARI e BELA-NI, 1970), temas mais raramente mencionados, até então, na literatura arqueológica catarinense. Ao mesmo tempo os resultados das pesquisas de Anamaria Beck fundamentaram suas já referidas teses de Doutorado e de Livre Docência.

43 A Prof^a Gerusa Duarte permaneceu no MA até 1975, quando se transferiu para o Depto. de Geografia da UFSC.

44 A Divisão de Antropologia Física foi extinta com o retorno do Prof. Edison Medeiros de Araújo, em 1971, a seu departamento de origem.

45 Reis (1980, 2007) realizou levantamentos em 11 municípios catarinenses, localizando 104 sítios, situados em diferentes regiões - dos Campos de Lajes, do Rio do Peixe, do vale do Chapecó, e do vale do Rio Uruguai - localizando 492 estruturas subterrâneas, além de dezenas de aterros a elas associados.

46 Escolheu esta região, a partir da hipótese de que este Vale poderia ter sido uma via de acesso dos grupos indígenas Xokleng, em suas perambulações entre áreas do litoral e do planalto. Propôs também pesquisas etnográficas (EBLE, 1977), por não dispor de dados suficientes deste tipo, para relacioná-los com as observações e inferências arqueológicas. Pesquisa deste tipo foi desenvolvida por Ligia T. L. Simonian (1975), à época estagiária do Museu de Antropologia, focalizando a cultura material do grupo indígena Xokleng, na Reserva Indígena Ibirama (SC), com o objetivo de dar suporte ao referido projeto do Prof. Eble.

47 Juntamente com o estagiário do MA, Sérgio Schmitz, pesquisou o sítio cerâmico Tupi-guarani (SC-LL-70), situado sobre dunas à margem da Lagoa do Mirim, localidade de Guaiúba, município de Laguna. (EBLE; SCHMITZ, 1972). Com a arqueóloga Cristina Scatamacchia, escavou outro sítio cerâmico Tupi-guarani - SC.VI.69 (EBLE; SCATAMACCHIA,1974).

48 Infelizmente, sendo acometido de um problema grave de saúde, do qual veio a falecer em 1990, Eble não concluiu seu mestrado.

em 1978⁴⁹, totalmente sem pesquisadores, sendo que somente em novembro de 1982 foi contratada a arqueóloga Teresa Domitila Fossari para reiniciar pesquisas nesta área e – a convite da então recém-nomeada Diretora, Prof^a Neusa Maria Bloemer – reorganizar este setor⁵⁰. Na verdade, esta pesquisadora teve que atender, de início, pelo menos duas demandas, e inclusive enfrentar vários desafios. Por um lado, dar continuidade a seu projeto de pesquisa com o objetivo de desenvolver um trabalho de caráter metodológico, a ser aplicado nos estudos de artefatos ósseos, tendo em vista o entendimento de aspectos dos padrões de tecnologia e subsistência dos grupos que os produziram. Esse projeto veio a constituir sua dissertação de mestrado, intitulada *A indústria óssea na Arqueologia Brasileira: estudo-piloto do material de Enseada - SC e Tenório* (FOSSARI, 1985)⁵¹. Paralelamente, teve de reorganizar o laboratório do setor de arqueologia, o que implicava reunir todo o acervo arqueológico decorrente das pesquisas realizadas na década de 1970 – incluindo o material coletado nas escavações e aquele delas decorrentes (croquis, fichas de campo, fotografias) – que se encontrava conservado, mas disperso em vários locais do museu⁵².

Atendidas as demandas iniciais, em 1987 foi encaminhado pela coordenação do setor de arqueologia, juntamente com o arqueólogo Rossano Lopes Bastos, ao Instituto do Patrimônio Histórico e Arquitetônico Nacional (IPHAN) – o Projeto⁵³ *O povoamento pré-histórico na Ilha de Santa Catarina*. Os trabalhos se desenvolveram durante os anos de 1987 até 1989⁵⁴, com a participação de estagiários, alunos da graduação de diferentes cursos da UFSC⁵⁵.

Em 1989 o setor de arqueologia, sob a coordenação da arqueóloga Teresa D. Fossari, passou a incluir, entre suas atividades de pesquisa, trabalhos de Arqueologia Histórica. Envolveu, inicialmente, o Forte de São José da Ponta Grossa⁵⁶, construído em 1739, na Baía Norte da Ilha de

49 Depois que a Prof^a Anamaria Beck, como foi referido anteriormente, mudou de área de pesquisa, e os arqueólogos Alroino Eble e Maria José Reis, que ainda mantinham vínculo com o museu, passaram a integrar exclusivamente o quadro dos docentes do departamento de sociologia, onde foram lotados quando da Reforma Universitária.

50 Após esta contratação, o Setor de Arqueologia contou com Deise Lucy Oliveira Montardo, que trabalhou no setor de arqueologia entre 1989 a 1995 – ano em que defendeu sua dissertação de mestrado (MONTARDO, 1995) – passando, a partir desta última data, a desenvolver pesquisas em Antropologia Social. Em 2012 foi criada uma vaga para o concurso de arqueólogo para o MARquE que foi ocupada por Luciene Scherer, já na gestão de Sônia W. Maluf.

51 Tratava-se de uma indústria óssea relacionada às referidas ocupações pré-coloniais, perfazendo mais de 4.000 artefatos elaborados sobre ossos e dentes. As observações de cada objeto, sob lupa binocular, buscavam identificar as marcas de trabalhos e/ou desgaste de uso, tipo de material (como vertebras e acúleo de peixe, ossos longos de ave, de mamífero, dentre outros), morfologia da peça, medidas, definição das possíveis funções, além das propostas de classificação e nomenclatura.

52 Tal dispersão era decorrente do esvaziamento dos laboratórios de antropologia física e de arqueologia, que deram lugar a oficinas de produção e restauro de acervo de cultura popular e de montagens de exposições. Além disso, não se dispunha de recursos humanos para montar equipe e desenvolver pesquisas, uma vez que o Museu não mais contava com dotação orçamentária. A solução imediata para garantir esta reorganização foi a reforma de um antigo depósito de material descartável do museu, para realocar o setor de arqueologia e, posteriormente, buscar recursos externos para as demais demandas do Setor.

53 Financiado pela FINEP, propondo um levantamento arqueológico na Ilha de Santa Catarina, buscando localizar todos os sítios já registrados na literatura para avaliar o estado de preservação dos mesmos, bem como, ampliar este quadro com o acréscimo de novos registros de sítios (FOSSARI, 1991).

54 Seus resultados foram apresentados em quatro relatórios (FOSSARI, et al., 1987, 1988, 1988 a, e 1989).

55 Entre os integrantes desta equipe inicial, há de se destacar Maria Madalena Velho do Amaral, aluna do curso de Ciências Sociais, e Dione Rocha Bandeira, do curso de Ciências Biológicas – cujas dissertações de Mestrado, respectivamente, Bandeira (1992) e Amaral (1996), foram desenvolvidas com apoio do Setor de Arqueologia do MA; e Rodrigo Lavina, do Curso de História da UFSC. Todos estes foram bolsistas de Iniciação Científica do CNPq e, juntamente com o aluno do Curso de História da UFSC, Osvaldo Paulino da Silva – bolsista do Programa de Iniciação à pesquisa (DAP/PRP/UFSC) – continuaram a participar de outras pesquisas arqueológicas do Museu, e atualmente atuam profissionalmente na área de arqueologia.

56 Projeto intitulado Pesquisa Arqueológica no sítio histórico São José da Ponta Grossa.

Santa Catarina, município de Florianópolis, integrante do complexo militar implantado no Brasil Meridional pelo primeiro Governador da Capitania da Ilha de Santa Catarina - Brigadeiro José da Silva Paes. Esse projeto buscava identificar os elementos técnicos, materiais, dimensões originais, reformas, adaptações e confirmação de suas funções originais⁵⁷, além de, sobretudo, produzir informações sobre seu espaço como um assentamento humano no que diz respeito ao cotidiano dos seus antigos moradores. O desenvolvimento do projeto arqueológico neste sítio histórico envolveu pesquisas de campo⁵⁸, de laboratório e pesquisa histórica⁵⁹, além da produção de documentação primária⁶⁰. No final de 1989 foram iniciadas pelo setor de arqueologia do MA, pesquisas no sítio histórico Fortaleza de Santa Cruz⁶¹ - construída entre os anos de 1739 e 1744, na Ilha de Anhatomirim, município de Governador Celso Ramos. As escavações iniciaram na parte interna de uma edificação denominada Armazém da Praia, revelando o chão de areia e as aberturas das portas. Esses detalhes vieram confirmar a suposição de que nele seriam abrigados os escaleres⁶².

Nos anos de 1990, as atividades de pesquisa desse setor também estiveram voltadas para a Fortaleza de Santa Cruz⁶³ - construída entre os anos de 1739 e 1744, na Ilha de Anhatomirim, município de Governador Celso Ramos (SC). As escavações que foram realizadas em caráter emergencial, tendo em vista o cumprimento do cronograma de "restauração" da Fortaleza, atingiram apenas três de suas áreas, que seriam restauradas: "Armazém da Praia", "Paiol da Farinha" e "Antiga Capela". Ainda nessa década, Maria Madalena Velho do Amaral⁶⁴, em parceria com o setor de arqueologia do MARquE, escavou a Fortaleza Nossa Senhora da Conceição, construída em 1742, na Ilha de Araçatuba, município de Palhoça, coordenando uma equipe de estagiários deste Museu, durante os anos de 2000/2001. Essa pesquisa teve como principal objetivo reunir dados sobre o cotidiano dos homens que, na época da sua construção e atividade, moraram e trabalharam naquela fortaleza.

Posteriormente as pesquisas do setor de arqueologia voltaram-se para um sítio de ocupação pré-colonial - Sítio do Rio do Meio⁶⁵ - localizado na região noroeste da Ilha de Santa Catarina,

57 O objetivo maior do projeto de restauração e revitalização "Fortalezas da Ilha de Santa Catarina - 250 anos de História Brasileira", proposto pela Universidade Federal de Santa Catarina e com a participação da Secretaria do Patrimônio Artístico Nacional (atual IPHAN) e Secretaria da Cultura do Estado de Santa Catarina, financiado pelo Banco do Brasil.

58 Com exceção da coordenadora da pesquisa, a equipe de arqueologia era formada por especialistas e estagiários não pertencentes ao quadro do MARquE, sendo que somente Deise Lucy Montardo tinha vínculo empregatício com outro setor da UFSC. Os demais foram: Maria Madalena Velho do Amaral, Rodrigo Lavina; historiadora Ana Maria Martins C. Correia; bióloga Dione da Rocha Bandeira, arquiteta Eliane Veras da Veiga, socióloga Maria Soledad Echeverrya. Participaram, ainda, da pesquisa arqueológica os licenciados em História George Luis Coelho, Isabel Knoll, Maria de Lourdes Pinheiro e Oswaldo Paulino da Silva.

59 Tratava-se de levantamento em fontes arquivistas, no âmbito estadual, buscando informações sobre as fortificações oitocentistas brasileiras - principalmente aquelas referentes ao Forte São José da Ponta Grossa - e registro em fichas dos dados obtidos em arquivos, que contou com a colaboração de vários bolsistas do curso de História do Centro de Ciências Humanas (CFH) da UFSC.

60 As pesquisas no sítio histórico Forte São José da Ponta Grossa continuaram até 1992, sendo que nesta segunda etapa foram coordenadas pela arqueóloga Maria Madalena Velho do Amaral e pela historiadora Ana Maria Martins Correia. Contratadas pelo projeto, elas efetuaram escavações arqueológicas de salvamento, em locais que não haviam sido prospectados nas etapas anteriores, tendo em vista as obras da "reconstrução" deste forte. Também participaram deste trabalho os acadêmicos Isabel Knoll e Oswaldo Paulino da Silva. (FOSSARI et al., 1992).

61 Como o projeto anterior, também estava incorporado ao já referido projeto *Fortalezas da Ilha de Santa Catarina - 250 anos de História Brasileira*.

62 Por motivos alheios a nossa vontade, as escavações na parte interna do Armazém da Praia foram interrompidas. Contudo, antes de abandonarmos a área, os operários, encarregados da restauração foram orientados a cobrirem com areia a área que havia sido evidenciada arqueologicamente, para não prejudicar os trabalhos já realizados.

63 Também incorporado ao projeto de "Fortalezas da Ilha de Santa Catarina - 250 anos de História Brasileira".

64 Contratada para tanto pelo DAEX/UFSC, com financiamento do Ministério de Esporte e Cultura, tendo em vista a execução das obras de restauração e consolidação que envolveria o conjunto de edificações desta fortaleza.

65 Tratava-se da primeira parte do projeto "Gerenciamento dos sítios arqueológicos do em-

praia de Jurerê, cujos trabalhos se estenderam entre os anos de 1996 e 1998. As pesquisas de salvamento⁶⁶ desse sítio, sob a coordenação de Fossari, contaram com a participação dos arqueólogos Ana Maria Martins Coelho Correia, Maria Madalena Velho do Amaral, Osvaldo Paulino da Silva⁶⁷, que atuaram nas pesquisas de campo e de laboratório. Os resultados obtidos a partir dessa pesquisa arqueológica oportunizaram o desenvolvimento de monografias de conclusão de curso (TCC), dissertação de mestrado e teses de doutorado⁶⁸. Além disso, há artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais sobre a presença de vestígios de origem animal e/ou vegetal provenientes deste sítio⁶⁹.

Nos últimos anos da década de 1990⁷⁰ e durante a primeira década de 2000, tiveram continuidade atividades de pesquisa, extensão e de ensino do setor, sob a coordenação de Fossari, contando com a inestimável colaboração da arqueóloga Maria Madalena Velho do Amaral.⁷¹ De fato, durante a primeira metade da década de 2000, as atividades do setor de arqueologia do MARquE

preendimento Jurerê Internacional”, – previsto na Minuta de Acordo na Ação Pública de Responsabilidade que o Ministério Público Federal moveu contra a Habitusul Empreendimentos Imobiliários Ltda – proposto como meio de mitigar os danos causados ao sítio Rio do Meio. Este projeto, embora limitado na sua ação a um único sítio, encaminhou estudos de um fenômeno integrante de um sistema cultural mais amplo, sistema que se identifica, no quadro da ocupação do período pré-colonial da Ilha de Santa Catarina, com o das populações filiadas à tradição Itararé.

66 Contratados por um convênio firmado entre a FAPEU/UFSC e a Habitusul Empreendimentos Imobiliários Ltda, para constituírem a equipe do Setor de Arqueologia do Museu Universitário Professor Osvaldo Rodrigues Cabral (MU/UFSC). Os trabalhos de laboratório contaram, ainda, com a colaboração da geógrafa Rúbia Corrêa da Silva Ferreira (para a identificação geológica do material lítico); do biólogo Paulo Cezar Simões Lopes, do Laboratório de Mamíferos Aquáticos do Departamento de Ecologia

67 e Zoologia (como orientador de Cristiane Quimelli, que estabeleceu a taxonomia dos ecofatos de origem animal, e de Pedro Volkmer de Castilho, alunos de Biologia); e, ainda, dos estagiários Cristyane Cesariano da Rosa, Karine Simoni e Vania Leandro de Sousa, alunos do curso de História, e José Santana, aluno do curso de Ciências Sociais.

68 TCCs de Pedro Volkmer de Castilho. Estudo da utilização de mamíferos aquáticos por populações pré-históricas da região norte da Ilha de Santa Catarina. Florianópolis, Curso de Ciências Biológicas, CCB/UFSC, 1999; de Iracema de Siqueira Coutinho, Identificação e biometria dos restos conchíferos presentes no sítio arqueológico do Rio do Meio, Ilha de Santa Catarina/SC. Florianópolis, Curso de Ciências Biológicas, CCB/UFSC, 1999; dissertação de mestrado de Bruno da Silva Pierri. O mexilhão *Perna perna* no Brasil: nativo ou exótico. Programa de Pós-Graduação em Aquicultura, CCA/UFSC e teses de doutorado de Teresa Domitila Fossari. A população Pré-Colonial Jê na Paisagem da Ilha de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Geografia/CFH/UFSC, Florianópolis, 2004 e de Fabrício August Hansel. Arqueologia Biomolecular: Análise dos resíduos orgânicos preservados em ecofatos e artefatos recuperados de sítios arqueológicos costeiros pré-coloniais Jê – SC. Programa de Pós-Graduação em Química/CTC/UFSC, Florianópolis, 2004.

69 HANSEL, F. A.; COPLEY, M. S.; MADUREIRA, L. S. A.; EVERSHED, R. P. 2004. Thermally produced w-(o-alkylphenyl)alkanoic acids provide evidence for the processing of marine products in archaeological pottery vessels. *Tetrahedron Letters*, 45, 2999-3002; - HANSEL, F. A.; MIRESKI, S. L.; FOSSARI, T. D.; MADUREIRA, L.A.S. Arqueologia biomolecular: passos preliminares para interpretação da origem dos resíduos orgânicos preservados em fragmentos de cerâmica pré-coloniais no Brasil. *Química Nova*, (no prelo); HANSEL, Fabrício Augusto; FOSSARI, Teresa Domitila e MADUREIRA, Luiz Augusto dos Santos. Lipídios em sedimentos arqueológicos – resultados preliminares do sítio arqueológico Rio do Meio, Ilha de Santa Catarina (SC). 2008.

70 Também nesta década, a coordenadora do Setor de Arqueologia do MA, Teresa D. Fossari, organizou os seguintes eventos, em parceria com a arqueóloga Edna Morley: I e II Workshop Brasil-EUA: Métodos arqueológicos e gerenciamento de bens culturais, com a participação de Arqueólogos do Arizona State Museum, do Departamento de Antropologia Northern Arizona University, e da Universidade Autónoma do México. Florianópolis: Museu Universitário da UFSC/ PRCE/UFSC e 12a. DR. da SPHAN/FNPM (junho de 1990 e junho de 1993).

71 Durante toda esta década o Setor de Arqueologia contou com a efetiva colaboração desta arqueóloga, coordenando trabalhos de campo e orientado bolsistas da UFSC nos trabalhos de laboratório. Sua colaboração foi indispensável, uma vez que este setor esteve sob a responsabilidade exclusiva de Teresa D. Fossari, única arqueóloga pertencente ao quadro da instituição, desempenhando simultaneamente em dois períodos a coordenação do Setor e a direção do MARquE, razão pela qual não pôde se afastar para realização de seu Curso de Doutorado.

estiveram centradas, por um lado, no Projeto de Teresa D. Fossari - *A população pré-colonial Jê na paisagem da Ilha de Santa Catarina* -, destinado à realização de seu Curso de doutorado, obtido em 2004. Por outro lado, várias outras atividades de pesquisa, extensão e ensino foram realizadas. Algumas delas envolveram atividades de campo⁷²; outras foram voltadas para orientação de estagiários⁷³ e de TCCs. Houve, também, participação em bancas, apresentação de pesquisa e reuniões técnicas⁷⁴ e cuidados com o acervo e a montagem de exposições, em parceria com o setor de museologia do MARquE, trabalho conjunto que vem ocorrendo, na verdade, - como veremos mais adiante - ao longo das últimas décadas. Destaca-se, ainda, a colaboração do graduando em História/UFSC Lucas Bond Reis, estagiário do setor, participando ativamente dos projetos arqueológicos realizados pelo MA, entre os anos 2011 e 2012⁷⁵. A partir de 2011, atraído pelo campo da arqueologia histórica, o historiador do MARquE, Angelo Biléssimo, começou a participar das atividades de sistematização dos dados do acervo documental arqueológico relacionados às fortalezas do século XVIII, juntamente com a colaboradora deste setor, arqueóloga Fernanda Codevilla Soares⁷⁶.

No início de 2012 foi assinado um Termo de Colaboração técnico-acadêmica entre o MA e o Departamento de História da UFSC, objetivando a realização de projetos de pesquisa e extensão integrados na área de Arqueologia, sob a responsabilidade da arqueóloga do MARquE - Teresa D. Fossari - e do arqueólogo prof. Lucas Reis Bueno, do referido departamento⁷⁷.

O setor de Etnologia

De acordo com Maria Dorothea P. Darella (2014), pesquisadora atualmente responsável pelo setor de etnologia indígena do MARquE, este setor descende e é tributário de trabalhos inaugurados no Instituto de Antropologia - criado em 1965 pelo prof. Dr. Oswaldo Rodrigues Cabral -, relacionados à questão indígena, com destaque para populações Xokleng/Laklänö, Kaingang e Guarani, no estado de Santa Catarina e no sul do Brasil.

A temática pautada em direitos territoriais indígenas constituiu um dos focos abarcados pelo prof. Dr. Silvio Coelho dos Santos, que exerceu a direção deste Museu e a coordenação desse setor até meados da década de 1970, quando passou a atuar no então Departamento de Sociologia, exercendo o efetivo protagonismo em relação à ampliação e à consolidação do ensino e da pesquisa em Antropologia na UFSC. Naquele período inicial, várias atividades foram desenvolvidas no setor de Etnologia, lideradas pelo prof. Silvio, e voltadas para questões indígenas relativas

72 Dentre elas, na Área de Implantação do Campus Universitário da UFSC em Joinville (SC), sob a forma de Levantamento Arqueológico Não-Interventivo e Levantamento Arqueológico Interventivo, e também para levantamentos arqueológicos como parte dos Planos de Manejo para a as Áreas de Proteção Ambiental, nos municípios catarinenses de Porto Belo (Ponta do Araçá) e de Bombinhas (Área Costeira de Zimbros), ambos em 2010.

73 A graduanda em História/UFSC, Beatriz Regina Mendes, foi bolsista do Setor em 2010 e 2011.

74 Realizada durante 2010, com a Fundação Municipal do Meio Ambiente de Joinville, contando com a apresentação de Jeanne de Macedo Silveira e Lucas Bond Reis. Neste mesmo ano, participação no Seminário de Estudos Ambientais Simplificados para Implantação do Campus da UFSC, em Joinville, contando com a apresentação de Maria Madalena do Amaral.

75 Tais como o Gerenciamento Costeiro do Estado de Santa Catarina (GERCO); Pesquisa Arqueologia na Antiga Casa de Câmara e Cadeia (1ª etapa); APA Araçá e ARIE Zimbros, e Levantamento Arqueológico na Área de Implantação do Campus Universitário da UFSC, em Joinville/SC.

76 Que em 20012 obteve o apoio do setor para realizar seu projeto de pesquisa O doméstico e o bélico: análise arqueológica da cultura material das fortificações catarinenses, mesorregião de Florianópolis.

77 Na época, o laboratório de Arqueologia, situado em uma antiga edificação próxima da Botânica, foi colocado à disposição do Prof. Bueno para instalar o Laboratório de Estudos Interdisciplinares em Arqueologia (LEIA), vinculado ao Departamento de História.

às populações acima referidas. Essas pesquisas destinavam-se, a princípio, à complementação de sua formação e carreira acadêmicas, resultando em inúmeras publicações, apresentadas de início especialmente nos Anais do MA, bem como comunicações em congressos e palestras voltadas para questões indígenas. É igualmente indispensável destacar sua participação na Reunião de Barbados, em 1971, realizada sob o patrocínio da Universidade de Berna (Suíça) e do Conselho Mundial de Igrejas – tendo como foco a violência das relações entre índios e brancos na América Latina – e em tantos outros eventos em que a discussão e a defesa de direitos indígenas estiveram em pauta; suas atividades de extensão, voltadas para o atendimento de demandas das populações indígenas de Santa Catarina, para exposições do acervo indígena do MA à população, de um modo geral, e aos escolares, por meio de visitas orientadas por pesquisadores do MA.

Vale ainda destacar que, em termos de atividades de ensino, o setor de Etnologia Indígena, durante a década de 1970, recebeu e estimulou a formação acadêmica de estagiários, encaminhados posteriormente para continuar sua formação em outras Instituições.

Durante a década de 1980, o setor contou com a atuação de três pesquisadores, dois dos quais completaram suas dissertações de mestrado: Neusa Sens Bloemer, que defendeu sua dissertação de mestrado em 1980, voltada para práticas funerárias dos Bororo, e Aldo Litaiff, que defendeu sua dissertação em 1983, dedicada à cosmologia e identidade étnica dos Guarani-Mbyá.

Na segunda metade da década em questão, passou, também, a atuar como pesquisadora no setor de etnologia indígena, Dorothea P. Darella. Nesse período, além das pesquisas desenvolvidas por esses pesquisadores, voltadas para diferentes aspectos da problemática indígena, merece especial destaque o seu envolvimento com as atividades de pesquisa e de extensão voltadas para a demarcação das Terras Indígenas do Toldo Chimbangue (oeste catarinense), (NACKE; BLOEMER, 1984)⁷⁸, referida por Bloemer (UFSC, 1998), destacando a importante contribuição de outras pesquisadoras do Museu de Antropologia nesta empreitada. Ressalte-se, também, a iniciativa, levada a cabo pelo então Diretor do Museu – professor Luiz Carlos Halfpap – com a colaboração dos demais pesquisadores do setor de Etnologia Indígena⁷⁹, da organização do Seminário “O Projeto Calha Norte: a política de ocupação de espaços no país e seus impactos ambientais”, em 1987 e o “Seminário América: 500 anos”, em 1989. O primeiro deles voltado para discutir a ocupação militar na Amazônia, e as consequências deste Projeto para as populações indígenas da região; o segundo para discutir as consequências da ocupação colonial dentre outras, para as populações indígenas. Nesse período, também, foi dada continuidade ao atendimento de visitas ao MA, tanto ao público universitário catarinense de um modo geral como a visitas orientadas para estudantes de 1º e 2º graus⁸⁰.

A partir dessa trajetória, ao longo das décadas seguintes, o setor de etnologia indígena ficou sob a responsabilidade dos pesquisadores do MU, Aldo Litaiff – que lá permaneceu até 2012 – e Dorothea P. Darella, atualmente responsável pelo setor em pauta. Segundo esta pesquisadora (2014), ao longo dessas últimas décadas acentuaram-se temas que desencadearam e mesclaram atuações relacionadas à pesquisa, à extensão e ao ensino no MARquE, destacando-se de modo especial as seguintes problemáticas:

78 Bloemer acrescenta que o Museu, através do Setor de Etnologia Indígena, serviu também de apoio para os Kaingang, em Florianópolis, pois tanto divulgava e informava a imprensa local e nacional sobre sua luta, como encabeçava listas de abaixo-assinados, em correspondência para ministros, deputados e senadores, para que se comprometessem e se empenhassem na solução do problema, sendo igualmente responsável pela organização de um Ato Público na Assembleia Legislativa Estadual (SC) em favor da referida demarcação. Esta demarcação foi, também, o tema central de trabalhos posteriormente publicados por Bloemer e Nacke (1995; 2009).

79 Veja-se, sobre esta problemática, Halfpap (1998), e o artigo de Darella (1992).

80 Estas e outras visitas ao MA tiveram continuidade até início da década de 1990, quando suas edificações entraram em processo de reforma e ampliação. A partir de então, parte do acervo vinculado ao Setor de Etnologia Indígena foi exposto em diferentes espaços da própria UFSC, bem como de outras instituições estaduais e nacionais, que serão nomeadas mais adiante.

- Tradicionalidade (com ênfase na cultura guarani);
- Territorialidade e territorialização;
- Agricultura e sustentabilidade;
- Atuação em relação aos efeitos de projetos de crescimento econômico, atingindo terras indígenas, através da elaboração de estudos de impacto ambiental;
- Educação superior indígena.

Como nas décadas anteriores, ambos os pesquisadores desenvolveram no setor de etnologia Indígena, durante o referido período, atividades de pesquisa, centradas nas temáticas acima indicadas. Estas atividades permitiram a elaboração de pareceres e laudos sobre populações indígenas, divulgados por meio de inúmeros relatórios, artigos, palestras e comunicações em diferentes eventos acadêmicos. Aldo Litaiff dedicou-se sobretudo a pesquisar a Mitologia Guarani, desenvolvendo além de sua dissertação de mestrado, já referida, a tese de doutorado (2000), e publicações, comunicações em eventos acadêmicos, e em palestras dedicadas a esta temática. Atuou, também, em parceria com Dorothea P. Darella, em questões de direitos territoriais dos Guarani em Santa Catarina.

Atualmente um dos objetivos precípuos deste setor, sob a coordenação e atuação de Darella (2014), em suas atividades de pesquisa/ extensão, “vincula-se à qualificação e consolidação de direitos territoriais constitucionais dos Guarani, Kaingang e Xokleng/Laklãnõ, tendo como base as categorias: Terra – Território – Territorialidade – Territorialização”. Para tanto ocorre sua atuação em processos demarcatórios de terras indígenas em Santa Catarina e sua efetivação, o que requer envolvimento com instituições como: FUNAI, Ministério Público Federal, Justiça Federal, Polícia Federal, Delegacia de Patrimônio da União, Conselho Estadual dos Povos Indígenas, para além de assessorias e acompanhamentos contínuos junto às comunidades indígenas. Envolvem-se também em processos que exigem trabalhos técnicos de estudos de impacto ambiental, pareceres e programas, cujas medidas mitigadoras e compensatórias indicam a centralidade quanto à regularização fundiária⁸¹.

Dessa forma, a atuação do setor de etnologia indígena, nas décadas em questão, além da continuidade de atividades de pesquisa, destinadas, inclusive, à elaboração da tese de doutorado de Dorothea P. Darella (2004), resultou na publicação de vários artigos, parte deles citados nas referências bibliográficas (DARELLA, 2014), a realização de inúmeros trabalhos técnicos e participações em eventos acadêmicos, bem como em outras atividades de extensão⁸², acrescentando-se a co-organização de exposições do acervo indígena do MARquE, além de outras atividades destacadas como segue:

- Orientações e co-orientações de dissertações e de TCCs relacionadas à temática, participação em bancas de cursos de pós-graduação em Antropologia da UFSC e em outros cursos desta e de outras Instituições;

81 EIA da duplicação da Rodovia BR 280 (Trecho S. Francisco do Sul-Jaraguá do Sul. (2007/2010); Laudo antropológico e agrônomo: Terra Indígena Morro dos Cavalos (Palhoça-SC), (2004); Parecer Antropológico relativo às comunidades Guarani da região norte de SC e o projeto de construção da linha de transmissão de energia elétrica (subestação de Joinville a S. Francisco do Sul), (2001); Programa Básico Socioambiental: as populações indígenas e a duplicação da BR 101, trecho Palhoça (SC)/Osório (RS), (2000- 2001); Relatórios sobre terras e índios Guarani no litoral centro norte de SC e a BR 101 (1999) e no trecho Garuva/ Palhoça (1996); Mapeamento da situação dos índios Guarani em SC (1996).

82 Projetos junto a aldeias Guarani, conjugando trabalho antropológico e agrônomo para a potencialização do manejo agroflorestal Guarani (2005 a 2007); Projeto destinado à multiplicação do genoplasma nativo de diferentes espécies alimentares, dos índios Guarani aldeados na Grande Florianópolis (1994 a 2000); “Projeto Diversidade Cultural: desvelando povos e movimentos indígenas no Brasil e em Santa Catarina” (através, dentre outras atividades, de aulas expositivas, palestras e textos) destinado a educadores do 1º e 2º graus (1994 a 1996).

- Organização de cursos, palestras, participação em disciplinas acadêmicas de diferentes cursos da UFSC e UDESC;
- Criação e integração da "Comissão Interinstitucional para Educação Superior Indígena - CIESI", que culminou com a formação do curso "Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica - LII" (Departamento de História/CFH/UFSC), cujo eixo norteador se intitula: *Territórios Indígenas: A questão fundiária e ambiental no Bioma Mata Atlântica*.

De acordo com Darella (2014), o setor de etnologia indígena integrou a CIESI, criada pelo gabinete da reitoria em março de 2007, apresentando o projeto do curso LII ao PROLIND/SECAD/MEC em 2009. Uma vez aprovado, participa do curso de graduação desde a sua implementação, ocorrida em fevereiro de 2011. O curso é formado por três turmas, divididas primeiramente por povo indígena (Guarani, Kaingang e Xokleng/Laklänö).

A participação do setor de etnologia indígena se concretiza na LII nas seguintes formas:

- Integração da equipe de docentes do curso, sendo ministradas as disciplinas: Mitologia I e Mitologia II (Terminalidade Humanidades - Ênfase Direitos Indígenas); Territórios e Territorialidades; Gestão, Controle e Monitoramento de Áreas Indígenas; Língua Portuguesa II (Terminalidade Linguagens - Ênfase Línguas Indígenas; Trabalho de Conclusão de Curso I (Terminalidade Conhecimento Ambiental - Ênfase Gestão Ambiental) e Trabalho de Conclusão de Curso II.
- Composição do Colegiado do curso, como representante da Associação Brasileira de Antropologia - Comissão de Assuntos Indígenas.
- Planejamento, organização, coordenação, apresentação e participação em atividades acadêmico-científico-culturais (AACC) do curso na UFSC, em terras indígenas, em espaços diversificados.
- Participação nas Semanas de Ensino, Pesquisa e Extensão/Sepex - UFSC, no estande da LII.
- Participação no PIBID Diversidade (CAPES, 2010 e 2013), com o projeto *Universidade na Diversidade: Fortalecendo a Formação dos Licenciandos e Qualificando o Ensino-Aprendizagem nas Séries Iniciais - Povo Guarani, Povo Kaingang e Povo Xokleng*.

Setor de cultura popular

O setor de *cultura popular* foi organizado no MA contando já com o enorme lastro das pesquisas desenvolvidas pelo prof. Cabral, que resultaram em inúmeras publicações, algumas referidas anteriormente, e outras, como "Nossa Senhora do Desterro" (1971), dedicada especificamente a aspectos da cultura popular do litoral de Santa Catarina, marcado desde o período colonial pela presença açoriana e madeirense.

Nas observações do prof. Silvio sobre esta obra, destaca-se todo o investimento e a qualidade das pesquisas do prof. Cabral. A seu ver, sua contribuição tem suporte na enorme quantidade de dados, coletados em sua maioria em fontes primárias, colocados à disposição das novas gerações, uma vez que este autor,

[...] dedicou mais de trinta anos a exaustivas pesquisas em arquivos, bibliotecas, coleção de jornais, álbuns familiares, acervos de Museus, além de muitas entrevistas com pessoas que podiam prestar esclarecimentos sobre certos episódios

(SANTOS, 1972, p. 115).

De modo similar, e provavelmente inspirado nesta vasta produção do prof. Cabral, em 1971 tem início o projeto de pesquisa do prof. Halfpap (1971, p. 79), *Condições socioeconômicas do homem do litoral*, com o objetivo de "Estabelecer a problemática socioeconômica e cultural do litoral, a partir das bases históricas que determinaram o processo de ocupação dessa região catarinense pela imigração sistemática de contingentes populacionais de Açores e Madeira". Além da continuidade das pesquisas nesta área temática, por meio deste projeto teve início no MA a formação do acervo de cultura popular. De acordo com Halfpap,

Isto tornou-se necessário especialmente porque a Reforma Universitária transformou o Instituto de Antropologia em Museu. Dessa maneira, para atender um público cada vez mais numeroso, as coleções etnográficas estão sendo ampliadas e enriquecidas (HALFAP, 1971, p. 83).

Tendo em vista a necessidade de atenção ao público visitante, o setor de Cultura Popular recebeu, igualmente, no início da década de 1970, a atenção da própria direção do MA, sendo feitos alguns arranjos no prédio original e colocadas algumas peças como: carro de boi, boi-de-mamão, uma carroça e peças de olaria. Foi nesse cenário, afirma o prof. Sílvio,

[...] que atraímos o professor Franklin Joaquim Cascaes [...] por meio de um convênio, que atendendo a um apelo meu, foi firmado com a Prefeitura de Florianópolis. Ele exigiu, para vir para cá, que houvesse um pouco de dinheiro para

continuar suas pesquisas [...] não queria salário⁸³ [...]. Era detentor de um enorme acervo sobre cultura luso-açoriana da Ilha de Santa Catarina. Esse acervo era resultado de sua extraordinária dedicação para registrar diferentes manifestações culturais da população local. [...] Entretanto, as elites da cidade pouca importância davam a seu trabalho e Cascaes nunca havia sido apoiado institucionalmente (SANTOS, 2006, p. 45).

Desde a transferência do prof. Cascaes para o MA, sua obra passou a ser conhecida e intensamente divulgada, tanto para seu público visitante, quanto externamente, em inúmeras exposições que serão referenciadas posteriormente.

Assim sendo, além de estimular e multiplicar enormemente o caráter museológico e de extensão do MA, suas atividades deram continuidade às pesquisas e o registro artístico das manifestações locais da cultura popular açoriana. No Museu, tiveram o acompanhamento de Gelci José Coelho, o "Peninha" como ficou conhecido seu mais importante colaborador. Formado em História pela UFSC e funcionário deste departamento, foi transferido para o MA⁸⁴, passando a integrar e posteriormente coordenar o setor de Cultura Popular, aprendendo "a realizar as montagens de maquetes para a exposição dos conjuntos escultóricos, que representam várias tradições culturais de origem luso-açoriana" (COELHO, 1998, p. 38).

83 Como o Prof. Cascaes era professor aposentado da Escola Técnica Federal, somente em meados da década de 1970 a UFSC encontrou uma forma de contratá-lo. Em 1974 seu acervo foi transferido para o MA, passando a ficar exposto em duas novas salas construídas para esta finalidade, vindo institucionalmente a fazer parte de seu acervo em 1981 (SANTOS, 1998, 2006).

84 Na condição de técnico-administrativo, exerceu inicialmente as funções de secretário do Depto. de História da UFSC. Além de sua atuação como pesquisador e museólogo, decorrente da realização de um Curso em Museologia, exerceu posteriormente a direção do MA, de 1996 a 2008, sem deixar, no entanto, de desenvolver atividades no Setor de Cultura Popular.

Dentre as várias obras dedicadas à produção etnográfica e artística do prof. Cascaes, algumas delas de sua própria autoria, como *O fantástico na Ilha de Santa Catarina* (CASCAES, vol. 1, 1979; vol. II, 2002); *Franklin Cascaes, vida e arte e a colonização açoriana*, contendo entrevistas e textos do autor, organizados por Raimundo Caruso (CASCAES, 1981); e *Crônicas de Cascaes* (2008), merecem especial destaque as obras de Araújo, (1978 e 1979); Cardozo e Miguel (2008); Prade, (2009); Piacentini (2010); além e especialmente da mais recente coletânea, *Franklin Cascaes: outros olhares* (GRAIPEL JR., 2011).

O vasto acervo de Cascaes, fruto de suas investigações e composto por uma diversidade tanto de tipos de registros quanto de materiais⁸⁵, é detalhadamente focalizado, de acordo com Fossari (2011), nos textos de diferentes autores, apresentados na referida coletânea.

Seus estudos eram realizados nas comunidades do interior da Ilha de Santa Catarina. Franklin Cascaes mantinha um método de pesquisa etnográfico próprio, valia-se de um diário, no qual denominava os objetos e descrevia as atividades observadas [...] criando ao longo de sua vida um acervo documental sobre a cultura da população do litoral catarinense [...] apontando algumas das possibilidades do alcance do seu universo de investigação e criação em sua obra (MARquE/DIVISÃO DE MUSEOLOGIA, 2011, p. 15).

Além das atividades de pesquisa e de cuidados com o acervo do prof. Cascaes, é indispensável ressaltar as incontáveis palestras, cursos extra-curriculares, exposições permanentes e itinerantes, atendimento ao público visitante, de modo especial ao público escolar infanto-juvenil que foram realizados pelo setor de Cultura Popular, desde a sua inclusão no Museu até a atualidade. Vale destacar, ainda, que grande parte dessas atividades foram desenvolvidas em parceria com o setor de Museologia do MARquE⁸⁶, e, em parte, com o Núcleo de Estudos Açorianos da UFSC.

No caso específico da parceria com o Núcleo de Estudos Açorianos da UFSC, além da incansável atuação de Gelci J. Coelho registra-se também a atuação neste setor, de Francisco do Vale Pereira (1998). Igualmente graduado em História pela UFSC, atuou no MA do início de 1984 a 1986. Sua reaproximação com os trabalhos na área de cultura popular ocorreu em 1992, quando passou a fazer parte de um grupo de reorganização do Núcleo de Estudos Açorianos da UFSC, retomando novamente a referida parceria, com seu retorno ao MA, em 1999, onde permaneceu até 2008.

Em 2009, Ana Lídia Brizola passou a atuar no MARquE como chefe de expediente, e entre 2010 e 2012 atuou no setor de Cultura Popular, realizando inventários socioeconômicos para a proposição de gestão e planejamento de unidades de preservação nos municípios de Porto Belo e Bombinhas.

Setor de museologia

O atual setor de Museologia tem suas raízes no antigo IA, embora formalmente tenha sido criado no final da década de 1980, na gestão da Prof^a Neusa Bloemer. Este Instituto, já na época de sua instalação, contava com um acervo⁸⁷, acumulado pelos pesquisadores, assistentes do prof.

85 Acervo composto por manuscritos, desenhos, esculturas em argila crua e gesso calcinado, acessórios em madeira, tecido, tintas, papel, metais e fibras vegetais, o que implica uma conservação difícil e muito delicada, exigindo amplo conhecimento para garantir a integridade desta obra (COELHO, 1998). Vale destacar que suas representações abordavam temas os mais diversos, como temas religiosos, de personagens do cotidiano como de vendedores ambulantes, eventos como o carnaval, folgedos infantis, trabalho da mulher, dentre outros.

86 Como principal representante desta primeira parceria, é indispensável citar a atuação de Hermes José Graipel Júnior (1998), graduado em História pela UFSC, que foi transferido para o MA em 1989.

87 Formado por: a) material pré-histórico: artefatos líticos; material cerâmico; artefatos de

Cabral, e uma limitada sala de exposições. Eram necessárias, portanto, em relação a seu acervo, atenções especiais de caráter museológico, de restauração, documentação, guarda e manutenção, o que implicava ter pessoal habilitado para realizar estas tarefas. Ao mesmo tempo, demandava espaços adequados para efetivá-las, o mesmo ocorrendo com outra tarefa museológica de expor este acervo para um público diversificado.

Essas demandas museológicas tornaram-se evidentes a partir de 1970, quando o IA foi transformado em "Museu de Antropologia"⁸⁸. Sob a direção, na prática, do prof. Silvio Coelho dos Santos, os professores/pesquisadores passaram a incluir entre as suas atividades no MA aquelas de caráter museológico, desenvolvidas por limitadas possibilidades de atenção para com o acervo e com a realização de exposições.

Contudo, com um público cada vez mais crescente, evidenciava-se a precariedade das instalações do Museu para manter seu acervo, tanto em depósitos, como em exposições. Esta precariedade foi reconhecida pelo prof. Silvio, para quem o Museu necessitava de instalações mais adequadas, já que a seu ver deveria ser uma instituição integrada dinamicamente à comunidade, e não apenas uma guardiã e expositora de acervos. Sob tal perspectiva, encaminhou ao Banco Interamericano de Desenvolvimento o já referido Projeto "Um Museu para Santa Catarina" (SANTOS, 1971), para captar dotação de recursos financeiros destinada à construção de um prédio para abrigar o MA⁸⁹.

Ao mesmo tempo em que as demandas museológicas por novas edificações eram identificadas, o acervo do MA foi-se expandindo. Por um lado, com a continuação das pesquisas dos setores de arqueologia e etnologia e, por outro, com a vinda para o MA da coleção do prof. Cascaes, demandando providências de várias ordens, tanto em relação à necessidade de pessoal especializado para tratá-lo quanto de instalações para ser cuidado e registrado.

Novas contratações para o MA/setor de museologia

osso esqueletos humanos; conchário b) material de culturas indígenas: arcos e flechas, lanças, redes e mantas, cestaria e instrumentos musicais; c) e, posteriormente, material de cultura popular. Parte desse material foi acumulado, de início, através das pesquisas nas áreas de Arqueologia e Etnologia Indígena, desenvolvidas no reduzido espaço a que já nos referimos, destinado à Cadeira de Antropologia, na então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santa Catarina.

88 Vale lembrar que apesar do Regimento do Instituto de Antropologia, elaborado em 1968 (ANAIS DO MA, 1971, p. 195), indicar a disposição para a futura instalação de um museu, ele se tornou realidade inesperadamente, quando da Reforma Universitária. Deste modo, despertou inquietações em vários de seus dirigentes, como as manifestadas por Santos (1968), já citadas, e as de Halfap (1968), os quais, colocando em pauta a "figura do público", foram levados a se questionarem, dentre outros aspectos, se estavam preparados para este tipo de atendimento.

89 Área de exposições situada no térreo do prédio original do IA, disputando espaço com os laboratórios de Arqueologia e de Antropologia Física, a secretaria, a cozinha e os banheiros. Como era urgente na perspectiva do pessoal do MA a disponibilidade para realizar exposições em seu próprio espaço, na época a solução mais imediata foi construir anexos para tais fins. A solução foi a construção de dois blocos modulados contíguos à sala inicial, inaugurados em 1973. Durante a gestão da Profa. Anamaria Beck, mais outros dois modulados foram erguidos, um deles para ampliar a exposição de acervo de Cascaes, e outro para expor amostras de Geologia na área do MA, sob a responsabilidade do Departamento de Geociências/CFH, além de um terceiro espaço expositivo, adaptado junto à entrada principal, no andar térreo - onde funcionava a secretaria, destinado a exposições temporárias, geralmente de pequenos conjuntos escultóricos da coleção de Cascaes. Durante as gestões do Prof. Halfpap, e posteriormente do museólogo Gelci J. Coelho, foram construídas duas edificações rústicas para a instalação de engenhos, destinadas à exposição pública. O primeiro, em uma lateral da edificação principal, com materiais e técnicas de fabricação, obedecendo aos costumes do século XIX e meados do século XX, para abrigar maquinários de um engenho de fabricação de farinha de mandioca; o segundo, aos moldes do anterior, foi instalado na outra lateral, destinado a um engenho de fabricação de açúcar. Novos espaços expositivos, a que retornaremos mais adiante, só foram definitivamente inaugurados em 2012.

Como dissemos, logo de início sua extensa obra de Cascaes contribuiu para a ampliação e dinamização da área da cultura popular, despertando o interesse de Gelcy José Coelho que, a convite do prof. Eble, começou a auxiliar Cascaes em tarefas museológicas, a ponto de tornar-se seu mais importante colaborador (COELHO, 1998). Entretanto, esta dinamização, coordenada pelo próprio autor deste acervo, dependia, de fato, de uma equipe – além da colaboração imprescindível do “Peninha” – formada por pessoal do próprio MA⁹⁰ – para os trabalhos de preparação e montagens.

Por conta do necessário preparo para as tarefas museológicas mais específicas, quando da incorporação do acervo de Cascaes ao patrimônio da UFSC, Gelci J. Coelho foi encaminhado, em 1978, para um “Curso de Especialização em Museologia”, oferecido pela Escola de Sociologia e Política da USP⁹¹. Porém, somente na gestão da profa. Neusa Maria Bloemer foi criada a Divisão de Museologia do MA, mantida, a partir daí, sob a coordenação de Gelci J. Coelho, até 1996⁹².

Ao assumir a direção do museu, em 1982, a profa. Neusa Maria Bloemer buscou atrair um maior número de visitantes, estabelecendo um programa específico de visitação voltado para alunos de escolas b asicas e secund arias da Grande Florianópolis. A demanda foi tanta que houve necessidade de contar com a atua o dos estudantes que estagiavam no MA⁹³, e repensar a disponibilidade de pessoal preparado para atuar na Institui o (BLOEMER, 1998).

Desse modo, outra preocupa o da citada professora foi a amplia o do quadro de funcionários do museu, o que ocorreu desde o início de sua gestão, com a já referida contrata o da arqueóloga Teresa Domitila Fossari para retomar as atividades do setor de arqueologia. Assim, graças   sua atua o, em 1983 começou a ser reorganizado o acervo deste setor, sendo que o trabalho inicial, de caráter museológico, objetivou sua manuten o e armazenamento – tarefas a que retornaremos mais adiante – que já que se encontrava disperso em vários espaços das edifica es do conjunto do MA.⁹⁴

De modo similar, tendo em vista a cataloga o do acervo indígena, Cristina Castellano, na época (1988) funcionária da UFSC e estudante de Ciências Sociais – que se demonstrou motivada para desenvolver atividades profissionais no MA – foi encaminhada para realizar um curso de Curadoria de Cole o Fotográfica, no Museu Paulista (USP). Em seu retorno, passou a atuar como museólogo no MA, onde permanece até os dias atuais, sendo desde 1996 a coordenadora do setor de Museologia. Posteriormente realizou um curso de Especializa o em Museologia para Climas Tropicais, no Centro Nacional de Conservación, Restauración y Museologia/CENCREM. Havana/Cuba, e defendeu sua disserta o de mestrado, em 2011, intitulada *Museu, linguagem e a Cole o Etnográfica Tikuna: da transforma o do contexto*, no Curso Ciência da Linguagem da UNISUL.

90 Esta equipe de apoio era formada por Dilma Maria Menezes Concei o, Helena Versola, Hélio Manoel Alves, Maria Concei o das Chagas, Valdomiro Gonçalves, Djalma Elias Correa e Osmar Concei o.

91 Esse curso foi oferecido pela primeira vez no Brasil, com a participa o do Museu de Arte São Paulo. Segundo Gelci J. Coelho, esse curso introduziu uma nova museologia na Universidade, “buscando dinamizar a atividade museológica, inclusive em todo o estado de Santa Catarina, orientado para a realiza o de pesquisas e a documenta o de acervos, visando   segurança,   conserva o e   apresenta o como apoio   educa o fundamental e ao lazer cultural” (COELHO, 1998, p.38).

92 Gelci J. Coelho exerceu simultaneamente a coordena o do Setor de Cultura Popular e a dire o do Museu, durante 12 anos, ou seja, até 2008, época em que se aposentou.

93 Em um período de dois anos dobrou o número de visitantes provenientes das escolas.

94 Inclusive no prédio que atualmente abriga o laboratório de Botânica, no qual em determinado período estava instalada uma rádio. Depois este acervo foi reunido e armazenado em dezenas de caixas de madeira (construídas especificamente para tal fim, conforme as orienta es museológicas da época), em um pequeno prédio (onde funcionava a marcenaria e a garagem do IA), transformado em reserva técnica e laboratório de Arqueologia.

Em 1989, Hermes Graipel, transferido para o MA de início para a execução de funções administrativas, passou também, paulatinamente, a exercer tarefas técnico-científicas no setor de Museologia, onde se fixou de 1996 até 2012. Para qualificar sua atuação neste setor, participou de seminários, congressos, palestras e estágios, vindo a defender, em 2008, a dissertação de mestrado intitulada *O perfil do profissional que atua em Museus do Estado de Santa Catarina* – sendo o primeiro funcionário do MA a desenvolver uma dissertação envolvendo aspectos relativos à museologia.

Após a oficialização da divisão de museologia, sob a coordenação do museólogo Gelcy José Coelho⁹⁵, as atividades inerentes a este setor, mantiveram-se no mesmo ritmo em torno da obra de Cascaes, catalogando, organizando e restaurando seu acervo,⁹⁶ produzindo um índice dos seus manuscritos; mantendo as exposições permanentes e montando as temporárias e itinerantes – aspectos que serão tratados posteriormente – e acompanhando os escolares em visita às exposições do MA.⁹⁷ Por outro lado, as atividades envolvendo os acervos de arqueologia e etnologia indígena continuavam sob a responsabilidade dos coordenadores dos respectivos setores, inclusive as montagens de exposições com tais acervos.

Quando o prof. Halfpap assumiu a direção do MA, a precariedade e a falta de local adequado para a guarda e conservação do acervo e dos modulados que abrigavam as exposições eram preocupantes. Assim, em 1990 instituiu a *Comissão de Avaliação do Museu de Antropologia*, cujos diagnósticos dos especialistas⁹⁸ que dela participaram colocaram em pauta, pela primeira vez e com detalhes, os graves problemas que desafiavam as atividades do MA, notadamente as da Divisão de Museologia, em termos físicos e estruturais. O papel de “almoxarifado” que regimentalmente lhe cabia, também deveria ser superado, o que levou este diretor, contando com o apoio dos funcionários Lenir Ribas e Hermes José Graipel Junior, a apresentar uma proposta de Restrução do Regimento do Museu Universitário. Concomitantemente, a equipe técnico-científica do MA elaborou o projeto *O Museu Universitário professor Oswaldo Rodrigues Cabral, a comunidade catarinense e a democratização da cultura*. Tratava-se de uma proposta de reestruturação do MA em termos de definição de sua política científica e museológica, norteadas pela natureza de seu acervo e, em caráter de urgência – para a construção de uma reserva técnica (RT I). Esta construção foi efetivada durante a gestão de Teresa D. Fossari – com total apoio do Reitor Antônio Diomário de Queiros e repasse de verba parlamentar federal – passando a abrigar a coleção do prof. Cascaes, o acervo de etnologia indígena e parte do acervo arqueológico⁹⁹. Do mesmo modo, em 2002, durante a gestão do “Peninha”, foram edificadas mais duas reservas técnicas – denominadas de M5 – construídas onde foram instaladas outras duas reservas técnicas (RT II e RT III)¹⁰⁰. Vários

outros projetos em relação ao acervo do Museu foram encaminhados depois da instalação da primeira reserva técnica¹⁰¹.

95 Também responsável pelo setor de cultura popular.

96 Nas atividades de restauração, a participação do funcionário Euclides Vargas que, posteriormente, tornou-se técnico em restauração, foi bastante intensa.

97 Neste caso, contou com a colaboração da jornalista Maria Isabel Orofino Schaefer na produção e editoração de cartilhas para este acompanhamento.

98 Dois arquitetos da UFSC e uma museóloga da 12ª dr/SPHAN.

99 O trabalho de organização deste acervo começou a ser realizado na gestão do diretor Gelcy J. Coelho, por Cristina Castellano, que assumiu a coordenação desse setor, contando posteriormente com a colaboração de Hermes Graipel Júnior nessas tarefas.

100 Nelas foram armazenados, respectivamente, o restante do acervo arqueológico e a coleção esquelética. Este prédio (M5) também alojou o Centro de Documentação e o gabinete dos pesquisadores da Divisão de Museologia.

101 Vários outros projetos em relação ao acervo do Museu foram encaminhados depois da instalação da primeira reserva técnica. Dentre eles o projeto Acondicionamento das obras de arte sobre papel – Coleção “Profa. Elizabeth Pavan Cascaes encaminhado ao Quarto Programa de Apoio a Museus/ VITAE. ; Sistema de Acondicionamento e Armazenamento do Acervo Arqueológico do Museu Universitário/UFSC. Instituição financiadora: Vitae – Oitavo Programa

A elaboração e o desenvolvimento desses projetos dependeram da contratação de profissionais especializados em restauro, não disponível no quadro do MA. Destaca-se a restauradora Vanilde Rohling Ghizoni¹⁰², que durante alguns anos participou dos projetos desta divisão¹⁰³ e, entre os bolsistas auxiliares, Aline Carmes Krüger¹⁰⁴ que atuou durante quase uma década e depois de formada foi curadora de exposições, com acervo do MA¹⁰⁵.

Vinculado à divisão de museologia, em 1999 foi retomada a organização do Centro de Documentação do MA, sob a responsabilidade da arquivista Wanda Rita.¹⁰⁶ Esta atividade contou com a participação de Elizabeth Pereira Russi Alexandre (professora de 1º e 2º graus), também lotada no MA. No final da gestão do museólogo Gelcy José Coelho, foi realizado o primeiro concurso da instituição para preenchimento da vaga de museólogo¹⁰⁷, ingressando Ana Lucia Bergamo que, por desistência, foi substituída por Viviane Wermelinger Guimarães, em 2009.

Por solicitação de Teresa Fossari, em sua segunda gestão, foram abertos concursos públicos destinados à admissão de profissionais de diversas áreas para o quadro do MARquE. Na Divisão de Museologia ingressaram, em 2011, Vanilde Rohling Ghizoni, restauradora que também passou a responder pelas três RTs e Sylvia Gravana da Cunha, arquivista que assumiu a coordenação Centro de Documentação. Em 2012 ingressou Flora Bazo Schmidt, Pedagoga/Área Educacional, que inaugurou a área da educação neste Museu¹⁰⁸.

Exposições do e no MA/MARquE

Paralelamente às preocupações e providências iniciais, com os cuidados do acervo e com insta-

de Apoio a Museus; Conservação e Restauração – Coleção Professora Elizabeth Pavan Cascaes e Coleção Tom Wildi; Instituição financiadora: Vitae – Décimo Programa de Apoio a Museus; Inventário e Estudo Técnico do Acervo Arqueológico do Museu Universitário, Professor Oswaldo Rodrigues Cabral. Instituição financiadora: Vitae – Décimo Primeiro Programa de Apoio a Museus; Sistema de Climatização, Segurança e Armazenamento do Acervo do Museu Universitário/UFSC. Instituição financiadora: Iphan – Prêmio de Modernização de Museus; Projeto de Catalogação e Informatização do Acervo do Museu Universitário Professor Oswaldo Rodrigues Cabral e Aquisição da Coleção de Rendas “Doralécio Soares” – Instituição Financiadora: Programa Caixa de Adoção de Entidades Culturais; Modernização dos Espaços Museais. Instituição Financiadora: Ibram – Edital de Modernização do Instituto Brasileiro de Museus. O MA/MARquE contou, também, com um convênio entre a UFSC e o Empreendimento Imobiliário Costão do Santinho que repassou recursos financeiros, entre os anos de 2001 e 2007, empregados na aquisição de material para a manutenção da obra de Cascaes e outros, como estantes de aço para acomodar acervo arqueológico.

102 E o laboratório de restauro “Empresa Memória Conservação-Restauração de Bens Culturais Ltda”, sob sua responsabilidade, além dos outros profissionais desta empresa: Claudia Philippi Scharf e Lia Canola Teixeira.

103 Contou, ainda, com os arqueólogos Maria Madalena Velho do Amaral, Francesco Palermo Neto e Luciane Scherer, no caso dos trabalhos voltados para acervo arqueológico, além do biólogo Maurício Eduardo Graipel, na área da zooarqueologia.

104 Também foram bolsistas da divisão de museologia Milton Knabben Fileti, Kátiuscia Maria Lazarin, Maria de Fátima Carvalho Correia, todos licenciados em história, dentre outros.

105 “Olhares – Desenhos e Esculturas de Franklin Cascaes”, em 2006, e “Céu Estrelado”, sobre rendas de bilro, em 2007, ambas realizadas na Galeria de Artes da UFSC.

106 Neste centro, além dos documentos (escritos como correspondências, relatórios, projetos; iconográfico, como diapositivos fotos, mapas, croquis) gerados durante os anos de existência da Instituição, também foi incluída a sua biblioteca.

107 Em virtude da aposentadoria de Gelcy José Coelho.

108 Os outros profissionais concursados que ingressaram no MA sob a gestão de Fossari foram Angelo Renato Biléssimo (Historiador, admitido em 2010); e Marcel Agostinho dos Santos (Assistente Administrativo), admitido em 2011. Além desses, também aconteceu um concurso para a admissão de um arqueólogo, porém questões burocráticas impediram a admissão deste profissional de imediato.

lações adequadas, ainda na década de 1970 o MA realizou suas primeiras atividades de exposição "extra muros". Dentre elas destaca-se a que aconteceu na IIIª Feira de Amostra da Indústria e Comércio, realizada em Florianópolis, em 1971¹⁰⁹, a qual contou também com a colaboração do prof. Franklin Cascaes, através da montagem de um engenho de farinha em miniatura, entre outros elementos escultóricos de sua coleção (Relatório do MA/UFSC, Anais de 1972).

Outro evento a ser destacado foi a organização, pelos professores/pesquisadores do MA, da IIIª Mostra Museológica Brasileira, em 1972. Instalada no *hall* do edifício da Reitoria da UFSC. Esta mostra envolveu 18 Museus e 10 expositores particulares, recebendo mais de 5.000 visitantes (Relatório do MA/UFSC, Anais de 1972).

No entanto, a situação das exposições¹¹⁰ agravava-se cada vez mais, exigindo uma solução imediata. Em 1992, quando a arqueóloga Teresa Domitila Fossari assumiu a direção, viu-se forçada, em concordância com a equipe do MA, à lamentável incumbência de fechar as exposições no próprio Museu. Retirando o acervo exposto e transferindo-o para locais mais seguros, evitou-se o desabamento iminente que traria danos irreparáveis a parte considerável do acervo.

Desse modo, somente em 2012 as exposições de longa duração do MA/MARquE foram reiniciadas, com a exposição *Olhares plurais sobre a arte e cultura material Ticuna - Rede Museus, coleções e patrimônios plurais*. Coordenada por Cristina Castellano, esta foi a primeira exposição a ser montada no "Pavilhão de Exposições Antropólogo Sílvio Coelho dos Santos". Contudo, seu acervo continuou a ser exposto em outros locais do campus e fora dele¹¹¹. Uma exceção foi a montagem da obra de Cascaes - a tradicional procissão *Nosso Senhor dos Passos* - em um enorme tablado, construído em uma das antigas salas de exposições do MA. Essa montagem objetivou o mapeamento da distribuição espacial de todos os elementos escultóricos que compõem a representação dessa cerimonia religiosa.

Enquanto no período de 2008 a 2012 (segunda gestão de Teresa D. Fossari), as atividades o setor de Museologia centraram-se inicialmente no acompanhamento da conclusão das obras de construção e no projeto expográfico do Pavilhão de Exposições *Antropólogo Sílvio Coelho dos Santos*, entre os anos de 2008 a 2012 a atenção deste setor voltou-se para projetos visando a conservação e a salvaguarda do acervo do MARquE. Para tanto, a coordenadora da divisão de Museologia, Cristina Castellano¹¹², assessorada pela museóloga Viviane Wermelinger e pela arquivista Sylvia Gravana da Cunha, elaboraram e desenvolveram projetos, tendo captado recursos externos para esse fim, por meio de editais; supervisionaram projetos complementares para a finalização do "Pavilhão de Exposições Antropólogo Sílvio Coelho dos Santos"; foram responsáveis

109 Sendo que nesta atividade "mais de 50.000 pessoas tiveram oportunidade de conhecer aspectos das culturas pré-históricas e indígenas de Santa Catarina" (Relatório do MA/UFSC, Anais de 1971, p. 138).

110 Montadas sobre suportes de madeira deteriorados devido à ação dos cupins.

111 Entre as exposições extramuros destacam-se as seguintes: a realizada em 1995, intitulada *O Cotidiano no Forte São José da Ponta Grossa: Aspectos da Alimentação* - montada no próprio Forte, com acervo proveniente de escavações arqueológicas ali realizadas, evidenciando aspectos culturais de seus moradores nos séculos XVIII e XIX; a mostra de acervo arqueológico do MA, sob a supervisão de Hermes José Graipel Junior, no evento intitulado *Associação Brasil 500 Anos Artes Visuais - Mostra do Redescobrimto*, realizada entre abril e setembro de 2000, no Parque do Ibirapuera, em São Paulo, evidenciando a multiplicidade e a abrangência da cultura material no Brasil, e atingindo um público acima de um milhão de pessoas; a exposição *Franklin Cascaes: desenhos e esculturas*, em agosto de 2010, no Palácio Cruz e Souza, apresentando 29 desenhos e quatro conjuntos de esculturas feitas com argila não cozida, pertencentes ao acervo do Ma; a Exposição *Guarani, Kaingáng e Xokleng - Memórias e Atualidades ao Sul da Mata Atlântica*, em 2011, no Hall do Prédio da Reitoria da UFSC, uma coprodução da Divisão de Museologia, Setor de Etnologia Indígena e Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, com a participação de 120 alunos deste curso no planejamento e concepção das diferentes etapas desta exposição.

112 Cristina Castellano também coordenou o projeto *Olhares plurais sobre a arte e cultura material Ticuna - Rede Museus, coleções e patrimônios plurais*, de montagem de exposição, realizada em Manaus, em parceria com o Museu Amazônico e o Instituto Brasil Plural da UFSC.

pela montagem das exposições externas do Museu que envolveram temáticas apresentadas e elaboradas pelos respectivos setores, bem como de outras instituições, além da organização do "Centro de Documentação do MU", com o apoio da Biblioteca Central da UFSC, e do *Programa Museu em Curso*, consistindo de palestras mensais¹¹³ com temas sobre teoria e prática museológica - abertas ao público em geral, - realizadas no auditório do Museu, em parceria com a "Secretaria de Cultura e Arte da UFSC" (SeCArt) e com a "Associação dos Amigos do Museu Universitário" (AMU).

Em 2010/2011 foi desenvolvido o trabalho de restauração das obras da Coleção professora Elizabeth Pavan Cascaes, pela restauradora Vanilde Rohling Ghizoni da Empresa Memória Conservação-Restauração de Bens Culturais Ltda¹¹⁴.

Atualmente o setor de Museologia encontra-se em plenas condições de exercer o seu papel, respondendo pelas políticas de conservação do acervo e demais políticas museológicas, coordenando as três reservas, completamente equipadas em termos de sistemas de climatização e de segurança, e com instalações adequadas para fazer exposições temporárias e permanentes.

Do mesmo modo, pode-se afirmar que o MA/MARquE, ao longo de sua história, a despeito de muitos desafios, fez jus à herança deixada por seus iniciadores, de modo todo especial pelo prof. Oswaldo Rodrigues Cabral, nosso homenageado neste evento, bem como pelo prof. Sílvio Coelho dos Santos, seu primeiro discípulo a se responsabilizar em dar continuidade a sua obra, de acordo com a proposta de criação do Instituto de Antropologia. Ou seja, de um modo ou de outro, contribuiu para a ampliação do corpo docente e de pesquisadores de Antropologia na UFSC; para a continuidade das pesquisas e da preservação do patrimônio arqueológico catarinense; dos estudos e da parceria na defesa dos direitos das populações indígenas radicadas em Santa Catarina; da preservação, estudo e exposições de seu acervo de cultura popular, e dos demais acervos mantidos em suas reservas técnicas.

Referências

AMARAL, M. M. V. do. *As oficinas líticas de polimento da Ilha de Santa Catarina*. Dissertação de mestrado em História—Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica - PUC/RS, 1995.

ARAÚJO, A. M. de. *Mito e Magia na Arte Catarinense*. Tese apresentada no concurso para professor-titular na disciplina História da Arte, setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Curitiba (PR): Universidade Federal do Paraná - UFPR, 1978.

ARAÚJO, E. M. de. Análise do material ósseo humano do sambaqui do rio Lessa (SC.LF.39). *Anais do Museu de Antropologia*, n. 2, Ano II. Florianópolis: UFSC/MA, 1969.

----- Afecções dentárias hiperementose e abrasão nas populações pré-históricas do litoral de Santa Catarina. *Anais do Museu de Antropologia*, v. 3, Ano III. Florianópolis: UFSC/MA, dez. 1970.

BANDEIRA, D. da R. *Mudança na estratégia de subsistência: o sítio arqueológico Enseada I: um estudo de caso*. Dissertação de mestrado em Antropologia Social—Florianópolis: UFSC, 1992.

BECK, A. A variação do conteúdo cultural dos sambaquis (Projeto de pesquisa). *Anais do 2º Simpósio de Arqueologia da Área do Prata*. S. Leopoldo, RS: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1968.

113 A primeira palestra intitulada "Museu e Pesquisa", destacando a pesquisa científica como uma das principais funções das instituições museológicas, ocorreu em setembro de 2010, tendo como ministrante o museólogo Marcio Rangel, do Museu de Astronomia e Ciências Afins do Rio de Janeiro.

114 Este foi seu último trabalho por esta empresa, pois logo em seguida, conforme já mencionado anteriormente, ingressou no MA como restauradora.

- . A cerâmica dos sambaquis do litoral norte de Santa Catarina. *Pesquisas*. S. Leopoldo, RS: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1968 b.
- . O sambaqui de Congonhas I - relatório preliminar. *Anais do Museu de Antropologia*, v. 1, Ano I. Florianópolis: UFSC/MA, 1968.
- . Grupos cerâmicos do Litoral de Santa Catarina - Fase Rio Lessa e fase Enseada. *Anais do Museu de Antropologia*, v. 4, Ano IV. Florianópolis: UFSC/MA, 1971.
- . Os sambaquis do Brasil meridional - Litoral de Santa Catarina. *Anais do Museu de Antropologia*, v. 3, Ano III. Florianópolis: UFSC/MA, 1970.
- . *A variação do conteúdo cultural dos Sambaquis do Litoral de Santa Catarina*. Tese de doutorado em Ciências Humanas, opção Antropologia. São Paulo: Universidade de São Paulo - USP, 1973.
- . Mudança social na área rural da Ilha de Santa Catarina (Projeto de Pesquisa). *Anais do Museu de Antropologia*, v. 7, Ano VII. Florianópolis: UFSC/MA, 1974.
- . Editorial em homenagem ao prof. Oswaldo Rodrigues Cabral. *Anais do Museu de Antropologia*, v. 11, Ano X. Florianópolis: UFSC/MA, 1978.
- . *Lavradores e pescadores: um estudo sobre o trabalho familiar e trabalho acessório*. Tese apresentada no concurso para professor titular. Florianópolis: UFSC, 1979.
- . Depoimento. In: *Revista Comemorativa dos 30 anos do Museu Universitário Oswaldo R. Cabral*. Florianópolis: PRCE/UFSC, 1998.
- .; DUARTE, G. M.; REIS, M. J. Sambaqui do Morro do Ouro - Nota Prévia. *Pesquisas*. S. Leopoldo, RS: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1969.
- . ARAÚJO, E. M.; SILVA, V. H. O. da; S. THIAGO, M. A. L. de; FOSSARI, T. D. Estudos do Sambaqui do Rio Lessa. *Anais do Museu de Antropologia*, v. 2, Ano II. Florianópolis: UFSC/MA, 1969.
- .; ARAÚJO, E. M. de; DUARTE, G. M. Síntese da arqueologia do litoral norte de Santa Catarina. *Anais do Museu de Antropologia*, v. 3, Ano III. Florianópolis: UFSC/MA, 1970.
- . ARAÚJO, E. M. de; DUARTE, G. M.; FOSSARI, T. D.; BELANI, E. M. A indústria óssea dos sambaquis do litoral norte - Fase Enseada. *Anais do Museu de Antropologia*, v. 3, Ano III. Florianópolis: UFSC/MA, 1970.
- .; COSTA, C. M.; LACERDA, E. P.; TORRENS, J. C. Roça, pesca e renda: trabalho feminino e reprodução familiar. *Anais do Museu de Antropologia*, v. 16, Ano XV. Florianópolis: UFSC/MA, 1984.
- BLOEMER, N. M. S. *Itagá: alguns aspectos do funeral Bororo*. Dissertação de mestrado em Antropologia Social. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo USP, 1980.
- . *Itinerâncias e migrações: a reprodução social de pequenos produtores e as hidrelétricas*. Tese de doutorado em Antropologia Social. São Paulo: Universidade de São Paulo - USP, 1996.
- . Depoimento. In: *Revista Comemorativa dos 30 anos do Museu Universitário Oswaldo R. Cabral*. Florianópolis: PRCE/UFSC, 1998.
- . et al. *Os Kaingang no oeste catarinense: tradição e atualidade*. Chapecó/SC: UNOCHAPECÓ/Ed. Argos, 2007.
- .; NACKE, A. Revisitando o Toldo Chimbanguê. *Revista de Antropologia da USP*, v. 39, n. N. 2, São Paulo, 1995.
- .; NACKE, A. A precarização de políticas públicas e suas repercussões na auto-sustentação

- dos Kaingang do oeste catarinense. *Ilha - Revista de Antropologia*, v. 10, n. 1. Florianópolis: UFSC/PP-GAS, 2009.
- BURKE, P. *O que é história cultural?*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- CABRAL, O. R. *Santa Catarina: história e evolução*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1938.
- *Folclore do jogo do bicho*. Porto (Portugal): Tipografia da Livraria Simões Lopes, 1953.
- *Cultura e folclore. : bases científicas do folclore*. Florianópolis: Comissão Catarinense de Folclore, 1954.
- *A medicina teológica e as benzeduras: suas raízes na história e sua persistência no folclore*. São Paulo: Departamento de Cultura, 1958.
- *Discurso de inauguração do Instituto de Antropologia. Anais do Instituto de Antropologia*, v. 1, n. 1. Florianópolis: UFSC/MA, 1969.
- *Nossa Senhora do Desterro da Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 1971.
- ; PIAZZA, W.; SANTOS, S. C. dos. Proposta de criação do Instituto de Antropologia (1964). In: SANTOS, S. C. dos (Ed.). *Memória da Antropologia no Sul do Brasil*. Florianópolis: UFSC/ABA, 2006.
- CARDOZO, F.; MIGUEL, S. *Treze Cascaes*. Florianópolis: Fundação Cultural de Florianópolis, 2008.
- CASCAES, F. *O fantástico na Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1979. v. 1.
- *Vida e arte e a colonização açoriana*. Entrevistas concedidas e textos organizados por Raimundo C. Caruso. Florianópolis: UFSC, 1981.
- *O fantástico na Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002. v. 2.
- CASTELLANO, C. *Museu, linguagem e a Coleção Etnográfica Tikuna: da transformação do contexto*. Dissertação de mestrado em Ciências da Linguagem. Palhoça (SC): Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL, 2011.
- CASTILHO, P. V. de. *Estudo da utilização de mamíferos aquáticos por populações pré-históricas da região norte da Ilha de Santa Catarina*. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Ciências Biológicas. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, 1999.
- CHARTIER, R. *A História Cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- COELHO, G. J. Depoimento. In: *Revista Comemorativa dos 30 anos do Museu Universitário Oswaldo R. Cabral*. Florianópolis: PRCE/UFSC, pp. 38,1998.
- COUTINHO, I. S. *Identificação e biometria dos restos conchíferos presentes no sítio arqueológico do Rio do Meio, Ilha de Santa Catarina/SC*. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Ciências Biológicas. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, 1999.
- DARELLA, M. D. P. Ainda o Calha Norte. Infelizmente. *Anais do Museu de Antropologia*, v. 19, Anos XIX e XX. Florianópolis: UFSC/MA, 1992.
- *Os Guarani-Mbyá da Grande Florianópolis: movimento, subsistência, terras, vida, luta e perspectivas*. In: *3ª Reunião Especial da SBPC*. Florianópolis: SBPC, 1996.
- *Aldeias, terras e índios Guarani no litoral centro-norte de Santa Catarina e a BR 101*. Florianópolis: UFSC, MA (dig.).
- *Árvores cósmicas/sagradas: O pindo e o ygary na cosmovisão dos índios Guarani*. São Paulo: PEPG/PUC-SP, 1999b.

- *Estudo de Impacto e Programa Básico Socioambiental do projeto de duplicação da rodovia BR 101 – trecho sul relativo às populações indígenas*: questionamentos quanto a sua trajetória e efetividade. Florianópolis: UFSC/MA [s.n.].
- Os relatórios Estudo de Impacto e Programa Básico Socioambiental do projeto de duplicação da rodovia BR 101 – trecho sul relativos às populações indígenas: questionamentos quanto a sua trajetória e efetividade. IV RAM. Curitiba, 2001b.
- *Parecer antropológico relativo às comunidades Guarani da região litoral norte de Santa Catarina e o projeto de construção da linha de transmissão de energia elétrica da subestação de Joinville a São Francisco do Sul (230 kV)*. Florianópolis: UFSC/MA. 2001c. (dig.)
- *Programa Básico Socioambiental: as populações indígenas e a duplicação da BR 101, trecho Palhoça/SC - Osório/RS*, Florianópolis: UFSC/MA. 2001d. (dig.)
- *Projeto Milho Guarani*. Florianópolis: UFSC/MA. 2001e. (dig.)
- Reflexões sobre a palavra falada em guarani e português em busca de yvy porã/tekoa porã (terras boas, aldeias boas) no litoral do estado de Santa Catarina. *Revista Encontros Teológicos*, v. 16. Florianópolis: Instituto Teológico de Santa Catarina, 2001.
- *Ore Roipota Yvy Porã "Nós Queremos Terra Boa". Territorialização Guarani no Litoral de Santa Catarina - Brasil*. Tese de doutorado em Ciências Sociais/Antropologia—São Paulo: Pontifícia Universidade Católica - PUC/SP, 2004.
- *Componente Indígena do Estudo de Impacto Ambiental - Relatório de Impacto do Meio Ambiente*. Duplicação da Rodovia BR 280 Trecho São Francisco do Sul - Jaraguá do Sul / Santa Catarina. Florianópolis: UFSC/MA. 2010. (dig.)
- *Breves considerações sobre o setor de etnologia indígena do MARQUE/UFSC*. Florianópolis: MARQUE/UFSC, 2014 (dig.).
- et al. *Tekoa Vy'a Porã. TI Morro dos Cavalos - Palhoça/SC. Laudo antropológico. Laudo agrônomo*. Florianópolis: UFSC/MA, 2004. (dig.)
- ; GARLET, I. J.; ASSIS, V. S. *Estudo de Impacto: As populações indígenas e a duplicação da BR 101, trecho Palhoça/SC - Osório/RS*. Florianópolis: UFSC/MA. 2000. (dig.)
- ; MELLO, F. C. *Laudos Antropológicos e sua contribuição ao Direito*. In: COLAÇO, T. L (Ed.). *Elementos de Antropologia Jurídica*. Florianópolis: Conceito, 2008.
- DUARTE, G. M. O sambaqui do Rio Lessa (SC-LF-39) e suas relações com o meio natural. *Anais do Museu de Antropologia*, v. 2, Ano II. Florianópolis: UFSC/MA, 1969.
- *Distribuição e localização de sítios arqueológicos, tipo sambaqui, na Ilha de Santa Catarina*. *Anais do Museu de Antropologia*, v. 4, Ano IV. Florianópolis: UFSC/MA, 1971.
- EBLE, A.B. *Considerações sobre o sítio arqueológico*. *Anais do Museu de Antropologia*, v. 4, Ano IV. Florianópolis: UFSC/MA, 1971b.
- *A cerâmica Tupi-Guarani e não Tupi-Guarani: correlações culturais e ecológicas em Sta. Catarina*. *Anais do Museu de Antropologia*, v. 4, Ano IV. Florianópolis: UFSC/MA, 1971a.
- *Relatório de Atividades. Curso de mestrado em Antropologia Social, Área de Especialização: Arqueologia*. São Paulo: Universidade de São Paulo - USP, jul. 1977. (mimeo.)
- ; REIS, M. J. *Parque Estadual do Tabuleiro: patrimônio pré-histórico*. In: *Parque Estadual do Tabuleiro: Aspectos culturais e sociais (Relatório)*. Florianópolis: FATMA/Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais - UFSC, 1976. (mimeo.)

-----; SCATAMACCHIA, M. C. Sítio cerâmico Tupi-guarani no Vale do Itajaí (SC-VI-69). *Anais do Museu de Antropologia*, v. 7, Ano XVII. Florianópolis: UFSC/MA, 1974.

-----; SCHIMTZ, S. Sítio cerâmico sobre dunas (SC-LL-70). *Anais do Museu de Antropologia*, v. 5, Ano V. Florianópolis: UFSC/MA, 1972.

FOSSARI, T. D. *A indústria óssea na Arqueologia Brasileira: estudo-piloto do material de Enseada (SC) e Tenório (SP)*. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais - Antropologia Social. São Paulo: Universidade de São Paulo - USP, 1985.

----- *A população pré-colonial Jê na paisagem da Ilha de Santa Catarina*. Tese de doutorado em Geografia. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, 2004.

----- et al. *O povoamento pré-histórico da Ilha de Santa Catarina*, 1o. Relatório. Florianópolis: UFSC/MA/IPHAN/FINEP, 1987. (mimeo.)

----- et al. *O povoamento pré-histórico da Ilha de Santa Catarina*, 2o. Relatório. Florianópolis: UFSC/MA/IPHAN/FINEP, 1988a. (mimeo.)

----- et al. *O povoamento pré-histórico da Ilha de Santa Catarina*, 3o. Relatório. Florianópolis: UFSC/MA/IPHAN/FINEP, 1988b. (mimeo.)

----- et al. *O povoamento pré-histórico da Ilha de Santa Catarina*, 4o. Relatório. Florianópolis: UFSC/MA/IPHAN/FINEP, 1989. (mimeo.)

----- et al. A pesquisa arqueológica do Sítio Histórico São José da Ponta Grossa. *Anais do Museu de Antropologia*, v. 19, Ano XIX e XX. Florianópolis: UFSC/MA, 1992/1994.

GRAIPEL JR., H. J. *O perfil do profissional que atua em Museus do Estado de Santa Catarina*. Dissertação de mestrado em Ciência da Informação. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, 2008.

----- A obra de F. Cascaes: entre a arte e a memória. In-----: *Franklin Cascaes: outros olhares*. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 2011.

----- *Franklin Cascaes: outros olhares*. (Ed.). Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 2011.

HALFPAP, L. C. Caracterização sócio-cultural do homem litorâneo em Santa Catarina (Projeto de pesquisa). *Anais do Museu de Antropologia*, v. 4, Ano IV. Florianópolis: UFSC/MA, 1971a.

----- Aspectos sócio-econômicos do homem do litoral (Relatório preliminar). *Anais do Museu de Antropologia*, v. 4, Ano IV, Florianópolis: UFSC/MA, 1971b.

----- O Litoral de Santa Catarina (Relatório II). *Anais do Museu de Antropologia*, v. 5, Ano V, Florianópolis: UFSC/MA, 1972.

----- A Vida e Obra de Oswaldo Rodrigues Cabral. *Anais do Museu de Antropologia*, v. 6, Ano VI. Florianópolis: UFSC/MA, 1973.

----- Depoimento. In: *Revista Comemorativa dos 30 anos do Museu Universitário Oswaldo R. Cabral*. Florianópolis: PRCE/UFSC, 1998.

HANSEL, F. A. *Arqueologia Biomolecular: análise dos resíduos orgânicos preservados em ecofatos e artefatos recuperados de sítios arqueológicos costeiros pré-coloniais Jê - SC*. Tese de doutorado em Química—Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, 2004.

----- et al. Thermally produced w-(o-alkylphenyl) alkanolic acids provide evidence for the processing of marine products in archaeological pottery vessels. *Tetrahedron Letters*, n. 45, pp. 2999-3002, 2004.

- et al. Arqueologia biomolecular: Passos preliminares para interpretação da origem dos resíduos orgânicos preservados em fragmentos de cerâmica pré-coloniais no Brasil. *Química Nova*. (No prelo).
- ; FOSSARI, T. D.; MADUREIRA, L. S. A. Lipídios em sedimentos arqueológicos - resultados preliminares do sítio arqueológico Rio do Meio, Ilha de Santa Catarina (SC). *Revista Brasileira de Ciências do Solo*, n. 32, pp. 133-140, 2008.
- IORIS, E.; DARELLA, M. D. P. *Da foto o reverso: o campo das disputas sobre as terras indígenas no sul do país*. (No prelo).
- LADEIRA, M.I.; DARELLA, M. D. P.; FERRAREZE, J. A. *Relatório sobre as áreas e comunidades Guarani afetadas pelas obras de duplicação da BR 101 no estado de Santa Catarina, trecho Garuva - Palhoça*. Florianópolis: 1996 a. (mimeo.)
- LEITE, I. B.; LANGDON, E. J. Apresentação. *Ilha - Revista de Antropologia*, v. 10, n. 1, 2009.
- LITAIFF, A. Etnicidade e ambiente: a questão da terra Guarani-Mbyá. *Boletim da ABA*, n. 21, fev. 1994.
- *As divinas palavras. Identidade étnica dos Guarani-Mbyá*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1996b.
- *O sistema médico guarani*. *Revista de Ciências Humanas*. UFSC/CFH. v. 14, p. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1996c.
- *Les fils du soleil: mythes et pratiques des indiens mbya-guarani du littoral du Brésil*. Tese de doutorado em Antropologia Cultural. Montréal (Canadá): Universidade de Montreal, 1999.
- ; DARELLA, M. D. P. Os índios Guarani Mbyá e o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. *22ª Reunião Brasileira de Antropologia*. Brasília (DF), 2000.
- *Kesuita, uma metáfora mítico-histórica*. *Ilha - Revista de Antropologia*, v. 3. Florianópolis: UFSC/PPGAS, 2001.
- et al. *Relatório de eleição da área a ser destinada pela TBG aos índios Mbya-Guarani do litoral do Estado de Santa Catarina*. Florianópolis: [s.n.].
- MELLO, F.C.; DARELLA, M. D. P. As comunidades Guarani e o processo de duplicação da BR 101 em Santa Catarina - Análise da questão territorial. In: *23ª Reunião Brasileira de Antropologia*. Gramado, RS, 2002.
- ; DARELLA, M. D. P. As comunidades Guarani e o processo de duplicação da BR-101 em Santa Catarina: análise da questão territorial. In: LEITE, I. B. (Org.). *Laudos periciais antropológicos em debate*. Florianópolis: NUER/ABA, 2005.
- MENEZES, U. B. de. Museu e Universidade. In: *V Congresso Nacional de Museus*. Petrópolis, RJ: 1970.
- MONDARDO, D. L. *Práticas funerárias das populações pré-coloniais e suas evidências arqueológicas (Reflexões iniciais)*. Dissertação de mestrado em História/Arqueologia. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica - PUC/RS, 1995.
- MUSEU DE ANTROPOLOGIA. Organização de exposições. *Anais do Museu de Antropologia*, v. 4, Ano IV. Florianópolis: UFSC/MA, 1971.
- *IIIª Mostra Museológica Brasileira (Relatório)*. *Anais do Museu de Antropologia*, v. 5, Ano V. Florianópolis: UFSC/MA, 1972a.
- *Relatório do MA, ano de 1971*. *Anais do Museu de Antropologia*, v. 5, Ano V. Florianópolis: UFSC/MA, 1972b.

- MUSEU UNIVERSITÁRIO OSWALDO RODRIGUES CABRAL. DIVISÃO DE MUSEOLOGIA. *Relatório da Divisão de Museologia 2011*. Florianópolis: UFSC/MA, 2012. (mimeo.)
- EQUIPE TÉCNICO-CIENTÍFICA. *O Museu Universitário professor Oswaldo Rodrigues Cabral, a comunidade catarinense e a democratização da cultura*, Florianópolis: UFSC/MA, 1993a.
- EQUIPE TÉCNICO-CIENTÍFICA. *Relatório do Museu Universitário Oswaldo Rodrigues Cabral - Ano 1992*. Florianópolis: UFSC/MA, 1993b. (mimeo.)
- EQUIPE TÉCNICO-CIENTÍFICA. *Um Museu Universitário para Santa Catarina 1968 - 2008*. Florianópolis: UFSC/MA, 2008. (mimeo.)
- NACKE, A.; BLOEMER, N. M. S.; LANGE, A. *Laudo antropológico Toldo Chimbanguê*. Florianópolis/Brasília: UFSC/FUNAI, 1984.
- PEREIRA, F. DO V. Depoimento. In: *Revista Comemorativa dos 30 anos do Museu Universitário Oswaldo R. Cabral*. Florianópolis: PRCE/UFSC, 1998.
- PIACENTINI, T. *Brincadeiras infantis na Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Fundação Cultural de Florianópolis, 2010.
- PIERRI, B. da S. *O mexilhão Perna perna no Brasil: nativo ou exótico?*. Dissertação de mestrado em Aquicultura. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, 2013.
- PRADE, P. *Bruxaria nos desenhos de Franklin Cascaes*. Florianópolis: Fundação Cultural de Florianópolis, 2009.
- REIS, M. J. As casas subterrâneas em Santa Catarina (Projeto de Pesquisa). *Anais do Museu de Antropologia*, v. 4, Ano 4. Florianópolis: UFSC/MA, 1971.
- Relatório das atividades desenvolvidas pelo setor de arqueologia no Campus avançado de Santarém. *Anais do Museu de Antropologia*, v. 5, Ano V. Florianópolis: UFSC/MA, 1972.
- *A problemática arqueológica das estruturas subterrâneas no Planalto Catarinense*. Dissertação de mestrado em Antropologia Social. São Paulo: Universidade de São Paulo - USP, 1980; Erechim, RS; Habilis, 2007.
- *Espaços vividos, migração compulsória, identidade: os camponeses do Alto Uruguai e a UHE de Itá*. Tese de doutorado em Ciências Sociais. Campinas/SP: Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, 1998a.
- In memoriam de Alroino B. Eble. In: *Revista Comemorativa dos 30 anos do Museu Universitário Oswaldo R. Cabral*. Florianópolis: PRCE/UFSC, 1998b.
- *A problemática arqueológica das estruturas subterrâneas no Planalto Catarinense*. Erechim/RS: SAB/Habilis, 2007.
- ; FOSSARI, T. D. In Memoriam do arqueólogo Pe. João Alfredo Rohr. *Anais do Museu de Antropologia*, v. 17, Ano XVII. Florianópolis: UFSC/MA, 1984.
- ; FOSSARI, T. D. Arqueologia e preservação do patrimônio cultural: a contribuição do Pe. João Alfredo Rohr. *Cadernos do CEOM*, v. Ano 22, n. 30. Chapecó: UNOCHAPECO, 2009.
- ROHR, J. A. Sítios arqueológicos de Santa Catarina. *Anais do Museu de Antropologia*, v. 16, Ano XVI. Florianópolis: UFSC/MA, 1984.
- SANTOS, S. C. DOS. Um Museu para Santa Catarina. *Anais do Museu de Antropologia*, v. 4, Ano IV. Florianópolis: UFSC/MA, 1971.
- Sobre o Patrimônio Pré-Histórico em Santa Catarina. *Anais do Museu de Antropologia*, v. 5,

Ano V. Florianópolis: UFSC/MA, 1972.

----- Grupos Tribais Sobreviventes no Sul do Brasil. *Anais do Museu de Antropologia*, v. 6, Ano VI. Florianópolis: UFSC/MA, 1973a.

----- *Índios e brancos no sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng*. (1ª. ed.). Florianópolis: Edeme, 1973b.

----- *Educação e sociedades tribais*. (Livre Docência, 1973). Porto Alegre: Movimento, 1975a.

----- In memoriam do Mestre Oswaldo Rodrigues Cabral. *Anais do Museu de Antropologia*, v. 10, Ano X, pp. 24-26, Florianópolis: UFSC/MA, 1978.

----- *O índio perante o Direito*. Florianópolis: UFSC, 1983.

----- *Índios e brancos no sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng*. (2ª. ed. Porto Alegre: Movimento, 1987.

----- *Os povos indígenas e a Constituinte*. Florianópolis/Porto Alegre: UFSC/Movimento, 1989.

----- Depoimento. In: *Revista Comemorativa dos 30 anos do Museu Universitário Oswaldo R. Cabral*. Florianópolis: PRCE/UFSC, 1998a.

----- O centenário de nascimento do fundador da Antropologia na UFSC, prof. Oswaldo Rodrigues Cabral. In: *V Reunião da RAM*. Florianópolis, 2003.

----- A Antropologia em Santa Catarina. In: SANTOS, S. C. dos (Ed.). *Memória da Antropologia no sul do Brasil*. Florianópolis: UFSC/ABA, 2005a.

----- et al. *Sociedades indígenas e o Direito: uma questão de direitos humanos*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1985.

----- *Oswaldo Rodrigues Cabral na Historiografia Catarinense*. Florianópolis: IHGSC, 2005b.

----- *Memória da Antropologia no Sul do Brasil* (Ed.). Florianópolis: Ed. da UFSC/ABA, 2006.

SIMONIAN, L. T. L. *Cultura material Xokleng: Um levantamento etnográfico*. Ijuí, RS: Museu Antropológico Diretor Pestana/Fidene, 1975. (mimeo.)

OSWALDO RODRIGUES CABRAL E A FORMAÇÃO DA *INTELLIGENTSIA* CATARINENSE

Rogério Ferreira Guerra

Rogério Ferreira Guerra possui graduação em Psicologia pela Universidade Gama Filho(1979), mestrado em Psicologia (Psicologia Experimental) pela Universidade de São Paulo(1985) e doutorado em Psicologia (Psicologia Experimental) pela Universidade de São Paulo(1985). Atualmente é professor titular da Universidade Federal de Santa Catarina. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Experimental.

OSWALDO RODRIGUES CABRAL E A FORMAÇÃO DA INTELLIGENTSIA CATARINENSE

Rogério Ferreira Guerra

Introdução

Os personagens mais importantes do ensino superior catarinense são José Arthur Boiteux (1865-1934), Henrique da Silva Fontes (1885-1966) e Oswaldo Rodrigues Cabral (1903-78). Boiteux foi o fundador do Instituto Histórico e Geográfico de SC e da Academia Catarinense de Letras; não menos importantes em sua biografia foram as criações do Instituto Polytechnico (1917), a primeira instituição de ensino superior no estado, e Faculdade de Direito. Henrique Fontes atuou na fundação desta última unidade e, em decorrência dos problemas de saúde enfrentados por Boiteux, o "patriarca do ensino superior", ele assumiu integralmente o seu gerenciamento; é o momento em que ele imagina a instalação de um "quartirão universitário" e, posteriormente, da "Cidade Universitária".

A instalação do ensino superior havia sido previsto pela Lei Estadual 839 (2 de Outubro de 1909) e tinha como referência os cursos de Farmácia, Obstetrícia e Odontologia, mas o projeto foi materializado a partir do início das atividades do Instituto Polytechnico (13 de Março de 1917), na avenida Hercílio Luz. O IP foi instalado num imponente prédio (682m²), onde atualmente funcionam o Instituto Histórico e Geográfico de SC e Academia Catarinense de Letras; a unidade atendia aos anseios da sociedade catarinense e sua inauguração foi noticiada pelos jornais da época (*O Estado e A Época*, 14 de Fevereiro de 1917). O projeto acompanhava a tendência dos estados mais desenvolvidos e ofertava os cursos de Agrimensura, Comércio, Farmácia, Odontologia e Pilotagem, ou transporte naval (ROSA & MADEIRA, 1978; BLASS & GUERRA, 2007).

O IP teve curta existência devido a problemas variados: as instituições não tinham autonomia, o salário era pouco atraente e não existia nenhuma modalidade de apoio governamental ao ensino e pesquisa. Outros agravantes: Florianópolis se encontrava distante dos grandes centros urbanos e não tinha autosuficiência econômica e cultural; as notícias eram enviadas através de cabogramas ou telegramas e, em razão do precário sistema de transporte, eram necessários alguns dias de viagem para se chegar ao Rio de Janeiro, a capital do país. Os jovens de famílias abastadas não se interessavam pelos "cursos práticos" e buscavam em outras capitais os cursos de Direito ou Medicina. A instalação da Faculdade de Direito (1932, reconhecida em 1935 pelo decreto do Governo Estadual) foi outro evento importante na história do ensino superior catarinense. A instituição funcionou num prédio situado à Rua Felipe Schmidt, esquina com a Praça XV de Novembro.

Esses episódios são pouco conhecidos e, interessantemente, muitos ignoram o pioneirismo do IP e os principais eventos que antecederam ao surgimento do campus universitário e instalação da UFSC. Com efeito, o portal "Exposição UFSC 45 anos" comete uma imprecisão ao informar que "o ensino superior do Estado de Santa Catarina iniciou-se com a criação da Faculdade de Direito, em 11 de fevereiro de 1932"; a informação incorreta foi mencionada no relato de João David Ferreira Lima, o seu primeiro reitor (LIMA, 2000). Outra falha importante foi o esquecimento da função desempenhada pela Faculdade Catarinense de Filosofia (1951), instituição que surgiu para atender aos requisitos necessários à criação de uma universidade em Santa Catarina. Os principais eventos foram liderados por Boiteux e Fontes, enquanto Oswaldo Cabral foi o intelectual que contribuiu substancialmente para a solidez das instituições. É sobre este último personagem que iremos voltar nossas atenções.

Formação acadêmica

Cabral nasceu em Laguna (11 de Outubro de 1903) e faleceu aos 74 anos em Florianópolis, vitimado por um ataque cardíaco (17 de Fevereiro de 1978). Ele viveu 48 anos com Oliveira Ramalho Cabral, ou D. Olívia, dedicada esposa que colaborou na coleta de informações nos antigos jornais e documentos oficiais. Cabral iniciou os estudos primários em Porto Alegre/RS (1910), finalizando-os no Ginásio Catarinense (1914), instituição administrada pelos padres jesuítas, os quais eram conhecidos pela severidade e castigos físicos aplicados aos educandos; a vivacidade e o espírito irrequieto do menino Oswaldo eram incompatíveis com a disciplina do colégio. As notas autobiográficas relatam que a turma era composta por 34 alunos e ele ocupou o 34º na classificação final; o boletim final esclarecia outras coisas acerca do menino: “falta de docilidade e nenhum aproveitamento obrigam-me a excluir o aluno deste educandário”. O indócil Oswaldo foi expulso do Ginásio Catarinense, para consternação de seus pais, mas o balanço final deu resultado bem diferente ao antecipado pelos loyolistas, tendo em vista que estes vaticinaram um triste futuro para o menino Oswaldo, pois “não passaria de ladrão de dinheiro do pai, de um limpa-chaminés, de um engraxador de botas...” (SOUZA, 1993; p. 28).

O envolvimento de Cabral com o ensino foi intenso e emocional. Ele concluiu o curso na Escola Normal Catarinense (1919) e no ano seguinte começa a lecionar nas escolas primárias de São Francisco do Sul e Joinville. A atividade é interrompida quando ele se matricula na Escola de Farmácia (1923) e quase imediata transferência para a Faculdade de Medicina, unidade que atualmente pertence à Universidade Federal do Paraná; a graduação é concluída na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1929), onde Cabral recebe das mãos do presidente Washington Luís (1869-1957) o título de médico. Os jornais de Santa Catarina anunciam o evento, ressaltando a origem modesta e o desempenho do lagunense na mais prestigiosa faculdade de medicina do país.

Os tempos vividos no Rio de Janeiro foram marcantes, pois Cabral recebe os ensinamentos dos mestres mais importantes da época e se depara com uma rica diversidade intelectual. Os estágios e plantões proporcionam o contato com o sofrimento alheio e fazem despertar no jovem Cabral especial sensibilidade em relação aos pobres e desamparados; ele estagiou na Casa dos Expostos e outras instituições de caridade que cuidavam de gestantes, crianças e idosos. O título de sua tese de colação de grau anunciava preocupações com temas de significado social: “Os problemas educacionais de higiene” (1929).

Com o título nas mãos, Cabral retorna ao seu estado natal, inaugurando um consultório em Joinville e dando início aos primeiros ensaios jornalísticos (1930-35); logo em seguida ele se muda para Florianópolis, atendendo a um convite para instalar um serviço de assistência médica na capital (1936-45). A usina de ideias começa a funcionar, pois é nesse período que encontramos as sementes de seu livro mais conhecido: *Santa Catarina: história e evolução* (CABRAL, 1937). Entretanto, a vida profissional do lagunense toma novos rumos quando ele ingressa na política; Cabral foi um dos fundadores da UDN (1945), foi eleito deputado estadual por dois mandatos (1947-50 e 1951-55) e ocupou a presidência da Assembleia Legislativa, mas, em razão dos desentendimentos com o governador, ele começa a apoiar as demandas do Partido Social Democrático. Cabral utilizava a sua capacidade oratória em seus discursos inflamados, o que causava enorme agitação entre os políticos – funcionários, estudantes e pessoas comuns interrompiam seus afazeres para ouvir os discursos de Cabral, pois sabiam que suas construções verbais eram prenúncios de terremotos na vida dos partidos!

Futurismo, tecnofilia e coisas inusitadas

Cabral tinha interesses amplos e variados, mas o envolvimento com as instituições de ensino e produção científica foi mais sincero e intenso. Ele poderia ter vida sossegada como médico na província ou poderia atingir sucesso como político ou jornalista, mas ele encontrou a sua verdadeira vocação no ensino superior. É surpreendente a versatilidade e visitas às searas inusitadas, como a

poesia e ensaios novelísticos. Cabral desenhava aquarelas primorosas e, escondido sob o pseudônimo Egas Godinho, publicou novelas e romances picantes para a época: *Fortunato Barbosa, escritor padrão* (1951) e *Chuva de pedra* (1974). É um aspecto de sua personalidade desconhecido até pelos amigos (SOUZA, 1993; SANTOS, 2005; GUERRA, 2008).

A produção literária de Cabral na mocidade é pouco conhecida, mas ela revela o interesse pelas inovações tecnológicas e contrariam os críticos que lhe pespegam os adjetivos “antiquado” e “conservador”. Os relatos autobiográficos indicam que Cabral apreciava os livros de ficção científica e tinha especial predileção por alguns inventores, entre os quais Thomas Edison (1847-1931) e Henry Ford (1863-1947). Algumas poesias futurísticas utilizam vocabulário original para descrever as primeiras décadas do tumultuado século 20: “velocismo fordífero”, “edisonização das micrescências humano-orbiterráqueas” e “lâmpadas bojudas da General Eletric”. Cabral ilustrou suas poesias com desenhos elegantes e a linguagem, além de original, é razoavelmente precisa.

As descrições das estruturas morfológicas dos insetos (asas finas e transparentes) e a música entoada pelos galináceos (os anúncios do despertar da natureza) seduzem pela qualidade poética, mas elas estão bem próximas da linguagem operacional das ciências naturais. Interessante, este é o momento em que Cabral descreve a atração dos insetos por focos de luz (fototaxia) – eles dançam e caem tontos, embriagados ou como se tivessem ingeridos doses acentuadas de luz. Os poemas revelam a preocupação com os detalhes da natureza, relacionados aos insetos e nascer do Sol: “- era noite de gala aquella, no mundo dos insetos. Estavam todos assanhados, dos mais ousados aos mais quietos. Da janela do meu quarto pus-me a contemplar o solene sarau daquela noite – O palco, a folha de uma parreira, à minha janela fronteira” (CABRAL, 1927).

Os floreios poéticos revelam que, na meninice, Oswaldo Cabral era leitor contumaz dos livros de Jules Verne e apreciador da poesia futurística de Filippo Marinetti (1876-1944). Caso os interesses e as habilidades fossem cultivados, sem dúvida alguma Cabral seria capaz de deixar suas marcas na poesia futurística ou no gênero *sci-fi*, lembrando que poucos escritores se atreveram a incursionar neste tipo de literatura. O desembargador Norberto Ungaretti conheceu o nosso personagem e comentou outras coisas inusitadas a seu respeito:

Cabral era um homem muito aberto às novidades tecnológicas. A última que ele alcançou... foi a máquina de escrever elétrica. Logo adquiriu uma, e nela datilogravava seus textos. Não havia nenhum dos modernos meios reprográficos. Computador, nem pensar. Pesquisas, só de lápis em punho, e lupa... Preencheu dezenas e dezenas de pequenos cadernos, com transcrição de notícias e apontamentos colhidos em jornais, registros eclesiásticos e outros documentos antigos. Contou, para tanto, com a valiosa e paciente colaboração de sua esposa, d. Olívia Ramalho Cabral. E, no mais, era sua prodigiosa memória que lhe prestava o maior auxílio. Tinha uma extraordinária capacidade de trabalho. Era metódico, organizado, disciplinado, e só assim conseguiu produzir tanto (UNGARETTI, 2008; p. 52).

Cabral era médico por formação, mas ele deixou marcas indeléveis no campo da historiografia, antropologia e folclore. O interesse acadêmico sempre foi alimentado pelas atividades de ensino, as quais foram iniciadas quando Cabral começou a atuar nas escolas primárias de São Francisco do Sul e Joinville (1920) e atinge o seu ponto máximo com o título “Professor Emérito”, concedido pela UFSC (Res. 016/CUn, 1974). A conta é fácil: mais de meio século de envolvimento com o ensino, em diferentes níveis e circunstâncias.

Livros: pioneirismo e originalidade

Cabral foi uma liderança intelectual que contribuiu para o surgimento e fortalecimento das instituições acadêmicas, notadamente da Faculdade Catarinense de Filosofia, UFSC e Instituto de antropologia. Os pesquisadores se reuniam ao seu redor e os efeitos da liderança de Cabral se

multiplicaram, tendo em vista os atuais de programas de pós-graduação (mestrado e doutorado) e de pesquisadores renomados que muito devem à orientação oferecida por Cabral. É claro que não podemos esquecer os seus livros e suas ideias.

O lagunense começou a publicar muito cedo, mas digno de nota foi a sua participação na coleção Brasileira, da Companhia Editora Nacional. A coleção foi lançada logo após a Revolução de 1930 e surgimento do Ministério da Educação e foi dirigida pelo educador Fernando de Azevedo (1894-1974). O objetivo era a publicação de títulos nas diversas áreas do conhecimento, os quais estariam aos encargos dos especialistas da época. Foi um evento de grande relevância e Cabral marcou presença com dois títulos: *Santa Catarina - História e evolução* (1937, volume 80) e *João Maria - Interpretação da campanha do Contestado* (1960, volume 310). O primeiro descreve a ocupação do litoral catarinense, o fluxo de imigrantes e a formação da estrutura política do nosso estado; o outro livro será examinado nos parágrafos adiantes.

Medicina, médicos e charlatães do passado (CABRAL, 1942) é uma obra interessante, mas pouco examinada. É o momento em que Cabral descreve as doenças e as práticas médicas na ilha do Desterro em tempos passados. A primeira escola de medicina foi instalada na capital da Bahia por ocasião da vinda da família real portuguesa ao Brasil (1808); o número de médicos era bastante reduzido e a população não tinha outro recurso, a não ser recorrer aos charlatães, benzedeiras e curandeiros para tratamento da boubá (varíola), sezão (febre amarela), mal de sete dias (infecção umbelical) e perturbações mentais que requeriam benzimentos e esconjuros. Os profissionais adotavam procedimentos curiosos e até perigosos para saúde dos pacientes, como prescrições de beberagens, dietas debilitantes, sangrias e apelo à sensibilidade dos santos para a cura de doenças de causas desconhecidas.

Medicina, médicos e charlatães do passado relembra os antigos homens das ciências e enaltece as ações de Maria Baiana, personagem resgatada dos velhos jornais catarinenses. Na Ilha do Desterro, o abastecimento de água potável era feito em carroções e a falta de higiene facilitava a propagação de enfermidades variadas, como a epidemia de cólera que atingiu Florianópolis em meados do século 19. Os pacientes eram encaminhados ao lazareto da Ilha de Santo Antônio dos Ratores, lá permanecendo até o final de seus dias, pois a doença era quase incurável. Cabral descreveu o temor vivenciado pela população e mencionou os óbitos nas diferentes localidades. Maria Baiana se dedicou à minimizar a situação dos enfermos e, desafortunadamente, o seu envolvimento resultou numa contaminação fatal; os jornais divulgaram a triste sorte da mulher (*Mensageiro*, 27 de Outubro de 1855) e os informes foram descobertos e divulgados pelo lagunense (CABRAL, 1942).

Alguns traços da personalidade de Cabral foram revelados pelos familiares e amigos, mas a fonte mais rica são dois livros: *Oswaldo Cabral - páginas de um livro de memórias* (SOUZA, 1993), autobiografia organizada e editada pela sobrinha Sara Regina Poyares de Souza, e *Terra da liberdade* (CABRAL, 1944), o relato de viagem aos EUA, acompanhado por D. Olívia e realizada a convite do Departamento de Estado daquele país. Cabral descreveu suas impressões sobre a pujança econômica, pragmatismo e eficiência do sistema educacional americano; ele enalteceu a liberdade usufruída pelas mulheres e das leis que permitem a dissolução de casamentos infelizes (divórcio), mas não se isentou de condenar a segregação racial e as perseguições sofridas pelos praticantes dos cultos afro-americanos. São comentários interessantes, tendo em que vista que alguns críticos consideram Cabral excessivamente conservador ou mesmo racista. *Terra da liberdade* (1944) passa despercebido na vasta produção de Cabral, mas a obra contém uma interessante análise comparativa da evolução histórica dos dois gigantes das Américas, Brasil e EUA.

O interesse de Cabral pelo folclore nacional começa a ganhar mais consistência a partir da publicação do livro *Medicina, médicos e charlatães do passado* (CABRAL, 1942), mas as ideias não surgiram no vácuo e foram aprofundadas nos anos seguintes. Em 1952, Cabral ministra a conferência "Ciência do folclore" no Curso de Expansão Cultural, patrocinado pela Biblioteca Pública de Santa Catarina, e quase em seguida ocorre a publicação do ensaio metodológico sobre o assunto:

Cultura e folclore (CABRAL, 1954). Os avanços das pesquisas sobre cultura popular fizeram dissipar um pouco a importância da obra, mas trata-se de uma obra pioneira sobre o tema e não devemos esquecer os conselhos de Cabral: "o folclore, como sociologia, a etnografia, a arqueologia e outras ciências, exige, principalmente, a execução de trabalhos de campo, dispendiosos por sua natureza, impondo custosa e imprescindível aparelhagem; exige técnicos e não amadores; exige estudiosos e não diletantes ou curiosos" (CABRAL, 1954; p. 175). O referido livro recebeu um prefácio de Roger Bastide (1898-1974) e a bibliografia ampla e variada revela que o intelectual catarinense estava bem posicionado no cenário nacional e internacional. Cabral fez uso de uma estranha e quase impronunciável palavra para designar os especialistas no assunto abordado, os "folclorólogos", mas, felizmente, o palavão logo foi abandonado.

O interesse de Cabral pelos elementos da cultura popular é retomado com a publicação de *A medicina teológica e as benzeduras* (CABRAL, 1958), livro igualmente pouco conhecido e que aborda assuntos aparentemente discrepantes: desenvolvimento da medicina, folclore e devoção aos santos da Igreja Católica; a obra foi agraciada com o segundo prêmio no 5º Concurso de Monografias sobre folclore nacional, patrocinado pela Prefeitura de São Paulo. Em outros tempos, as pessoas apelavam aos santos para tratamento de doenças variadas, de verminose a "espinhela caída", e Cabral estabeleceu uma distinção entre benzedores, curandeiros e charlatães. Os primeiros agem de boa fé e recorrem aos santos ou diretamente a Nosso Senhor em benefício de um enfermo; rezas e benzeduras são elementos genuínos da cultura popular e devem ser examinadas pelos estudiosos do folclore. Curandeiros são pessoas que detêm conhecimentos rudimentares sobre algumas moléstias, curando-as com garrafadas, beberagens, mezinhas e chás, embora as boas intenções quase sempre resultem na piora do quadro clínico. Por outro lado, os charlatães são os que mais malefícios ocasionam à saúde da população, pois eles exploram em benefício próprio a credulidade das pessoas simples e ingênuas; eles agem de forma maliciosa ou adotam procedimentos fraudulentos com o intuito de extrair lucros da ignorância da população. Cabral alerta que as rezas e benzeduras são elementos da cultura popular em franco processo de desaparecimento; tais elementos merecem as atenções dos especialistas em folclore, mas curandeirismo e charlatanismo devem ser combatidos.

Os estudos sobre folclore e medicina social avançam, misturando-se às incursões no campo da historiografia. É o momento em que surge o livro *João Maria - Interpretação da Campanha do Contestado* (CABRAL, 1960), resultante da vocação humanística e formação médica de Cabral. As obras anteriores estão mais relacionadas à cultura catarinense, mas o nível de abrangência de *João Maria* é mais amplo e Cabral oferece explicações originais sobre o episódio pouco conhecido da história de Santa Catarina; é o conflito armado que aflorou na região do Contestado, tema anteriormente examinado pelo médico catarinense Aujor Ávila da Luz (1952), o qual associou o distúrbio mental vivido pelo monge João Maria, liderança do Contestado, e a susceptibilidade dos jagunços ao fanatismo religioso - sempre no terreno das suposições! Uma descrição mais ou menos parecida foi realizada por Euclides da Cunha (*Os sertões*, 1901), mas Cabral adotou abordagem bem diferente. Enquanto Euclides da Cunha explicava as extravagâncias de Antonio Conselheiro como resultantes de uma forma de epilepsia, estado psicopatológico inespecífico, Cabral entendeu a religiosidade do monge João Maria de uma forma mais ampla.

A revolta de Canudos foi reduzida ao aspecto físico e circunferência da caixa craniana do Conselheiro, mas João Maria foi inserido num contexto histórico e social. O monge desapareceu misteriosamente da região do Contestado, mas a cabeça do Conselheiro foi imediatamente enviada aos professores da Faculdade de Medicina da Bahia para os devidos estudos. A multidão delirava com a vinda do estranho objeto: "... que a ciência dissesse a última palavra. Ali estavam, no relevo de circunvoluções expressivas, as linhas essenciais do crime e da loucura..." (CUNHA, 1901; p. 644).

Cabral esclareceu alguns traços de personalidade do monge. Muitos atribuem a ele a responsabilidade pelo derramamento de sangue na região do Contestado, mas ele era reverenciado como santo da Igreja Católica e tinha lugar privilegiado no coração do povo. O monge semeava conse-

lhos e estimulava ações condizentes com os princípios do catolicismo; ele e o Conselheiro compartilhavam certas características: aspecto envelhecido, hábitos frugais e olhar perdido, parecendo estar mais atento às coisas do outro mundo. Os dois eram magros de causar aflição e eram dados às profecias – não concretizadas, felizmente!

É espantoso que o Conselheiro profetizasse o retorno de D. Sebastião para combater os infiéis, uma conexão das cruzadas cristãs com o modo de vida dos sertanejos da Bahia. O fim do mundo estava próximo e ele recomendava a todos que se livrassem dos bens materiais e se conduzissem nos últimos dias de vida como se estivessem no Purgatório. Os últimos anos do século 19 seriam marcados por tragédias indescritíveis, como fuga das alimárias para o sertão – o sertão virará praia, a praia virará sertão – e confronto do céu com a terra. O conselheiro esclareceu que haverá sobras de chapéus para as cabeças e as luzes do mundo se apagarão no ano 1900. É a insatisfação de Nosso Senhor com o rebanho humano que circulava fora de seus apriscos! O monge do Contestado não ficou atrás nas profecias, mas diferentemente anteviu um futuro auspicioso para o Brasil. O pacífico e extravagante personagem tinha êxtases frequentes nos quais vislumbrava que a terra sofreria enorme transformação – plantem trigo e mandioca e criem abelhas, dizia ele, pois logo a terra seria abalada por pestes e misérias. João Maria não estabeleceu as datas para o surgimento das calamidades, mas assegurou que, após a hegemonia da raça eslava, o Brasil seria o condutor dos povos e celeiro do mundo (CABRAL, 1960).

De acordo com o entendimento do próprio Cabral, *Nossa Senhora do Desterro* (1972) é a sua obra mais importante. Ela foi ruminada longos anos e foi baseada na coleta de informações nos arquivos oficiais e jornais da época, abrangendo a última metade do século 19. As anotações foram caprichosamente copiadas com o auxílio de D. Olívia e preencheram vários cadernos de pesquisas; jornais da época foram consultados (e.g., *Correio Catarinense*, *O Conservador*, *Argos* e *O Desperador*) e fragmentos dessas anotações foram examinados anteriormente (ver: GUERRA, 2008).

O livro relembra os costumes, festejos e vários personagens esquecidos da nossa memória. Os despachos oficiais e notícias de jornais aparecem em *Nossa Senhora do Desterro*, com a grafia e o vocabulário da época, e Cabral se encarregou de comentar as informações; a vida intelectual catarinense era pobre, as taxas de analfabetismo eram elevadas e, em razão dos custos elevados, os livros eram alugados! Alguns personagens são enaltecidos na referida obra, como o poeta Cruz e Souza e o Artista Bittencourt, mas sobram comentários pouco lisonjeiros para Fritz Müller (1822-97), ilustre membro da colônia instalada por Hermann Blumenau no vale do Itajaí. Müller ministrava aulas de matemática no Liceu Provincial do Desterro (1865-87), instituição mantida pelos padres jesuitas, de onde foi demitido. É comum imputar o dogmatismo dos loyolistas a demissão de Müller, mas Cabral postulou que ela fora ocasionada pelo ardor evolucionário e germanismo acentuado de Müller. Os especialistas reconhecem os méritos do naturalista, mas Cabral apontou alguns aspectos negativos de sua personalidade: o preconceito em relação aos negros e mulatos e intratabilidade social. Müller simplesmente era uma pessoa “do contra”: fanático defensor do evolucionismo darwiniano numa instituição mantida pelos padres jesuitas, os quais também eram conhecidos pela defesa ardorosa das Sagradas Escrituras, e o monarquismo que causava constrangimento às autoridades do governo que havia promulgado o sistema republicano. É interessante apontar que Müller não formou seguidores, “escondia” suas descobertas em periódicos de difícil acesso – ele pensava, escrevia e publicava em alemão e apenas circunstancialmente vivia no Brasil. Alguns cometem exageros ao informar que Müller é o único personagem do mundo científico merecedor de um monumento erguido em praça pública, ignorando a existência de, por exemplo, Oswaldo Cruz e Carlos Chagas!

A ilha do Desterro era um lugar insalubre e os moradores exibiam uma atitude que poderíamos chamar de horror à natureza. Com efeito, as praias eram infestadas por ratos, cães e urubus e não era aconselhável os banhos de mar; mangues e rios também exalavam odores nauseabundos (miasmas), mosquitos e insetos variados tornavam impenetrável a mata circundante e de vez em quando alguém localizava na praia o corpo de um anjinho, fruto de um amor fugaz. É

um interessante contraste com a atitude preservacionista do homem moderno. As residências não dispunham de instalações sanitárias e tonéis contendo excrementos (“tigres”) eram despejados à noite nas praias; os escravos equilibravam os tonéis na cabeça e os acidentes eram inevitáveis. Os circunstantes temiam a proximidade do “animal feroz” e, por ocasião dos acidentes, os dejetos se espalhavam pelo corpo do infeliz e resultavam num corpo malhado, tal como um tigre de verdade (FREYRE, 1936; CASCUDO, 1954; GUERRA, 2008).

Cabral (1972) dedicou dois capítulos de seu livro para descrever os infortúnios dos escravos da Ilha do Desterro. A mortalidade atingia níveis elevados, em razão de fatores que se somavam: moradias insalubres, trabalho extenuante e alimentação monótona e pobre em nutrientes (farinha de mandioca, feijão e um pouco de toucinho); quando adoeciam, os proprietários deixavam os escravos entregues à própria sorte ou os revendiam com certo desconto. Cabral relembra antigos costumes, como a amamentação mercenária (mães-de-leite) e a triste sorte dos enjeitados (bebês que as mães solteiras ou desamparadas deixavam à porta de uma igreja ou diante de das residências de moradores um pouco mais afortunados). O comércio aviltante de escravos causava espanto aos naturalistas que visitavam a Ilha do Desterro, mas Cabral lembrou o espírito humanitário de alguns proprietários, os quais compravam famílias inteiras de escravos em resposta ao choro como-vedor das mães que se viam diante da possibilidade de desagregação da família.

Instituições acadêmicas

O envolvimento de Cabral com o ensino superior se confunde com a história da criação da Faculdade Catarinense de Filosofia (FCF) e da própria UFSC, pois ele esteve presente nos momentos de criação dessas instituições. O envolvimento teve início em 1951, ocasião em que ele começa a atuar como Livre Docente de Medicina Legal, na Faculdade de Direito. Era natural que a sua atuação fosse mais direcionada para a área médica, mas, com a instalação da FCF (1951), Cabral assinou contrato para atuar na disciplina “História da antiguidade e da Idade Média”; em seguida, ele assume a disciplina “Antropologia Cultural” (1956), ministrando-a até a aposentadoria. Ele também ministrou “História de Santa Catarina” (1958) e, provisoriamente, “História da Arte” (1960), todas no campo das humanidades. As marcas deixadas por Cabral nas instituições por onde ele andou serão examinadas a seguir.

I Congresso Catarinense de História (1948)

O Instituto Polytechnico (1917) e a Faculdade de Direito (1932) contribuíram para o enriquecimento da vida intelectual catarinense, mas não menos importante foi o *I Congresso Catarinense de História* (1948), evento organizado por Henrique Fontes, com a colaboração direta de Oswaldo Cabral (secretário-geral), e que, inesperadamente, alcançou grande significado nacional e internacional. Com efeito, intelectuais renomados compareceram ao congresso e as discussões permitiram o nascimento ou, pelo menos, fortaleceram substancialmente o “açorianismo” - i.e., linhas de pesquisa, publicações científicas e festividades que enaltecem o orgulho dos descendentes dos colonizadores oriundos das ilhas dos Açores. É Carlos Humberto Correa (1941-2010), ex-presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, quem explicou a importância do congresso:

O evento foi organizado por Henrique da Silva Fontes, presidente do IHGSC, e Cabral auxiliou bastante na organização. A ideia inicial era a realização de um congresso para comemorar os 200 anos da imigração açoriana (1748-1948), nada além disso. Até então nada havia sobre o assunto e até mesmo Portugal desconhecia a importância da cultura açoriana em Santa Catarina. Não existia nenhum estudo sobre o assunto e os documentos eram raros ou inexistentes, pois os emigrantes quase todos eram analfabetos e chegaram ao Brasil com a cara e a

coragem... Fontes convidou pesquisadores do Brasil e de Portugal, dando oportunidade para a primeira discussão sobre a cultura açoriana e o modo de se estudar a história (CORREA, 2008; p. 56).

Cabral auxiliou na organização e emprestou a sua inteligência para o sucesso do evento. Ele apresentou duas contribuições que causaram boa impressão aos circunstantes: uma sobre os magistrados que atuavam em SC, os juizes de fora, e outra sobre o fluxo migratório (Os açorianos - contribuição ao estudo do povoamento e da evolução econômica e social de Santa Catarina, *Anais do I Congresso de História Catarinense*, II: 503-608, 1950); a longa contribuição foi transformada em livro e marcou o surgimento de linhas de pesquisas e eventos comemorativos sobre a vinda dos açorianos ao nosso estado. Nos tempos atuais, muito se discute e até existe uma abundância de "especialistas" sobre o assunto, mas poucos têm conhecimento do valor das iniciativas de Fontes e a contribuição intelectual de Cabral para a germinação do açorianismo.

O sucesso do congresso engrandeceu a auto-estima dos intelectuais catarinenses e marcou o início de uma cooperação internacional. As discussões também alimentaram algo mais importante, isto é, o projeto de criação de uma Universidade em SC. Era um desejo antigo, ruminado desde os tempos de Fontes na direção da Faculdade de Direito e de sua ideia de criação do "quartelão universitário", mas indubitavelmente começou a se materializar a partir das discussões ocorridas no *I Congresso de História Catarinense*. Muitas universidades surgiram a partir da aglutinação de unidades já existentes, mas a legislação da época estabelecia que as universidades deveriam ter uma faculdade de filosofia, *alma mater* ou unidade responsável pela realização de pesquisas fundamentais. Era o modelo europeu que havia inspirado a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP (1934) e que, por seu turno, veio a inspirar as demais universidades federais ou estaduais, que se instalaram no país.

Santa Catarina não possuía nenhuma instituição equivalente e, assim sendo, Fontes e demais lideranças intelectuais entenderam que seria necessário a criação de uma faculdade de filosofia para a concretização do sonho universitário. É elucidativo o depoimento de um antigo colaborador da UFSC:

Todos nós sabemos que a instalação da Faculdade de Filosofia era um passo obrigatório para a criação de uma universidade; era parte da legislação federal tal requisito nos anos 1930. Todas as universidades foram criadas de acordo com a legislação, como ocorreu com a Universidade de São Paulo e a UFRJ; elas tiveram que seguir a legislação e recorreram aos professores estrangeiros para compor os quadros. A pesquisa pura era realizada na Faculdade de Filosofia, diferentemente das outras unidades que eram mais voltadas para a pesquisa aplicada ou tecnológica. Em São Paulo, por exemplo, a geologia era praticada na Escola Politécnica, mas a geologia pura era encontrada nos cursos de História Natural da Faculdade de Filosofia (MAMIGONIAN, 2011; p. 54).

As universidades só ganham vida com as investigações científicas, mas persistem algumas indagações: qual é a ligação de uma Faculdade de Filosofia com as ciências naturais? O que é uma "ciência natural"? O exame de alguns arcaísmos da vida acadêmica ajuda a entender melhor o assunto. As universidades medievais eram locais onde ocorriam debates e discussões, os quais tinham como objetivo o aprimoramento do cristianismo e a delimitação entre fé e razão. A palavra Filosofia tinha amplo significado ou apenas indicava o "amor ao conhecimento", a motivação que conduzia às explorações naturalísticas e experimentações científicas.

Em Portugal, a criação das faculdades de filosofia representou uma notável mudança no ineficiente (catastrófico, melhor dizendo) sistema de ensino superior. O país estava em decadência e a liderança intelectual entendiam que o processo seria interrompido a partir de amplas reformas; a intenção era permitir o fortalecimento da "mentalidade filosófica". Uma tentativa importante foi

a reforma promovida pelo Marques de Pombal (1772), a qual modificou a estrutura de funcionamento da Universidade de Coimbra, principalmente no que diz respeito à valorização do ensino de ciências naturais e das ciências físico-químicas, ministrado no que veio a se chamar Faculdade de Filosofia (AZEVEDO, 1950; FERNANDES, 1978; CARVALHO, 1987).

É importante lembrar que filosofia natural era uma designação aplicada a vários campos do conhecimento (e.g., geologia, química, zoologia, botânica e astronomia) e as publicações científicas eram escritas como se fossem obras literárias; o latim era o idioma da ciência e os textos vinham com perguntas e respostas – às vezes, o autor recorria a um interlocutor imaginário para obter certo ordenamento lógico ao texto. Os estudiosos que se envolviam nesses assuntos e que se saíam bem nas arguições orais ganhavam o título de *Philosophiae doctor* (PhD). Como era realizado o ensino nessas unidades? Ele era conduzido de modo bastante artesanal, as pesquisas de campo (“viagens filosóficas”) eram valorizadas e os professores não contavam com as comodidades da vida moderna – processadores de textos, bancos de dados *online* e registros informatizados não existiam sequer na imaginação!

Faculdade Catarinense de Filosofia (1951)

O passo mais importante para a instalação da UFSC foi a instalação da FCF (8 de Dezembro de 1951). Como foi mencionado anteriormente, a maioria das universidades surgiram a partir de aglutinações de unidades existentes, as quais não tinham envolvimento com a pesquisa pura ou fundamental (AZEVEDO, 1950; GUERRA, 2007; BLASS & GUERRA, 2007). O ensino de engenharia, os estudos das leis e das práticas médicas já se encontravam razoavelmente bem estabelecidos, mas o Brasil ocupava uma posição constrangedora em relação aos avanços científicos. O atraso seria corrigido a partir da criação de faculdades de Filosofia e Ciências, locais adequados à formação humanística e desenvolvimento das investigações científicas no campo das ciências naturais. A ideia havia surgido na Universidade de Coimbra (1772), mas ela ganhou novas cores com a instalação da Universidade de São Paulo (1934), a qual por seu turno serviu de referência para a criação da FCF. As razões para tal foram examinadas por um antigo colaborador de Henrique Fontes:

A Faculdade de Filosofia foi patrocinada por Júlio de Mesquita Filho, influente jornalista proprietário do jornal O Estado de São Paulo. Ele era cunhado de Armando de Salles Oliveira, governador nomeado pelo presidente Getulio Vargas. Mesquita tinha prestígio e força para angariar os fundos para a criação da Faculdade de Filosofia; ele tinha amigos na Europa e contactou intelectuais importantes para ministrar aulas na USP, entre os quais Roger Bastide (1898-1974), Pierre Monbeig (1908-87), Claude Levi-Strauss (1908-2009), Fernand Braudel (1902-85) e outros. O Desembargador Henrique Fontes tinha idéias bem parecidas, embora tenha tido problemas para custear os salários dos professores estrangeiros ou de outros Estados. Eles recebiam salário acima do salário do pessoal daqui, algo necessário, pois eles vinham de fora e não tinham outras fontes de renda. Para contornar as dificuldades orçamentárias, Fontes teve que recorrer à “prata da casa”, como Oswaldo Cabral (1903-78), o qual tinha bom nível e já tinha visitado os EUA; Victor Antonio Peluso Júnior (1909-94) também já era conhecido e era um intelectual de alto nível... (MAMIGONIAN, 2011; pp. 54-5).

A criação da USP foi um evento bastante celebrado, mas a verdadeira inovação foi a instalação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, a unidade cuja finalidade era o desenvolvimento da cultura filosófica, científica e literária (AZEVEDO, 19994). No contexto catarinense, relatos autobiográficos revelam que Fontes começou a pensar na criação de uma universidade por volta de 1942, mas o passo decisivo foi a criação da FCF. Era a instituição que permitiria a realização de investigações científicas e onde os alunos ganhariam algum lustro humanístico nos cursos de Licenciatura (formação de professores). O projeto avançou lentamente e Cabral relembrou que, em 1949, uma

comissão composta por Henrique Fontes, Osmundo Wanderley da Nóbrega e ele próprio (1949) foi designada para redigir os estatutos de funcionamento da FCF (CABRAL, 2005).

Tendo em vista os acontecimentos, podemos dizer que 6 de Setembro de 1951 foi um dia marcante na vida intelectual catarinense. Foi nesse dia que Fontes, Urbano Müller Salles e Henrique Rupp Júnior enviaram cartas às pessoas possivelmente interessadas na criação de uma nova instituição acadêmica: “Tendo nós, juntamente com a diretoria do Colégio Catarinense, verificado a possibilidade de imediata instalação de uma Faculdade de Filosofia, pois que o mesmo colégio, para início do funcionamento fornecerá as necessárias acomodações e o material preciso, vimos convidar V.Exa., caso queira pertencer aos respectivo corpo docente, para uma reunião em que se tratará da fundação da mesma faculdade e que se realizará no salão nobre da Faculdade de Direito, no dia 8 do corrente, às 20 horas...” (FONTES, 1966).

A reunião ocorreu no dia e no local previstos e a ocasião serviu para escolha da primeira diretoria da FCF: Henrique da Silva Fontes (Diretor), Padre João Alfredo Rohr (Secretário) e Oswaldo Bulcão Vianna (Tesoureiro). Fontes estava atento aos requisitos para a criação de uma universidade, no que diz respeito ao aspecto legal e necessidade de elite intelectual capacitada a levar adiante o ensino e as pesquisas. Outra data importante é o momento em que a FCF ganha existência: 8 de Dezembro de 1951, dia comemorativo da Natividade de Nossa Senhora. Vale a pena examinar o que o seu idealizador tinha em mente:

Esperamos que a Faculdade Catarinense, aliada às suas já acreditadas irmãs, possibilite, em breve, a ereção da Universidade de Santa Catarina, que, se Deus quiser, prosperará dentro de uma Cidade Universitária, espaçosa, tranqüila, hospitaleira e alegre (FONTES, 1966).

A FCF surgiu com propósitos inovadores, tendo em vista o desenvolvimento de pesquisas científicas e formação da *intelligentsia* catarinense; a estrutura administrativa (direção, biblioteca e sala de congregação), área de lazer e algumas disciplinas funcionaram à rua Esteves Júnior, centro de Florianópolis, e as aulas geralmente ocorriam nas instalações do Colégio Catarinense (SANTOS, 2006). Fontes contratou especialistas para as disciplinas, estimulou a formação acadêmica das “pratas da casa” e buscou o intercâmbio com outras instituições do país; é ele próprio quem aponta os fundadores da FCF: Oswaldo Rodrigues Cabral, Padre Alvino Bertholdo Braun, Anibal Nunes Pires, João Batista Luft, Edmundo Accácio Moreira, Jaldyr Bhering Faustino da Silva, Nilson Paulo e Padre Ernesto Seidl. Outros não pertenceram a tal categoria, mas foram colaboradores de primeira hora: Padre Werner José Soell, Cônego Antonio Waterkemper, Padre Francisco de Sales Bianchini, Lydio Martinho Callado, Padre Ewaldo Pauli e os portugueses George Agostinho da Silva e Eudoro de Sousa (FONTES, 1966). Outros colaboradores vieram um pouco depois, mas se destacaram no campo das investigações científicas, entre os quais Armem Mamigonian, Carlos Augusto Monteiro, Francisco Kazuhiko Takeda, João Alfredo Rohr, João Evangelista de Andrade Filho, Paulo de Araujo Lago e Raulino Reitz.

UFSC e o Campus Universitário (1960)

A FCF cumpriu honrosamente a sua missão. Ela formou profissionais qualificados, estimulou as investigações científicas e foi a *alma mater* ou a estrutura de sustentação da Universidade Federal de Santa Catarina (1960), de acordo com os planos de seu idealizador; foi por meio das insistências de Fontes que o governo estadual cedeu o espaço da Fazenda Experimental Assis Brasil para abrigar a UFSC. A FCF foi a primeira unidade a se instalar no campus universitário, ocupando um prédio onde atualmente funciona o Centro de Comunicação e Expressão (CCE). A unidade ganhou novo nome no organograma da UFSC (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras) e a

inauguração do campus universitário contou com a presença de autoridades, entre os quais Almirante Augusto H. Rademaker Grünewald, Comandante do 5º Distrito Naval, Governador Heriberto Hülse e Arcebispo Dom Joaquim Domingues de Oliveira.

O desejo de criação de uma universidade havia sido ruminado na Faculdade de Direito e nas discussões ocorridas no *I Congresso de História Catarinense*, mas o projeto não atingiria seus propósitos sem a aglutinação de pesquisadores (massa crítica) em torno da FCF e a concessão do espaço da Fazenda Experimental Assis Brasil para a instalação da Cidade Universitária (nome original). Foram as realizações mais significativas na história da UFSC, ambas idealizadas e dirigidas por Fontes. As autoridades que compareceram à inauguração da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras se depararam com instalações amplas e confortáveis para época – o gabinete do diretor até contava com um telefone! Fontes tinha todas as credenciais para ocupar a direção máxima da UFSC, mas fora alcançado pela aposentadoria compulsória (ele tinha mais de 70 anos).

Cabral foi auxiliar direto de Fontes e teve participação destacada nesses acontecimentos. Os feitos mais notáveis de Cabral se situam no plano intelectual e a sua experiência administrativa teve início na FCF, ocasião em Fontes o encarrega de instalar o Laboratório de Reprodução Fotográfica (Portaria 074/1957); em seguida, ele é designado diretor da Seção de Documentação Histórica e Cartográfica. O espírito irrequieto e intempestivo promoveu distratos e polêmicas, às vezes sobrando até para os amigos!

A transferência para o campus universitário ocasionou certos problemas, tendo em vista o precário sistema de transporte e estradas de barro; muitos se queixavam das dificuldades no cumprimento dos horários e Fontes providenciou a compra de um ônibus Mercedes-Benz, visando algum conforto e comodidade aos alunos e professores. Após a aposentadoria compulsória de Fontes, Cabral assume a direção da então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (15 de Setembro de 1961) e providencia a instalação de um relógio de ponto para o controle da frequência de professores e servidores. Cabral contou com o apoio dos estudantes, mas a novidade causou grande descontentamento entre os professores e Cabral acabou se demitindo do cargo; o cargo não era remunerado, mas era tão importante que cabia ao Presidente da República a nomeação de seu ocupante. O reitor João David Ferreira Lima e os colaboradores mais próximos uniram esforços para demover Cabral de sua decisão, mas não obtiveram sucesso (SANTOS, 2006; CORREA, 2008).

Cabral era cioso de suas responsabilidades e seu temperamento ocasionava outros incidentes. Após a instalação da Universidade de Brasília (15 de Dezembro de 1961), o então reitor Darcy Ribeiro (1922-97), conhecido antropólogo, começou a buscar as melhores inteligências no celeiro da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. A unidade contava com um número reduzido de professores, de modo que os assédios de Ribeiro agravavam ainda mais o problema – Eudoro de Sousa e George Agostinho da Silva, professores das disciplinas Arqueologia Pré-Histórica e Cultura Ibérica, atenderam aos convites de Ribeiro e se transferiram para a UnB. Diante da situação, Cabral enviou um telegrama ao colega: “- Porque não leva os alunos também, já que me furta os professores?” (SOUZA, 1993; p. 182). O destinatário não respondeu ao telegrama, mas nunca mais voltou a “furtar” os tesouros de Cabral.

Instituto de Antropologia (1965)

O curioso caso “relógio de ponto” gerou amuos e desentendimentos, mas, interessantemente, ocasionou alguns efeitos positivos. Com efeito, após a demissão da direção da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Cabral voltou suas energias e atenções para outros empreendimentos, favorecendo (a) o fortalecimento de sua linha de pesquisa, (b) a criação de uma vistosa unidade acadêmica (Instituto de Antropologia) e (c) o surgimento de uma política institucional em favor da preservação do patrimônio cultural. O terceiro efeito merece uma análise cuidadosa, tendo em

vista que, no período colonial, o Brasil recebeu a visita de incontáveis naturalistas, os quais coletaram material que enriqueceram os museus da Europa e EUA; as autoridades luso-brasileiras se mostraram negligentes ou até auxiliaram na pilhagem.

Algo espantoso foi a dilapidação do acervo paleontológico de Lagoa Santa/MG, realizada pelo dinamarquês Peter Wilhelm Lund e que nada deixou para os naturalistas que vieram a seguir. Ele era figura reverenciada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e enviou aos museus de Copenhague mais de 12.000 registros fósseis de mamíferos gigantes (*Ciência Hoje*, Março-Abril/1983). Em algumas circunstâncias, a dilapidação do patrimônio contou com apoio institucional, como ocorreu com as explorações realizadas por Louis Agassiz (1807-73). Ele coletou uma enorme quantidade de espécimes da fauna e flora, material destinado ao *Museum of Comparative Zoology* (EUA). D. Pedro II forneceu todo o apoio necessário a Agassiz, destinando-lhe embarcações confortáveis e instando as autoridades a prestar todo o apoio necessário por onde ele passasse. Agassiz ficou surpreso com a "generosidade" do povo brasileiro e anteviu que o vasto material coletado permitiria uma revolução na ictiologia, mas lançou um conselho aos interessados neste campo de conhecimento: é melhor visitar numa manhã o mercado de peixes que visitar o Museu Imperial - coleção pobre e desarranjada, verdadeira antiquilha (AGASSIZ & AGASSIZ, 2000). O suíço-americano também se interessou pelas cavernas de Lagoa Santa (9 de Junho de 1865), mas o guloso Lund havia despojado totalmente as cavernas! Não existe nenhum esforço governamental para recuperação do acervo arqueológico e alguns desavisados até julgam Lund como o "pai da paleontologia brasileira"!

Cabral e seus colaboradores estavam atentos acerca da importância dos sítios arqueológicos e estudos sobre os costumes indígenas. Ele era o titular da disciplina Antropologia e seu grupo necessitava ampliar o espaço físico para acomodar o vasto material coletado nas pesquisas de campo. A UFSC havia sido instalada no local onde funcionava a Fazenda Experimental Assis Brasil, onde existia uma estrebaria desativada. Os recursos orçamentários eram escassos, mas a estrebaria era ampla e poderia ser transformada numa unidade de ensino e pesquisa. Com efeito, após a demissão da direção da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e contando a UFSC com apenas dois anos de funcionamento (implantada em 12 de Março de 1962), Cabral e seus auxiliares mais próximos (Silvio Coelho e Walter Fernando Piazza) enviam uma carta ao Conselho Universitário solicitando a criação do Instituto de Antropologia (5 de Outubro de 1964). Era uma proposta inovadora que atendia à Lei 3.924 (26 de Julho de 1961), a qual conferia ao governo federal a guarda e preservação do patrimônio arqueológico (e.g., utensílios e artefatos variados, vestígios de abrigos, petróglifos relacionados aos antigos habitantes de Santa Catarina). As autoridades sequer compreendiam o significado da terminologia utilizada na carta, mas os três pesquisadores esclareceram que se tratava de um valioso patrimônio cultural que estava sendo continuamente destruído, devido ao comércio ilegal de peças arqueológicas e utilização do material colhido nos sambaquis (conchas marinhas, ossos de animais e utensílios antigos) na pavimentação das estradas. Um verdadeiro absurdo.

A carta-justificativa também mencionou a importância dos estudos das comunidades indígenas, notadamente das etnias Xocleg e Kaicang que estavam estabelecidas nos municípios catarinenses. Os aldeamentos sofriam profundas transformações nos costumes e na fisionomia tribal; era urgente a instalação de um programa de pesquisas. Comumente, as autoridades julgavam que o patrimônio nacional é algo restrito às florestas e aos recursos minerais, mas a identidade do povo é algo imaterial e de maior valor. Cabral e seus auxiliares postularam que a UFSC não poderia se isentar de suas responsabilidades institucionais, mas o grupo apresentou uma proposta de maior significado: a criação de uma unidade acadêmica voltada para a preservação do patrimônio cultural, ensino de alto nível e desenvolvimento de investigações científicas.

A proposta foi bem acolhida pelo reitor Ferreira Lima e obteve aprovação no Conselho Universitário (Res. 89/CUn, 30 de Dezembro de 1965). O Instituto de Antropologia funcionou provisoriamente junto ao Departamento de História, mas, a partir de sua inauguração, a unidade passou a ocupar definitivamente o local onde abrigava a estrebaria da Fazenda Experimental Assis

Brasil. A unidade tinha duas divisões (arqueologia e antropologia física e cultural); a inauguração ocorreu em 29 de Maio de 1968, evento prestigiado pela presença de algumas autoridades, entre as quais o governador Ivo da Silveira (1918-2007), reitor Ferreira Lima e membros de sua administração. O antigo local estava em ruínas e exigiu grandes reformas, mas o tamanho (aproximadamente 480m²) era suficiente para acomodar os sonhos de Cabral; ele foi o primeiro diretor da unidade e Silvio Coelho, o seguinte (1970-75).

O Instituto de Antropologia tinha salas de aulas, biblioteca, laboratório e salas para os pesquisadores que se dedicavam a estudos variados (antropologia, arqueologia e etnologia); algumas peças do acervo arqueológico ficavam expostas ao público, mas a finalidade do Instituto de Antropologia era o desenvolvimento de investigações científicas, não o recebimento de visitantes ocasionais. Cabral logo se movimentou para estabelecer convênios com instituições renomadas (e.g., Museu Nacional/RJ, Smithsonian Institute/EUA e Museu do Homem/França), visando obtenção de dotações orçamentárias, aquisição de equipamentos e, principalmente, o intercâmbio de estudantes e pesquisadores. Ele determinou a importação de réplicas de caixas cranianas para estudos comparativos e o Instituto de Antropologia começou a atrair pesquisadores do Brasil e do exterior, entre os quais Beth Megglers, Egon Schaden, José Bigarella, Paulo Duarte, Roque de Barros Laraia e Wesley Hurt. Os pesquisadores vinham para ministrar conferências e enviavam ou recebiam estagiários para participar das diversas linhas de pesquisa, uma ebulição de ideias na antiga estabaria da Fazenda Assis Brasil!

Reforma Universitária e evaporação de um sonho

Os relatos dos colaboradores descrevem o envolvimento emocional de Cabral com a sua obra máxima, o Instituto de Antropologia, mas a sua instituição enfrentou sérios problemas com a implantação da Reforma Universitária (1970), processo que atendia ao parecer CFE 977/65, o qual deu surgimento a uma legislação federal específica (Lei 5.540/68 e Decreto 64.824/69). As mudanças ocorreram no contexto do acordo MEC/Usaid e a UFSC, e foram assessoradas por um especialista americano em assuntos educacionais, Rudolph Atcon. De um dia para outro as universidades sofreram enormes mudanças no ensino e estrutura administrativa; as faculdades e cátedras cederam lugar aos centros e departamentos (LIMA, 2000; SANTOS, 2006). A UFSC foi a primeira instituição a abraçar integralmente as novas diretrizes do governo federal e, graças ao seu pioneirismo, ela ganhou inusitado título – verdadeiro “milagre brasileiro”.

Diversas unidades desapareceram do organograma da UFSC e o Instituto de Antropologia passa por grandes transformações com a implantação da reforma. O Instituto de Antropologia é transformado no “Museu de Antropologia” e, mais adiante, “Museu Universitário” (Res. 65/CUn, maio de 1978); com o intuito de homenagear o seu criador, o nome da unidade novamente é modificado, perdurando até os dias atuais: “Museu Universitário Oswaldo Rodrigues Cabral” (Res. 106/CUn, 26 de Outubro de 1993). O significado da reforma foi muito além das simples mudança de nomenclatura e posição no organograma da UFSC. Com efeito, as investigações científicas eram quase inexistentes à época e os museus eram locais destinados à exposição e conservação de peças de algum valor histórico. A nova estrutura universitária mencionava os departamentos, centros e sub-reitorias (ou pro-reitorias), de modo que os institutos não se encaixavam na nova estrutura. Existiam outras unidades semelhantes ao Instituto de Antropologia (Instituto de Direito do Trabalho e outra de pesquisa sócio-econômica), mas elas soçobraram diante dos novos espíritos universitários.

Os institutos foram extintos por razões técnicas e Cabral e seus auxiliares tiveram entre 24 e 48h para minimizar os efeitos da tragédia, antes que houvesse uma deliberação final pelo Conselho Universitário. O prazo era exíguo e venceu a insanidade: i.e., os pesquisadores foram espalhados nos novos departamentos e a unidade de pesquisa perdeu autonomia foi transformada num

museu! O episódio causou profundo mal-estar entre os pesquisadores, pois todos sabiam qual era a diferença entre uma instituição de pesquisa e outra que cuida do acervo antropológico. O Museu de Antropologia passou a integrar o recém-criado Departamento de Sociologia e seus componentes passaram a habitar um novo ambiente, competindo por recursos e com novas funções administrativas. Cabral e seus auxiliares haviam construído um *ethos* próprio, o instituto tinha autonomia administrativa e criaram até um periódico especializado para a publicação dos resultados de pesquisa (*Anais do Instituto de Antropologia*). Cabral e seus auxiliares buscavam a inserção do grupo no cenário nacional e internacional.

É interessante notar que as transformações ocorreram num curtíssimo prazo, embora as discussões sobre a reforma tenham sido iniciadas a partir de uma comissão designada pelo reitor Ferreira Lima, a qual tinha o prazo de 40 dias para elaboração de um relatório preliminar (portaria 392, 5 de Dezembro de 1966); atuavam na comissão o reitor ou o vice-reitor, Roberto Mündell de Lacerda. Após dois anos de discussões, alguns nomes foram substituídos e a comissão adquiriu competência para efetivar a Reforma Universitária (Port. 29, 2 de Fevereiro de 1968); o regimento foi aprovado no ano seguinte (Port. 5/CIRU, 7 de Março de 1969) e a Reforma Universitária foi efetivamente implantada nos últimos dias daquele ano. É o reitor Ferreira Lima quem descreve como isso ocorreu:

Confessamos que, no dia 29 de dezembro de 1969, quase não dormimos, tamanha era a responsabilidade que sobre nós sentíamos pesar. No dia imediato devíamos baixar ato extinguindo as faculdades e escola então existentes e iniciar a coisa inteiramente nova e ainda não experimentada no Brasil. O nosso medo era que, com a nova estrutura da reforma, sobrevivesse um caos... Não obstante todo o receio e a responsabilidade que assumíamos, baixamos a Portaria nº 220/69, de 30 de dezembro de 1969 (LIMA, 2000; pp. 199-200).

O tempo despendido pelas comissões e o curtíssimo prazo oferecido ao grupo de Cabral para encontrar a fórmula de sobrevivência do Instituto de Antropologia merecem uma análise desapianada. A UFSC estava ensaiando um novo procedimento e o objetivo da reforma era a modernização da estrutura administrativa, mas muitas instituições renomadas mantiveram a autonomia das antigas faculdades e institutos, como a USP e outras universidades federais, e não é razoável supor que uma unidade equivalente ao Instituto de Antropologia seja incompatível com as funções de uma universidade. A operosidade e a mente esclarecida de Cabral estimulavam seus auxiliares e a estrebaria da Fazenda Experimental Assis Brasil foi transformada numa unidade acadêmica bastante produtiva. Tudo isso se perdeu com a implantação da Reforma Universitária (1970). É claro que a preservação de uma estrutura atípica não representaria problema algum para o funcionamento da administração e tampouco impediria o sucesso da reforma, mas houve má-vontade ou falta de engenhosidade para se encontrar uma solução satisfatória ou menos traumática aos pesquisadores do Instituto de Antropologia.

O Instituto de Antropologia foi transformado num museu e gradativamente se distanciou da pesquisa original. Os laboratórios cederam espaço às vitrines de exposição de peças arqueológicas e, invés de atrair pesquisadores do Brasil e do exterior, ele se transformou em local de visitaçao para alunos de 1º e 2º graus; nada existe de errado em relação ao lazer cultural, mas os professores não tinham treinamento ou motivação para assumir as novas funções, a reforma interrompeu a evolução dos projetos de pesquisas e os membros do Instituto de Antropologia foram espalhados nas novas unidades geradas pela reforma (departamentos e centros). Os colaboradores de Cabral foram abrigados no recém-criado Departamento de Sociologia e a convivência harmônica com os novos colegas veio com o tempo. Atualmente, muito se fala sobre a autonomia das universidades, mas a Reforma Universitária (1970) caminhou numa direção oposta; as faculdades e institutos cederam desapareceram, ao mesmo tempo em que a nova mentalidade passou a ignorar a o valor da pesquisa básica e original - lugar de professor é sala de aula!

O Instituto de Antropologia teve menos de dois anos de existência, levando em conta a data de inauguração (29 de Maio de 1968) e a portaria de Ferreira Lima (30 de Dezembro de 1969); ele foi transformado numa coisa bem diferente do imaginado por seu criador. A unidade original atraía pesquisadores e tinha autonomia para firmar convênios ou estabelecer o seu próprio modo de funcionamento; a mudança foi radical e os piores efeitos se manifestaram na alma de seu criador:

Ele ficou bastante decepcionado com a transformação do Instituto de Antropologia num museu; ele não queria isso, mas fora pressionado pela administração da UFSC a aceitar a medida. O instituto tinha um espaço dedicado à exposição de peças arqueológicas, mas não era a sua principal função. O museu acabou virando um ponto de referência para a cultura açoriana, somente com o intuito de atrair visitantes. A ligação com a cultura da ilha dos Açores é forçada ou inexistente, pois a arquitetura da região é basicamente de pedra e os artefatos em exposição (engenhos e utensílios domésticos) não são exclusivos das ilhas dos Açores ou sofreram adaptação local. Outro exagero foi a transformação da ilha num local povoado de bruxas! Essas falhas são terríveis, pois o Museu Universitário é frequentado diariamente por crianças de escolas de 1º e 2º graus e, dessa forma, estamos ensinado coisas erradas... O meu tio criou uma instituição que privilegiava o encontro de cientistas do Brasil e exterior, um centro de pesquisa de fato... e até hoje pesquisadores sérios lutam para retomar os rumos delineados por Cabral (REIS, 2008; p. 49).

O Instituto de Antropologia mantinha convênios com instituições renomadas, nacionais e internacionais, e vários especialistas frequentavam suas instalações. Em 1968, Cabral e seus colaboradores criaram um periódico para desaguar os resultados das pesquisas desenvolvidas: *Anais do Instituto de Antropologia* - a partir da implantação da reforma, o periódico é transformado nos *Anais do Museu de Antropologia*; Cabral imagina que tais mudanças refletiam apenas um rearranjo no organograma da UFSC, sem prejuízo para as pesquisas e autonomia de sua unidade, mas, infelizmente, ele estava errado.

A decepção foi enorme! Cabral enfrentava problemas de saúde e contava com 67 anos de idade, por ocasião da implantação da reforma. Ele buscou refúgio em sua vasta biblioteca, indo à UFSC apenas para cumprir a agenda professoral; algum tempo depois ele solicita uma licença e ganha aposentadoria em seguida - a compulsória estava próxima. Em reconhecimento às notáveis contribuições, o Conselho Universitário lhe concede o título de Professor Emérito (Res. 016/1974) e sua instituição recebe o seu nome: "Museu Universitário prof. Oswaldo Rodrigues Cabral" (Res. 106/CUn, 26 de Outubro de 1993).

"Genioso", "difícil" e "temperamental"

A fecundidade intelectual do lagunense influenciou positivamente a carreira profissional de muitos historiadores e abriu as portas para novas linhas de pesquisas (ver: MEIRINHO, 2005; SANTOS, 2005, 2006). Num de seus últimos depoimentos, Cabral lembrou a sua luta para implantação de uma mentalidade científica entre seus alunos e colaboradores, longe do cabotinismo e de "todas as vantagens do charlatanismo" (CABRAL, 2005). Entretanto, a coragem e o espírito arrojado lhe renderam desentendimentos e, em muitas circunstâncias, ele foi vítima dos modismos e do discurso "politicamente correto".

Cabral mantinha correspondência com importantes intelectuais e suas ideias serviram de referência para obras de autores consagrados. Ele considerava *Medicina, médicos e charlatães* (1942) como um ensaio para voos mais elevados, mas a verdade que a obra foi bem acolhida pelos especialistas, entre os quais Lycurgo Santos Filho (*História da medicina no Brasil*, 1947) e Gastão Bettencourt (*O folclore no Brasil*, 1954). Cabral também colaborou na construção do *Dicionário*

do folclore brasileiro (1954), obra do potiguar Luís da Câmara Cascudo que tem sido reeditada desde o ano de sua publicação. Cascudo buscou informações em vários estados e logo no início da obra ele esclareceu seus procedimentos: "Pedi a vários amigos a redação de verbetes que aparecem assinados. Devo a outros informações várias e curiosas do muito que ignoro" (CASCUDO, 1988; p. XXII). A lista de colaboradores não é grande, mas Cabral está lá, em companhia de intelectuais renomados.

Os verbetes do referido dicionário esclarecem a amplitude da contribuição de Cabral. É o momento em surgem as descrições acerca dos charlatães e curandeiros do passado, doenças tropicais, fanatismo religioso e revoltas armadas. No que diz respeito à cultura catarinense, os verbetes esclarecem a origem da designação "barriga verde" ou descrevem festejos populares, como o boi de mamão e boi na vara. Os esclarecimentos de Cabral ganham mais relevância quando ele descreve o papel desempenhado pelo monge João Maria na guerra do Contestado e o projeto de implantação da Monarquia Sul-Brasileira (1914), o qual estabelecia a anexação do Uruguai aos três estados do sul e separação da região da federação brasileira. Esses tópicos ainda são muito obscuros, mas Cabral forneceu interpretações interessantes e originais ao mesmos.

Cabral colecionou adversários ao longo da vida acadêmica, mas ele era corajoso e não hesitava em tomar decisões importantes. Ele não tinha nada daquilo que, segundo a opinião de alguns *scholars*, caracteriza o intelectual brasileiro: a valorização do anel de grau (bacharelismo), o cabotinismo ou formalismo nas relações sociais (discurso *data venia*) e palavreado elegante, mas vazio e que serve apenas para impressionar os interlocutores (eruditismo ornamental). Essas peculiaridades inspiraram a literatura luso-brasileira e deram surgimento ao Comendador Pacheco e ao pai de Janjão, personagens inesquecíveis de Eça de Queiroz (*A correspondência de Fradique Mendes*, 1900) e Machado de Assis (*Teoria do medalhão*, 1881).

Aqueles que conviveram com Cabral lembram o seu temperamento "difícil" (opinião compartilhada até pelos amigos!), mas ele era um "homem de família", assistia às missas regularmente, dava consultas médicas gratuitas aos necessitados e reservava uma parte de seu descanso dominical para passeios com os familiares. Alguns mencionam depreciativamente o conservadorismo de Cabral, como se isso fosse uma falha de caráter ou alguma coisa que deveria ser escondida no meio de um linguajar de vanguarda - é o cabotinismo que ele tanto combatia. O adjetivo conservador é mal utilizado no ambiente universitário, geralmente associado a algo ultrapassado ou desatualizado. Cabral não tinha nada disso; não lhe faltavam ideias originais e liderança intelectual.

Cabral também é criticado pela prosa agradável e estilo às vezes informal, mas não isento de precisão. É incrível, mas alguns entendem que o texto acadêmico deva ser o mais hermético possível ou que a falta de elegância seja a principal virtude da linguagem científica. É um grande e incommensurável equívoco. Com efeito, algumas obras da historiografia e antropologia são valorizadas em razão do estilo claro e preciso de seus autores, incluindo-se nesta categoria os livros de Sérgio Buarque de Hollanda e Gilberto Freyre. Alguns críticos ainda postulam que a análise de notícias veiculadas nos jornais do passado ou a lembrança de personagens pitorescos é mais representativo dos ofícios de um cronista do passado, não de um historiador profundo e analítico. Puro preconceito.

Os pesquisadores do passado são parcimoniosos no que diz respeito ao número de citações bibliográficas, geralmente restritas ao idioma português. Os textos elaborados por Cabral são estruturados de modo diferente: além da consistência teórica e metodológica, eles exibem maior número de citações e em diferentes idiomas (i.e., inglês, francês, espanhol e italiano). Trata-se de um autor atualizado e preocupado com a consistência de suas ideias. Cabral desbravou diversos campos de conhecimento, algo notável se imaginarmos que ele não dispunha de serviços de reprografia, processador de texto e biblioteca *online* (Google, *Wikipedia* e o portal de periódicos da CAPES). A revolução digital trouxe conforto e comodidade aos intelectuais, mas Cabral viveu num mundo diferente e sua produção científica é bastante significativa, em termos numéricos e qualitativos.

O lagunense não contava com editores competentes para publicação de seus livros e, nas décadas de 1950 e 60, a provinciana Florianópolis não lhe oferecia os interlocutores necessários ao desenvolvimento de suas ideias; são peculiaridades que conferem maior valor à sua obra. Não obstante as dificuldades, Cabral foi autor de vasta produção científica, participou de importantes agremiações, prestou auxílio a incontáveis pesquisadores em início de carreira, entre os quais Giralda Seyferth, Maria Vinhas de Queiroz, Silvio Coelho dos Santos, Walter Fernando Piazza e Fernando Henrique Cardoso – este último publicou, juntamente com Octávio Ianni, o livro *Cor e mobilidade social em Florianópolis* (1960), o qual só foi possível através do acesso irrestrito aos arquivos pessoais de Cabral (ver: CARDOSO et al., 2004; MACHADO, 2004; GUERRA, 2008).

Saldo final

A originalidade das contribuições de Cabral é reconhecida por intelectuais renomados, entre os quais Gilberto Freyre, Roger Bastide, Lycurgo Santos Filho e Luís da Câmara Cascudo. Instituições e periódicos científicos não esqueceram a importância do intelectual lagunense, entre os quais *Instituto Histórico e Geográfico de SC* (Oswaldo Rodrigues Cabral na *Historiografia Catarinense, Série Ensaios 2*, 2005), *Revista do Museu Universitário Oswaldo Rodrigues Cabral* (textos comemorativos dos 30 anos de existência da unidade, 1995), *PerCursos/UFSC* (Oswaldo Rodrigues Cabral, o cronista do passado, 2004) e *Revista de Ciências Humanas/UFSC* (Memórias Universitárias, 2008).

Os livros de Cabral ainda são reeditados e os quatro volumes de *História da política em Santa Catarina durante o império* (2004) foram publicados *postmortem*, graças aos esforços da sobrinha Sara Regina Poyares dos Reis. As pessoas mais próximas usam adjetivos variados para explicar a sua personalidade complexa (e.g., ranzinza, briguento, temperamental...), mas um amigo adicionou outros: “espírito cintilante, diversificado talento, grande figura humana” (UNGARETTI, 2005; p. 29). A memória do lagunense é preservada nas designações de logradouros, escolas, bibliotecas e arquivos públicos, em diversas cidades de Santa Catarina; uma praça no município de São Paulo também recebe o nome Oswaldo Rodrigues Cabral. É o reconhecimento da contribuição do catarinense ao engrandecimento vida intelectual brasileira.

Muitos lembram os aspectos contraditórios da personalidade de Cabral, mas de forma exagerada. Ele era movido por rígidos princípios de conduta, mas convivia bem com os alunos e seus auxiliares e, junto com Henrique Fontes, foi um dos poucos intelectuais catarinenses que apoiaram os jovens modernistas do Grupo Sul (MALHEIROS, 2009) – conta-se que os dois eram “festeiros” e nunca perdiam os eventos organizados pelos alunos da FCF (CORREA, 2008). As aulas de Cabral nada tinham de monótonas, pois ele recheava os conteúdos com episódios pitorescos e piadas saborosas – espirituoso e excelente *causeur*, é o que diz o desembargador Norberto Ungaretti (2008). Ele adorava o ambiente da sala de aula e os alunos tinham o seu professor em elevada estima, mas Cabral não lhe dava colher de chá – ele era judicioso nas avaliações e rigoroso no cumprimento dos horários e entrega dos trabalhos.

É marcante o depoimento de Cabral em relação ao ensino: “Sinto falta, tenho, em verdade, saudades da cátedra”, estas são as palavras que ele proferiu em seu discurso de agradecimento do título “Professor Emérito”, concedido pela UFSC (CABRAL, 2005). São palavras que impressionam e que não deixam dúvidas acerca do envolvimento emocional com as atividades de ensino. Cabral participou da realização do *I Congresso de História Catarinense* (1948), instalações da FCF (1951) e UFSC (1960) e foi o idealizador e dirigente do Instituto de Antropologia (1965). Ele foi membro de várias agremiações acadêmicas, nacionais e internacionais, e foi o intelectual que mais abrilhantou o estado de Santa Catarina.

Os eventos comemorativos da UFSC quase sempre ignoram as ações realizadas pelos pioneiros do ensino superior em SC, principalmente José Arthur Boiteux, Henrique Fontes e Oswaldo Cabral;

alguns amigos lamentam tal esquecimento. Tais personagens contribuíram para a instalação da UFSC e, principalmente, formação da intelligentsia catarinense. O depoimento do primeiro reitor da UFSC é importante, mas ele é auto-laudatório e contém algumas imprecisões: "Depoimento válido e verdadeiro de quem durante mais de 20 anos acompanhou, como seu criador, primeiro dirigente e colaborador diuturno, a sua vida e o seu desabrochar e crescer esplêndidos" (LIMA, 2000; p. 225). Como se percebe, não sobrou espaço para relembrar a contribuição de outros personagens Lima (2000) informou, erroneamente, que o ensino superior em SC foi inaugurado com a instalação da Faculdade de Direito; o Instituto Polytechnico caiu no esquecimento e Boiteux, fundador desta instituição e da Faculdade de Direito, foi considerado apenas um "idealista ingênuo". No que diz respeito à FCF, o ex-reitor informou que a unidade foi extinta a partir da criação da UFSC, mas a *alma mater* da universidade apenas mudou de nome: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras - mais tarde Centro de Ciências Humanas e, atualmente, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. As ações de Henrique Fontes e Oswaldo Cabral contribuíram para a formação da intelligentsia catarinense e deram vida ao projeto de instalação de uma universidade. Os dois atuaram juntos no I Congresso Catarinense de História (1948) e as discussões no evento fizeram nascer a FCF, a base de sustentação da futura universidade; logo surgiu o desejo de criação de uma "Cidade Universitária", a qual foi instalada na antiga Fazenda Experimental Assis Brasil. É importante relembrar a materialização do sonho universitário: a FCF atendia os requisitos legais para instalação de uma universidade e, com efeito, foi ela que inaugurou o funcionamento do atual campus universitário. Os eventos mencionados não deixam dúvidas acerca da importância de Fontes e Cabral para o enriquecimento da vida intelectual catarinense e criação da nossa universidade.

Agradecimentos

Familiares e ex-colaboradores de Oswaldo Rodrigues Cabral descreveram aspectos pouco conhecidos de sua personalidade e trajetória intelectual, entre os quais Sara Poyares dos Reis, a qual facilitou o acesso aos arquivos de seu tio, Silvio Coelho (Departamento de Antropologia, UFSC), Carlos Humberto Correa (Departamento de História, UFSC), Norberto Ungaretti (Departamento de Ciências Jurídicas, UFSC) e Arno Blass (Departamento de Engenharia Mecânica, UFSC). Este texto é resultante de minha participação na mesa-redonda comemorativa dos 100 anos de nascimento do notável lagunense, evento organizado por Sônia Weidner Maluf (Departamento de Antropologia, UFSC). Eu agradeço a contribuição destes admiradores do intelectual catarinense.

Referências

- AGASSIZ, L. & AGASSIZ, E. C. *Viagem ao Brasil 1865-1866*. Brasília, DF: Edições do Senado Federal, 2000.
- AZEVEDO, F. *Brazilian culture*. Nova York: The MacMillan Co., 1950.
- AZEVEDO, F. A antropologia e a sociologia no Brasil. In: F. de Azevedo (Org.) *In As ciências no Brasil*. Vol. 2; pp. 409-61. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 1994.
- BETTENCOURT, G. *O folclore no Brasil*. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1954.
- BLASS, A. & GUERRA, R. F. Caspar Erich Stemmer e o desenvolvimento científico e tecnológico no Brasil. *Revista de Ciências Humanas*, 41(1/2); pp. 9-46, 2007.
- CABRAL, O. R. *Sarau de arte*. Florianópolis: Manuscrito não publicado, 1927.
- CABRAL, O. R. *Santa Catarina: história - evolução*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

- CABRAL, O. R. *Medicina, médicos e charlatães do passado*. Florianópolis: Departamento Estadual de Estatística, 1942.
- CABRAL, O. R. *Terra da liberdade*. Curitiba: Editora Guairá, 1944.
- CABRAL, O. R. *Cultura e folclore*. Florianópolis: Comissão Catarinense de Folclore, 1954.
- CABRAL, O. R. *João Maria - interpretação da Campanha do Contestado*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.
- CABRAL, O. R. *Nossa Senhora do Desterro*. Florianópolis: EdUFSC, 1972.
- CABRAL, O. R. Discurso de recebimento do título Professor Emérito da UFSC - 1974. *Instituto Histórico e Geográfico de SC, Série Ensaio 2*; pp. 55-61, 2005.
- CARDOSO, P. J. F.; SBRAVAT, D. F. & AMARAL, T. C. Cúmplice e sedutor: Oswaldo Rodrigues Cabral e a história das populações de origem africana. *PerCursos*, 5(1); pp. 75-92, 2004.
- CARVALHO, R. *A história natural em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987.
- CASCUDO, L. C. *Dicionário do folclore brasileiro*. Belo Horizonte e São Paulo: Editora Itatiaia e EdUSP, 1988 (1ª impressão: 1954).
- CORREA, C. H. P. Depoimentos. In: R. F. GUERRA (Org.) Oswaldo Rodrigues Cabral - notas sobre a trajetória de vida de um intelectual brilhante. *Revista de Ciências Humanas*, 42(1/2): 9-60, 2008.
- CUNHA, E. *Os sertões - campanha de Canudos*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1997 (1ª impressão: 1901).
- FERNANDES, R. *O pensamento pedagógico em Portugal*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1978.
- FONTES, H. S. *Pensamentos, palavras e obras*. Florianópolis: Edição do Autor, 1962.
- FREYRE, G. *Casa grande & senzala*. Rio de Janeiro: Record, 1999 (1ª impressão: 1933).
- FREYRE, G. *Sobrados e mucambos*. Rio de Janeiro: Record, 1996 (1ª impressão: 1936).
- GUERRA, R. F. Educação científica e desperdício de talentos. *Universidade e Sociedade*, 39: 124-135, 2007.
- GUERRA, R. F. Oswaldo Rodrigues Cabral - notas sobre a trajetória de vida de um intelectual brilhante. *Revista de Ciências Humanas*, 42(1/2): 9-60, 2008.
- LIMA, J. D. F. *UFSC: sonho e realidade*. Florianópolis: EdUFSC, 2000.
- LUZ, A. A. *Os fanáticos - crimes e aberração da religiosidade dos nossos caboclos*. Florianópolis: Edição do autor, 1952.
- MACHADO, P. P. O movimento do Contestado visto por Cabral. *PerCursos*, 5(1); pp. 17-33, 2004.
- MALHEIROS, E. Depoimentos. In: R.F. GUERRA (Org.) Grupo Sul e a revolução modernista em Santa Catarina. *Revista de Ciências Humanas*, 43(1); pp. 9-95, 2009.
- MAMIGONIAN, A. Depoimentos. In: R.F. GUERRA (Org.) Henrique da Silva Fontes e a criação da UFSC. *Revista de Ciências Humanas*, 45(1); pp. 9-77, 2011.
- MEIRINHO, J. Oswaldo Rodrigues Cabral na historiografia catarinense. *Instituto Histórico e Geográfico de SC, Série Ensaio 2*; pp. 31-53, 2005.
- REIS, S. R. P. Depoimentos. In: R. F. GUERRA (Org.) Oswaldo Rodrigues Cabral - notas sobre a trajetória

ria de vida de um intelectual brilhante. *Revista de Ciências Humanas*, 42(1/2); pp. 46-49, 2008.

ROSA, J. E. & MADEIRA, A. A. Instituto Polytechnico - primeira instituição de ensino superior no Estado de Santa Catarina. *Revista Catarinense de Odontologia*, 5(1); pp. 30-40, 1978.

SANTOS, S. C. A antropologia em Santa Catarina. In: S. C. SANTOS (Org.) *Memória da antropologia no sul do Brasil*. Pp. 17-77. Florianópolis: EdUFSC e ABA, 2006.

SANTOS FILHO, L. *História da medicina no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1947.

SOUZA, S. R. S. *Oswaldo Cabral - páginas de um livro de memórias*. Florianópolis: EdUFSC e UDESC, 1993.

UNGARETTI, N. U. Homenagem na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. *Instituto Histórico e Geográfico de SC, Série Ensaio* 2; pp. 27-30, 2005.

UNGARETTI, N. U. Depoimentos. In: R. F. GUERRA (Org.) *Oswaldo Rodrigues Cabral - notas sobre a trajetória de vida de um intelectual brilhante*. *Revista de Ciências Humanas*, 42(1/2); pp. 9-60, 2008.

OSWALDO RODRIGUES CABRAL: FACETAS DE SUA VIDA PÚBLICA

Janice Gonçalves

Janice Gonçalves é mestre e doutora em História Social (Universidade de São Paulo - USP); professora da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC (Departamento de História e Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e da Educação).

OSWALDO RODRIGUES CABRAL: FACETAS DE SUA VIDA PÚBLICA¹

Janice Gonçalves

Eu quero antes de tudo agradecer o convite e a oportunidade de compartilhar essa mesa com a Profa. Patrícia Freitas, e dizer que, desde 1999, quando me mudei para Santa Catarina (sou paulista), cruzei com Oswaldo Rodrigues Cabral diversas vezes durante minhas pesquisas. Na minha tese eu já me referi a ele, porque a tese é sobre historiografia em Santa Catarina (GONÇALVES, 2006). E em algumas outras circunstâncias voltei a tratar de Cabral, porque me ocupei das questões do folclore, ou do patrimônio cultural, ou novamente de história e historiografia, ou ainda especificamente da história de Florianópolis. Mas a oportunidade mais recente de pensar sobre a trajetória de Cabral foi quando recebi convite da FIOCRUZ para preparar texto para uma publicação sobre a história da saúde em Santa Catarina – em especial, na área da Grande Florianópolis. Foram pensados vários volumes (para São Paulo, para Minas Gerais, para a Bahia...), divulgando o levantamento relativo basicamente ao patrimônio edificado, com verbetes e fichas, acompanhado de textos de pesquisadores no formato de capítulos². Para o volume sobre Santa Catarina algumas pessoas ficaram incumbidas de produzir textos que contextualizassem a pesquisa feita e a elaboração de verbetes e fichas, que conformaram um inventário preliminar desse patrimônio edificado da saúde. Eu sugeri três possibilidades de texto e a que pareceu mais interessante para o pessoal da FIOCRUZ foi justamente aquela que abordaria o Cabral médico. Pensei, então, em apresentar aqui as linhas gerais desse texto, que foi publicado no ano passado, mas que talvez poucos conheçam, porque faz parte de um livro específico sobre história da saúde (GONÇALVES, 2012).

No texto preparado para a publicação da FIOCRUZ, a ideia era principalmente falar a respeito do Oswaldo Rodrigues Cabral médico, mas me interessava, a partir disso, examinar as várias facetas de sua vida pública: o médico que era folclorista, o médico que era professor (com formação como normalista, um aspecto que me parece particularmente importante em sua biografia), o médico-historiador e o médico que de alguma forma também se relacionava com as questões do patrimônio cultural, em especial na fase final da sua vida.

Esse médico começou a estudar Farmácia em Curitiba, depois se transferiu para o Curso de Medicina e para o Rio de Janeiro, em 1927. Formado, voltou para Santa Catarina e trabalhou inicialmente em Joinville, onde se destacou como médico particular e participou de uma associação médica, formada naquele período (portanto, em um momento em que os médicos locais estavam tentando se articular)³. Cabral chegou a ser tesoureiro dessa associação e, conforme registram as atas, teria inclusive sugerido que os médicos repensassem o horário de funcionamento de seus consultórios, de modo que ficassem liberados para o atendimento de urgência, dadas as deficiências do atendimento público para a população, sobretudo a população pobre de Joinville. Esse tipo de discussão aparece nas atas da entidade (que eu não consultei diretamente, mas que cito a partir das

1 Fala na mesa redonda "Notícia 1", realizada em outubro de 2013 no âmbito do evento "110 anos de Oswaldo Rodrigues Cabral: memória e notícia", pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da UFSC Prof. Oswaldo Rodrigues Cabral (MARquE).

2 Trata-se de projeto da FIOCRUZ desenvolvido desde 2007, em cooperação com várias instituições, intitulado *Inventário nacional do patrimônio cultural da saúde: bens edificados e acervos*.

3 Tratava-se da Sociedade Joinvilense de Medicina, constituída em 1932, reativando entidade anterior denominada Associação Médica de Joinville.

informações constantes de livro de Lairton Valentim sobre os médicos em Joinville - VALENTIM, 1997), e já dá a dimensão da articulação de Cabral com as questões públicas da medicina.

Ele foi então convidado a voltar para Florianópolis (embora tenha nascido em Laguna, Cabral cresceu em Florianópolis), para trabalhar na Assistência Municipal. Há um depoimento dele, no livro de memórias que foi editado pela Profa. Sara (SOUZA, 1993), em que comenta um pouco da sua relação com a Assistência:

Eu entrei para a Assistência para trabalhar e não para emprestar solidariedade política a quem quer que fosse. E trabalhei. De um corredor escuro, tendo por móveis os meus, particulares, do meu consultório, levei-a ao ponto em que está. Conteí com a boa vontade dos Prefeitos Mauro Ramos e Rogério Vieira para dotar-lhe de todos os melhoramentos. Foi o meu esforço e o de todos os que naquela casa trabalhavam que consegui fazer, de consultório insignificante, um centro científico de tratamentos médicos. Obtive para ela bons profissionais, dei-lhe farmácia, dei-lhe maquinário, dei-lhe laboratórios, dei-lhe aparelhagem e, acima de tudo, dei-lhe organização. Apelei para muitos, recebi muitas negativas - mas com o auxílio de alguns beneméritos, com a dedicação dos meus auxiliares, com a clarividência dos prefeitos referidos e com o desinteresse pelas minhas conveniências, sacrificando-lhe as melhores horas da clínica, fiz da Assistência Municipal o que ela é. (Oswaldo Cabral, apud SOUZA, 1993, pp. 53-54)

Penso que esse é um depoimento muito significativo de Cabral porque, quando ele se constrói nas memórias, frequentemente destaca isso: que se devotou à vida pública e não raro prejudicou a própria vida privada. É algo bem nítido nos comentários sobre a Assistência, nos quais menciona que móveis do seu consultório particular foram levados para lá. Apesar de fazer referência a prefeitos e a outras pessoas que trabalharam na Assistência e por ela, Cabral enfatiza o seu envolvimento pessoal - *dei-lhe isso, dei-lhe aquilo* -, a tal ponto que a Assistência teria sido transformada radicalmente, passando de mero consultório, "insignificante", a centro científico. E essa ênfase no centro "científico", na ciência, na medicina científica, é uma constante nos textos de Cabral. Há ênfase na ciência e no devotamento à vida pública.

O devotamento à vida pública é algo que também é destacado, aliás, por outras figuras que estiveram ao lado de Cabral, em sua trajetória, ou com as quais ele conviveu em seu longo período de vida. Em especial, aqueles intelectuais que estavam associados a algumas instituições com que mantinha vínculo, como os ligados ao Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Esse devotamento à vida pública, esse *envolvimento cívico* com o que dizia respeito, em especial, a Santa Catarina, é algo muito marcado entre esses intelectuais, e que tem a ver com as opções que fazem: estão em geral muito envolvidos com a vida pública, ocupam funções públicas destacadas e procuram defender o que entendem como interesses de Santa Catarina.

Outra questão que permeia esse comentário de Cabral sobre a Assistência é que, apesar de ele ter se envolvido diretamente com a política partidária (em especial, com a UDN), fazia questão de dizer que uma coisa tinha sido sua vida como médico e, outra, como político, procurando não misturar essas instâncias. Não obstante, há documentos que indicam a existência de pressão de políticos ligados à UDN para que ele atendesse pessoas que poderiam apoiá-los. Por exemplo: em uma carta de Adolfo Konder, do ano de 1950, este indicava que a Cabral e a Paulo Fontes "coube suportar a pesada herança deixada por Bulcão: clínica política gratuita"⁴ - ou seja, dar atendimento médico e não cobrar, para colaborar com a UDN. No mesmo livro em que esse trecho da carta foi publicado, a Profa. Sara Regina Poyares dos Reis informa que, no consultório

4 Carta de Adolfo Konder a Oswaldo Cabral, datada de 1º. de março de 1950. Trecho transcrito em REIS, 2008, p. 94.

particular de Cabral, vários clientes enviados pelo partido eram atendidos “sem qualquer pagamento de consulta. Disso ainda lembro-me muito bem” (REIS, 2008, p. 94). Cabral fez questão de destacar que não emprestava “solidariedade política a quem quer que fosse”, na Assistência Municipal, o que não quer dizer que não fizesse isso em seu consultório particular. A separação quanto ao que era feito na instituição pública e no espaço privado talvez fosse difícil de ser realizada pelas pessoas que o consultavam tanto em um como em outro lugar, mas ele, em princípio, frisava tê-la feito.

Cabral também chegou a se envolver no projeto de criação da Faculdade de Medicina. Não foi propriamente um envolvimento na vanguarda do movimento de criação, mas ele se fez presente. À frente disso, no final da década de 1950, estavam médicos mais jovens, e especialmente aqueles que compuseram uma Comissão organizadora (Roldão Consoni, Lobato Filho, Prisco Paraíso). Apesar da atuação de Cabral nessa questão não ser muito destacada, ele aparece de forma significativa em relato de Consoni a este respeito, e que reforça algumas características, a meu ver, muito fortes em Cabral. Consoni, nas suas memórias, comenta o momento de tentativa de criação da Faculdade de Medicina e da própria eleição da Comissão, em reunião ocorrida em 31 de julho de 1957:

Naquela reunião, houve um fato inusitado: um dos colegas, natural de Florianópolis, lançou um protesto, não consignado em ata, contra a eleição de três “forasteiros” - Roldão de São Paulo, Lobato do Maranhão e Prisco da Bahia - e nenhum membro proveniente do Estado de Santa Catarina.

É Oswaldo Rodrigues Cabral, catarinense de Joinville [sic], que se levanta para dizer que a assembleia fora muito feliz em sua escolha, nada havendo de estranho no resultado, pois os três colegas, casados com catarinenses, haviam honrado Santa Catarina como opção de trabalho. (CONSONI, 2005, p. 96)

Essa fala de Cabral, filtrada pela memória de Consoni, se harmoniza com muitos de seus comentários em textos diversos e me parece estar longe de ser apenas uma manifestação de ocasião: é, antes, um comentário que se alicerça em valores constantemente repisados por Cabral, ligados ao afeto cívico-patriótico por Santa Catarina, algo que foi nele estimulado desde a mais tenra infância. Identificáveis, por exemplo, no parágrafo final do livro *História de Santa Catarina*, publicado anos depois:

[...] não são poucos os que bem merecem da terra catarinense, e que constituem [com] suas vidas e trabalhos exemplo para a mocidade que nas escolas se prepara para ingressar na vida pública, e da qual espera Santa Catarina o mesmo amor, a mesma dedicação e os mesmos sacrifícios, em prol do progresso, da sua grandeza e da sua glória. (CABRAL, 1994, p. 362)

A defesa da composição da comissão que buscava criar a Faculdade de Medicina, em Santa Catarina, parecia escorada basicamente no fato de seus integrantes já terem demonstrado o afeto cívico-patriótico por Santa Catarina, honrando Santa Catarina (que era o que Santa Catarina esperava deles, já que os recebera).

Tanto em uma fala breve, em reunião de médicos, como em um livro voltado para público escolar, Cabral afirmava certa maneira de se relacionar com Santa Catarina. Maneira essa que, por sua vez, se articulava a uma dada forma de pensar o cidadão: um cidadão que não apenas tivesse referências exemplares (modelos a seguir), mas que ele mesmo oferecesse uma atuação exemplar em relação à terra em que nasceu ou que escolheu para viver. Essa perspectiva certamente foi muito estimulada na formação de Cabral, não somente na passagem por grupos escolares, na infância, como quando, jovem, optou por estudar na Escola Normal Catarinense.

Cabral se formou como normalista e isso transparece na sua formação posterior como médico, o que entendo ser um aspecto pouco salientado nos textos sobre Cabral. O trabalho de conclusão para a Faculdade de Medicina se relaciona ao campo da educação, enfocando a higiene. Mesmo em 1974, a força da formação como normalista (e da relação médico-professor) foi afirmada por Oswaldo Cabral, em trechos do discurso proferido quando recebeu o título de professor emérito da Universidade Federal de Santa Catarina:

Com efeito, as várias etapas que me compõem a existência são uma reafirmação do irresistível pendor e da incontida tendência que desde a juventude me impeli-ram para o magistério. (CABRAL, 2005, p. 56)

[...]

O médico é sempre um professor - e eu o fui integralmente, tenho disto a con-vicção, nos anos que exerci a medicina, em Joinville e aqui [em Florianópolis]. (CABRAL, 2005, p. 58)

O próprio Cabral estabeleceu, portanto, o vínculo entre ser médico e ser professor. Percebia a atuação do médico como educativa, porque tinha que de alguma forma ensinar a população, ou ao menos aqueles que atendesse, a cuidar da sua saúde, a cuidar da higiene e evitar a doença, tal como já ficara assinalado no trabalho final apresentado à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, defendido em 1929. A tese - *Problemas educacionais de higiene* - está organizada em três partes: "Propaganda sanitária", "Educação - Instrução" e "Algumas notas sobre higiene escolar e sobre a inspeção médica-escolar". Nela Cabral tentou mostrar como seria importante, para a medicina, realizar a propaganda sanitária: basicamente, divulgar para a população, de forma sistemática, por meio de folhetos, cuidados com a higiene. Na escola deveriam ser ensinados princípios de higiene que dariam a base para a vida saudável de todos os cidadãos. Como assinalou, no trabalho de 1929:

É preciso preparar as gerações do porvir. É necessário que procuremos garantir à nossa descendência dias de felicidade. A felicidade só a atingirá quem tiver saúde; e a saúde só a possuirá quem lograr pautar a sua vida dentro de hábitos higiê-nicos. Procure-se portanto educar; procure-se instruir; procure-se sanear o meio e adaptá-lo às necessidades da vida. Procure-se elevar o homem e ter-se-á elevado a nação. [...] (CABRAL, 1929, p. 144)

Tendo por base esse cidadão saudável, higienicamente tratado, bem educado, preparado, en-fim, para a vida pública, a própria nação se tornaria mais saudável e forte.

A relação entre saúde, civismo, urbanidade e até mesmo felicidade está muito presente no pensamento de Cabral, uma demonstração de que, apesar das múltiplas facetas e frentes de sua atuação, é possível perceber preocupações recorrentes, que de certa maneira integraram as várias atividades e os distintos interesses.

Como estabelecer os nexos entre essa perspectiva e o interesse de Cabral pelo folclore, principal-mente a partir de 1948, quando passou a integrar a Comissão Catarinense de Folclore? À época, ele já tinha publicado o seu primeiro livro sobre a história de Santa Catarina⁵, já estava ligado à Academia Catarinense de Letras e já integrava o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Ca-tarina. Como o médico aparece no folclorista? Um folclorista que, diga-se de passagem, não será um folclorista qualquer: Cabral presidirá a Comissão Catarinense de Folclore e, entre os folcloristas locais, será o mais conhecido para além dos limites de Santa Catarina. Veja-se que, no I Congresso

5 O livro *Santa Catarina - história, evolução* é de 1937.

Brasileiro de Folclore, em 1951, lá estava Cabral, não só representando Santa Catarina, mas, no discurso que proferiu na abertura, representando todas as comissões estaduais do Brasil, com a incumbência de indicar uma série de sugestões para a Comissão Nacional para que as comissões nos estados (então chamadas de subcomissões) pudessem mais bem atuar.

O médico-folclorista está nitidamente presente no livro *A medicina teológica e as benzeduras: suas raízes na história e sua persistência no folclore*, publicado em 1958, como separata da *Revista do Arquivo Municipal*, de São Paulo, tendo sido premiado (em segundo lugar) em concurso de monografias na área de folclore, promovido pelo Departamento de Cultura de São Paulo. Era fruto de uma pesquisa feita em Santa Catarina por vários folcloristas, por meio do que chamavam de "inquéritos", com informações sobre diversos municípios, sendo as benzeduras um dos temas pesquisados. Cabral se debruçou justamente sobre as benzeduras (186, relativas a 41 males), procurando para isso organizar o material coletado e analisá-lo; antes disso, alguns dos resultados de pesquisa haviam sido publicados no boletim da Comissão Catarinense de Folclore.

Alguns aspectos dos posicionamentos de Cabral podem ser pensados a partir de reflexões presentes no livro sobre a "medicina teológica". Cabral tinha horror àqueles que se diziam médicos sem que fossem médicos de formação – os charlatães, tendo inclusive escrito um trabalho sobre isso⁶; mas como se relacionava com os benzedores? Sem grandes problemas, pois os benzedores não se diziam médicos nem se faziam passar por eles: realizavam invocações que remetiam a rezas, simplesmente. Seriam, assim, para Cabral, "gente inofensiva, crédula e simples" (CABRAL, 1958, p. 73), em geral extremamente católica, que relia os preceitos da religião, apelando para um santo para conseguir a cura de um determinado mal. Enquanto não indicassem beberagens curativas, enquanto se limitassem à intermediação entre o domínio humano e o divino, não poderiam causar mal. Mas por que, afinal, um livro sobre as benzeduras?

Cabral entendia que as benzeduras estavam em processo de extinção. Ao final do livro, marcava sua posição a este respeito, que era a posição de alguém que via o mundo através das lentes da medicina científica:

A medicina científica, à medida que enriquece o patrimônio dos conhecimentos humanos com novas descobertas no campo da patologia, da terapêutica e das ciências aplicadas, também vai encontrando maior facilidade na sua divulgação por toda parte. Aos núcleos de população mais remotos já chegam os recursos da ciência e a instrução vai permitindo que sejam eles não só aceitos como desejados... Dentro de pouco tempo, as benzeduras, como recurso terapêutico, desaparecerão. [...] A patologia popular não tardará a entrar para os domínios das curiosidades e os casos miraculosos das benzeduras para os da fábula.

Os remanescentes folclóricos da medicina teológica terão o mesmo destino desta: os crentes já não a aceitam, os crédulos já andam desconfiados da sua eficiência e acabarão por ser, de um lado, convertidos à fé pura, e de outro, vencidos pela ciência vitoriosa. Quer dizer – desaparecerão. É preciso, pois, registrar o que ainda resta, que tudo isto pertence ao nosso patrimônio cultural. (CABRAL, 1958, p. 183)

No trecho citado, vemos que aparece a expressão "patrimônio cultural", aplicada às benzeduras, o que não era algo costumeiro na década de 1950⁷. As benzeduras são nitidamente perce-

6 O livro *Medicina, médicos e charlatães do passado* (CABRAL, 1942).

7 Não só a expressão "patrimônio cultural" era menos usual que a expressão "patrimônio histórico" ou "patrimônio histórico e artístico", como as benzeduras não eram alvo privilegiado das ações dos órgãos de preservação, que priorizavam o patrimônio edificado. Não obstante, como já indiquei em outro trabalho (GONÇALVES, 2012), os folcloristas não deixaram de utilizar o termo "patrimônio" para seus objetos de estudo.

bidas como vestígios de algo fadado a deixar de existir. O patrimônio cultural é aí algo que se herda, mas que não necessariamente se conecta positivamente com o presente ou mesmo com o futuro que seria desejável. Era importante registrar as benzeduras, mostrar que existiam, mas, na perspectiva de Cabral, o fim dessa prática era algo bom. Esse é um aspecto interessante: Cabral, apesar de ter muitos trabalhos sobre história, apesar de ser alguém preocupado com o que poderíamos entender como “vestígios do passado”, é também um homem de ciência preocupado com o progresso. Essas duas dimensões se harmonizam nele, embora a última pareça ser determinante. Assim, observações sobre algo antigo que desapareceu podem vir complementadas com comentários de alívio, se o antigo era potencial foco de doenças – isso é nítido, por exemplo, no livro *Nossa Senhora do Desterro*. Mesmo no Cabral historiador tende a prevalecer o olhar do médico higienista, preocupado com a vida saudável da população e, conseqüentemente, com o bem do país. No livro *Medicina, médicos e charlatães do passado*, que em alguma medida já esboça capítulos do livro *Nossa Senhora do Desterro*, o interesse por aqueles que, na sua visão, exerciam indevidamente a medicina, está integrado ao interesse pelo bem estar geral da população e por uma cidade saneada (no caso, a capital de Santa Catarina antes da República). Cabral tenta mostrar que a situação da cidade, então – sujeira, falta de controle das doenças, surtos epidêmicos e uma série de problemas de saúde pública – fazia justamente com que emergissem esses charlatães. Resolver os problemas de insalubridade da cidade faria, no seu entender, com que esses falsos médicos desaparecessem. Cidade saudável e cidadão saudável andavam juntos, como já tive, aqui, oportunidade de destacar. No livro *Nossa Senhora do Desterro*, Cabral também registrou, entre os problemas da cidade, no século XIX,

[...] o mais completo desconhecimento dos problemas sanitários, das soluções já encontradas para resolvê-los, sobretudo os de higiene urbana, além de uma indistigável ignorância da sua população, arredia sempre, desconfiada e bruta, disposta a desobedecer, a desacreditar, a enfrentar, mesmo, a ação da autoridade, principalmente a sanitária. (CABRAL, 1979, v. 1, pp. 173-174)

A ignorância, nesse caso, era sinônimo de falta de instrução e educação, e com isso reencontramos o médico-professor, o médico-normalista, preocupado com a educação higiênica e de cunho sanitarista, importante para a formação do cidadão. A comparação entre o passado e o presente da cidade resultava, porém, em balanço positivo:

Foi assim, *Nossa Senhora do Desterro da Ilha de Santa Catarina*. [...] acabou por melhorar. Custou, mas seguiu sempre para frente. [...] À custa de grandes sacrifícios e de tenacidade constante. Mas foi. Falta ainda muita coisa, educar muita gente... Todavia, liberta da maior parte de todos aqueles problemas, *Nossa Senhora do Desterro* hoje é uma cidade que não nos envergonha. (CABRAL, 1979, v. 1, p. 202)

É o olhar médico que torna compreensível que Cabral não sinta tanto pesar pela destruição de certos casarios da velha Desterro, ou mesmo que critique a instalação de um museu, e dos quadros de Victor Meirelles, na edificação que fora residência do pintor – para Cabral, as paredes carunchadas e úmidas da casa só prejudicariam os quadros, e a edificação deveria ter sido, inclusive, derubada, por ser um “trambolho” (CABRAL, 1979, v. 1, p. 120; v. 2, p. 79)⁸. Apesar dessa visão nem sempre positiva acerca do que era considerado patrimônio cultural, Cabral esteve envolvido com iniciativas de preservação de bens culturais do Estado de Santa Catarina para além de suas atividades como folclorista: teria sido ele, inclusive, a esboçar a lei que criaria uma política de preservação em âmbito estadual. Parece-me, contudo, que, para Cabral, o passado nunca deveria suplantar ou

⁸ Embora seja difícil saber se, nesse caso específico, pesava o olhar médico ou se eram mais decisivos os enfrentamentos que Cabral já tinha, à época, com Walter Piazza, então encarregado de administrar o Museu Victor Meirelles.

ameaçar o presente, tempo privilegiado da felicidade do cidadão como vivência, só possível em uma cidade saudável.

Do que disse – e penso que já falei demais –, espero ter conseguido ressaltar as imbricações e interações das várias facetas públicas de Oswaldo Rodrigues Cabral. Peço licença para encerrar citando a mim mesma, lendo o trecho final do texto que norteou as reflexões aqui apresentadas, pois ele ainda traduz bem a forma como percebo tais nexos:

Orientado, desde jovem, pelo afeto cívico-patriótico em relação ao estado natal e ao país, Oswaldo Rodrigues Cabral foi fortemente influenciado pelas ideias que circulavam nos meios em que se formou, quer como normalista, quer como médico. Conhecer seus anos de formação significa ter clareza do peso que higienismo, sanitarismo e civismo tiveram nas primeiras décadas do século XX, na educação como na medicina. Saber que sua formação em medicina foi feita fora de Santa Catarina faz lembrar das fragilidades do campo médico catarinense na primeira metade do século XX, que não dispunha de um centro formador de nível superior. Ser informado sobre a maneira como Cabral, mesmo que secundariamente, participou do processo de criação da Faculdade de Medicina, nos anos 1950, convida a refletir sobre o papel das associações (como a Associação Catarinense de Medicina) na consolidação de um campo profissional. Pensar sua passagem por instituições públicas municipais de saúde, como o Hospital Municipal de Joinville e a Assistência Municipal de Florianópolis, envolve estar atento à implantação de modelos médicos de gestão e atendimento distantes do modelo caritativo-religioso. Observar as preocupações de Cabral, contidas em seus escritos, com o curandeirismo e o charlatanismo, no presente e no passado, faz lembrar que a afirmação social da medicina científica como o saber legítimo nas artes de curar englobava disputas simbólicas que exigiam, dos médicos, a defesa pública de suas posições e seus interesses. Por outro lado, a busca de melhor compreensão da realidade na qual atuavam os médicos poderia levá-los a uma aproximação da pesquisa histórica, gerando narrativas que valorizassem, com especial ênfase, problemas sanitários. No caso de Cabral, a pesquisa acurada, particularmente no caso da trajetória histórica de Desterro, resultou em obras de referência que embasaram e ainda fundamentam ações de preservação do patrimônio cultural. Os percursos que Oswaldo Rodrigues Cabral fez e vivenciou, nos pouco mais de 74 anos de vida, oferecem, portanto, instigantes vieses de investigação e reflexão acerca de determinados momentos da história da medicina e dos serviços de saúde – no Brasil, em geral, e em Santa Catarina, em particular –, dos quais foi testemunha atenta, artífice dedicado e narrador inspirado. (GONÇALVES, 2012, pp. 121-122)

Agradeço a atenção!

Referências

- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *A medicina teológica e as benzeduras: suas raízes na história e sua persistência no folclore*. São Paulo: Departamento de Cultura, 1958. [Separata da *Revista do Arquivo* n.CLX]
- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. Discurso de recebimento do título de professor emérito da Universidade Federal de Santa Catarina (1974). In: SANTOS, Sílvio Coelho dos et al. *Oswaldo Rodrigues Cabral na historiografia catarinense*. Florianópolis: IHGSC, 2005. pp. 55-61.
- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *História de Santa Catarina*. 4 ed. Florianópolis: Lunardelli, 1994. [1ª. edição: 1968]

- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Medicina, médicos e charlatães do passado*. Florianópolis: IBGE, Departamento Estadual de Estatística, 1942.
- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Nossa Senhora do Desterro*. Florianópolis: Lunardelli, 1979. 2v. [1ª edição: 1971]
- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Problemas educacionais de hygiene*. S.L.P., S.C.P., 1929.
- CONSONI, Roldão. *Fundação da Faculdade de Medicina de Santa Catarina: reminiscências & dados históricos*. Florianópolis: UFSC, 2005.
- GONÇALVES, Janice. A vida através das lentes da medicina científica: a atuação de Oswaldo Rodrigues Cabral em Santa Catarina. In: AMORA, Ana M. G. Albano (Org.). *História da saúde em Santa Catarina: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958)*. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, Baureri (SP): Manole, 2012. pp. 89-130.
- GONÇALVES, Janice. Defender o patrimônio tradicional: a atuação dos folcloristas catarinenses entre 1948 e 1958. *Patrimônio e Memória*, São Paulo: Unesp, v. 8, n. 2, pp. 4-25, julho-dezembro, 2012.
- GONÇALVES, Janice. *Sombrios umbrais a transpor: arquivos e historiografia em Santa Catarina no século XX*. p. 144 São Paulo, 2006. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo.
- REIS, Sara Regina Poyares dos. *Adolfo Konder - correspondência*. Florianópolis: IHGSC, 2008 (Ensaio, 3).
- SOUZA, Sara Regina Silveira de. *Oswaldo R. Cabral: páginas de um livro de memórias*. Florianópolis: Ed. da UFSC, UDESC, 1993.
- VALENTIM, Lairton. *Joinville, seus médicos e sua história*. Florianópolis: Ed. da UFSC, Joinville, Sociedade Joinvillense de Medicina, 1997.

UM DOS ÍCONES MAIS IMPORTANTES DA HISTÓRIA DE SANTA CATARINA: OSWALDO RODRIGUES CABRAL

Patrícia de Freitas

Patrícia de Freitas, Doutora em História pela UFSC, professora da Rede Pública do Estado de Santa Catarina. Com vários artigos publicados com ênfase nas questões de etnia e gênero. Ainda na graduação em História envolveu-se com a obra de Oswaldo Rodrigues Cabral resultando em uma das principais fontes de seu trabalho de mestrado.

UM DOS ÍCONES MAIS IMPORTANTES DA HISTÓRIA DE SANTA CATARINA: OSWALDO RODRIGUES CABRAL¹

Patrícia de Freitas

O ofício do historiador é um tornar-se. Além de produzir e publicar faz-se necessário percorrer espaços culturais. Lecionar, manter contato e ser reconhecido pelo seu grupo. Então, o fazer do historiador é um exercício que requer a dedicação de uma vida. É sobre essa trajetória, percorrendo espaços de saber, lançamentos de livros que trata este artigo. A obra de Oswaldo Rodrigues Cabral e a sua proliferação ultrapassaram o espaço da Academia Catarinense de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e da Universidade Federal. Sua obra e o reconhecimento de seus pares conferem-lhe o título de um dos mais significativos historiadores catarinenses. A variedade de seus escritos, cuja tendência historiográfica emoldura-se no que Wolff chamou de "abordagem estadual tradicional"², coloca sua obra no rol dos estudos que merecem a atenção de todos os interessados em temáticas referentes ao estado de Santa Catarina.

Segundo Certeau³, a produção historiográfica, é sempre produto de um lugar. Em função deste meio e seguindo seus estatutos se desenrola o fazer histórico. O objetivo deste artigo é realizar um apanhado dos "espaços de saber" pelos quais Oswaldo Rodrigues Cabral circulou em Santa Catarina. Professor, jornalista, médico e historiador Oswaldo Rodrigues Cabral legou-nos uma produção que o aponta como um dos mais significativos estudiosos da história catarinense.

A discussão presente neste texto recaia sobre o modo como se constitui um vulto, um historiador de notoriedade. Como um determinado pesquisador se destaca ao contrário de outros que jazem no anonimato. Para tanto, procura-se seguir a trilha de instituições que Cabral fez parte⁴ assim como, de acordo com Burke⁵, perceber na fala de seus pares como é feito um "verdadeiro"⁶ historiador. Acredito que por haver participado das principais instituições culturais e possuir um

1 As reflexões presentes neste texto também foram discutidas no artigo: FREITAS, Patrícia de. Oswaldo Rodrigues Cabral e as Instituições Culturais de Santa Catarina. *PerCursos*, Florianópolis, v. 05, n. 01, 2004. FREITAS, Patrícia de. Como se faz um historiador. O lugar de Oswaldo Rodrigues Cabral na historiografia catarinense. *Revista Santa Catarina em História*, v. 06, n. 01, 2012.

2 WOLFF, Cristina Sheibe. Historiografia catarinense: uma introdução ao debate. *Revista Catarinense de História*, n. 02, 1994. p. 08.

3 CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p. 73.

4 Preocupo-me particularmente com as instituições culturais catarinenses em especial o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, mas Oswaldo R. Cabral fez parte das seguintes associações: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul; Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais; Instituto Histórico e Arqueológico de Pernambuco; Instituto Histórico e Geográfico da Bahia; Instituto Histórico da Ilha Terceira, Açores; Instituto Cultural de Ponta Delgada; Ilha de São Miguel, Açores; Instituto Genealógico Brasileiro; Instituto Heráldico e Genealógico Brasileiro; Instituto Heráldico e Genealógico de São Paulo; Instituto Paulista de História da Medicina; Academia de Letras do Paraná e Academia de Letras do Piauí. (CABRAL, 1978. p. 03)

5 BURK, Peter (Org). *A escrita da história*. Novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992. pp. 07-37

6 De acordo com o paradigma de história tradicional formulado por Peter Burk, o verdadeiro historiador seria aquele preocupado exclusivamente com a política, centralizando a narrativa no feito dos governantes, estadistas, uma história que deveria ser baseada no documento. (BURK, 1992. pp. 07-37)

significativo acervo que procura abarcar todos os momentos da história de Santa Catarina, Cabral pode ser considerado um historiador com pretensão enciclopedista. No sentido de que sua obra abrangeu conhecimentos e saberes dos mais variados. Assim legitimado, o acervo deixado por Cabral carrega consigo a autoridade da pronúncia, da enunciação que muitas vezes pode transformar a escriturística em textos imunes a revisões.

Após concluir seus estudos, anos depois Oswaldo Rodrigues Cabral retornou a Santa Catarina em 1936, vindo morar em Florianópolis, onde clinicou e seguiu carreira política em duas legislações, entre 1946 e 1952. Nos anos seguintes lecionou na Faculdade de Direito e Filosofia, no qual ocupou a cadeira de Antropologia Cultural.

Com a criação da Faculdade Catarinense de Filosofia, em 1956, Oswaldo Rodrigues Cabral inicia a formação de um grupo de pesquisadores universitários, entre os quais se destacam Silvio C. dos Santos, Walter F. Piazza, Anamaria Beck, M. Gerusa Duarte, Aboíno Eble. Fora da UFSC, mas vinculados à USP, Egon Schaden desfralda prestígio internacional. Ao lado desses pesquisadores merecem atenção os escritos de João Alfredo Rhor, Theobaldo C. Jamundá e Nelson Tomé⁷.

Desde então, Cabral passou a circular por vários espaços de saber. Ainda em 1938, com apenas 35 anos e dois textos escritos, *Problemas educacionais de higiene* (tese de doutoramento em medicina) e *Santa Catarina - história, evolução*, foi empossado na Academia Catarinense de Letras. Ocupando a cadeira nº 17, cátedra fundada por Jerônimo Coelho e cujo patrono foi José Arthur Boiteux. Quando da criação da sub-comissão Catarinense de Folclore em 1949, decorrência do Primeiro Congresso de História Catarinense, a primeira direção ficou a cargo de Cabral. A sub-comissão, além de representar a Comissão Nacional do Folclore, deu continuidade aos trabalhos do Congresso em relação a aspectos do folclore catarinense, possuía características similares ao Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Visto que os espaços são ocupados pelos mesmos atores, há alguma mudança no cenário, outros encaminhamentos como o enfoque das pesquisas, centralizadas especificamente no folclore. Os sócios da sub-comissão estavam divididos hierarquicamente em: fundadores, efetivos, honorários e correspondentes. Os consorciados realizavam reuniões, estimulavam pesquisas entre especialistas e promoviam um periódico, patrocinado pelo Estado. Entre 1949 e 1963 Cabral publicou doze artigos no *Boletim da Sub-Comissão Catarinense de Folclore*⁸.

Cabral, devido a inúmeras atividades deixou a direção da revista em 1956. Mas, segundo Piazza⁹ (1956, p. 03), o fundador do periódico continuaria prestigiando-o com o concurso de sua pena e com os conselhos de sua experiência. Ao procurar perceber como Cabral incorporou às letras catarinenses, visto haver atuado como mestre, jornalista, político e antropólogo. Mas, ao que tudo indica, foi a pesquisa histórica que o consagrou. Em relação às atividades desempenhadas na Universidade Federal de Santa Catarina, Cabral criou em 1968 o Instituto de Antropologia¹⁰ instituição científica que tinha como finalidade os estudos antropológicos. Foi entre 1968 e 1970 que a direção da instituição esteve a cargo de Cabral. Neste período existem inúmeras pesquisas, publicações, muitas destas orientadas pelo seu próprio diretor, bem como os *Anais do Instituto de Antropologia*. Em

7 SACHET, Celestino. *A literatura catarinense*. Florianópolis: Lunardelli, 1985. p. 272.

8 A setra a funda e o bodoque, n. 1, set. 1949. p. 06; A respeito dos corações e do "Pão-por-Deus", n. 2, dez. 1949. p. 26; Vocabulário de consultório médico, n. 4, jun. 1950. p. 38; Os santos nas lentas marítimas catarinenses, n. 5, set. 1950. p. 29; Os bombeiros voluntários de Joinville, (sob o pseudônimo de Egas Godinho) n. 7, mar. 1951. p. 70; Pasquins, n. 8, jun. 1951. p. 51; A necessidade do aparelhamento das Comissões Estaduais, n. 9/10, set./dez. 1951. p.83; Calungas de barro cozido, n. 11, mar. 1952. p. 33; Antigos folguedos infantis de Santa Catarina n. 12, jun. 1952. p. 58; Folguedos populares de Santa Catarina n. 15/16, jun./set. 1953. p. 25; Contos de Natal, n. 15/16, jun./set. 1953. p.165; Apontamentos sobre o "Pão-por-Deus", n. 22, jan. 1956. p. 31.

9 PIAZZA, Walter F. Editorial. *Boletim da Sub-Comissão Catarinense de folclore*, n. 13/14, mar. 1956. p. 03.

10 Hoje Museu Universitário Oswaldo Rodrigues Cabral.

1969, a fim de que o organismo se enquadrasse na estrutura da reforma universitária, foi mudada a denominação do Instituto para Museu de Antropologia¹¹. Segundo Sara Regina Silveira de Souza, sua sobrinha e biógrafa, esse fato não agradou Cabral que se decepcionou com a universidade, vendo seu sonho transformar-se num museu que segundo ele seria um “[...] local para mostra e guarda de peças, sem pesquisa, que lhe era o cerne”¹².

Cabral considerava suas pesquisas em história um *hobby*. Nos seus últimos anos, quando resolveu abandonar a medicina, as atividades de pesquisa e escrita transformaram-se numa ocupação constante. A ponto de o denominarem de o “dono da história”, no que respondia:

*[...] sou, isto sim, um estudioso da nossa história, como muitos outros, aos quais respeito quando lhes reconheço idoneidade, embora possa muitas vezes, discordar de suas opiniões e criticar os seus trabalhos. Só os charlatões é que me atribuem o desejo ou a presunção de me considerar “dono da história” porque não lhes perdôo, denuncio e estigmatizo o seu charlatanismo*¹³.

Analisando atentamente, a fala de Cabral esta carregada de significados. Ele posicionou-se como pesquisador, um estudioso da história e como médico, preocupando-se com a veracidade dos fatos e a habilitação profissional que para tanto seria imprescindível travar uma batalha contra o charlatanismo. Quando analisou os primórdios da medicina em Santa Catarina, Cabral considerou que o progresso da arte de curar não poderia ficar preso a existência do “charlatão” ou dos curiosos que ainda atuavam no Brasil na primeira metade do século XIX. O progresso do país e a evolução da medicina dependeriam da extinção de uma classe paralela a do médico - a do charlatão - que o autor chamou de “contrabandistas da medicina”¹⁴.

Apontada por Cabral, figura do charlatão serviria de modelo para legitimar, de um lado, o saber da medicina e de outro, uma perspectiva de história que buscava no documento a reconstituição da verdade. Nesse sentido seria necessário anular um não-saber, os charlatões seriam todos os sujeitos que praticavam alguma espécie de cura, simpatia, prescrição de chás; ou que escreviam uma história descompromissada. A propósito, quando me refiro ao conhecimento do charlatão como um não-saber, destaco a institucionalização do discurso da medicina que na primeira metade do século XIX, procurava legitimar-se enquanto o discurso do conhecimento. Em relação à escrita da história, a partir do século XIX, algumas correntes de pensamento como o positivismo e o evolucionismo buscavam formular uma história científica, confiava-se que com o tempo poder-se-ia criar leis generalizadas para explicar as transformações da sociedade¹⁵.

Em vista disso que surgiu a necessidade de se combater à figura do desviante no caso o charlatão. A criação de instituições como a Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, fundada em 1829 e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado em 1838 personificaria a luta pela consolidação e uniformização da ciência médica e a construção de uma história nacional¹⁶.

O fazer histórico de Cabral esta vinculado à perspectiva historiográfica dos Institutos Históricos e Geográficos que surgiram por todo país na extensão do seu primogênito acima mencionado, em Santa Catarina o congênere foi fundado em 1896. Em 1935, Cabral foi eleito sócio efetivo¹⁷ do Insti-

11 Nota da redação. Anais do Museu de Antropologia, n. 2, ano II, p. 02, dez. 1969.

12 SOUZA, Sara Regina S. de. *Oswaldo Rodrigues Cabral*. Páginas de um livro de memórias. Florianópolis: Ed. da UFSC; UDESC, 1993. p. 17.

13 O ESTADO. Infarto mata Oswaldo Rodrigues Cabral. 18 fev., 1978. p. 07.

14 CABRAL, Oswaldo R. Medicina, médicos e charlatões do passado. *Arquivos Catarinenses de Medicina*. Ano 1, n° 1, abril de 1977. p. 17.

15 STONE, Lawrence. O ressurgimento da narrativa, reflexões sobre uma nova velha história. *RH - Revista de História*. n° 2/3, 1991. p. 15.

16 MACHADO, R. *Danação da norma*. Medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978. p. 185.

17 Durante quatro décadas Cabral fez parte da diretoria da associação ocupando cargos de 2° vice-presidente e secretário. Fez parte da Comissão Permanente da Revista do Instituto,

tuto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Segundo Cabral, no momento em que se tornou associado o Instituto passava por uma reorganização encampada por seu então presidente, Henrique da Silva Fontes. Visto que “[...] depois da morte de seu fundador [José Arthur Boiteux] e de muitos de seus companheiros, da ausência de outros e do desinteresse de alguns, o Instituto hibernava”¹⁸. A Academia também respirava novos ares, as letras catarinenses passavam por um período áureo,¹⁹ movido por Fontes e pelo então governador do Estado Nereu Ramos. Ao fazer uma avaliação dessa fase, Cabral lembrou-nos que as instituições culturais eram freqüentadas pelos mesmos intelectuais, todos faziam parte do mesmo círculo, seja do Instituto, da Academia de Letras ou da Associação Catarinense de Imprensa, fundada em 1932. O historiador acreditava que essas associações passavam por momentos de letargia e até mesmo de desinteresse ‘motivados’ pelo movimento dos mesmos intelectuais nos mesmos lugares. “[...] os homens que estudavam história eram os mesmos que escreviam contos, versos e novelas, os mesmos que tinham suas colunas nos jornais”²⁰.

Cabral evidenciou que os espaços de saber eram freqüentados pelos mesmos intelectuais e que tais espaços eram patrocinados pelo Estado. Ao que tudo indica, as letras catarinenses sejam na história, na prosa, no verso ou na imprensa estavam nas mãos do mesmo grupo. Não se quer dizer, com isso, que o Instituto, a Academia de Letras e a Associação de Imprensa fossem uma voz uníssona, mas seus consorciados falavam entre si, estavam congregados e acabavam por escrever uma versão do fato, da história sob a promoção do Estado. Essa é uma das principais características da história difundida pelos institutos históricos e geográficos.

Não foi por acaso, que a maioria dos textos escritos por Cabral colocava em evidência uma história que enfatizava fatos políticos, administrativo, assim como as autoridades numa narrativa cronológica. Como exemplo evidencia-se seu primeiro livro de história: *Santa Catarina - história, evolução*, editado em 1938. Mas Cabral dizia-se crítico daqueles que faziam uma história obedecendo à determinada metodologia, não se afastando da avidez da cronologia, ao mesmo tempo entusiasmava-se com aqueles “[...] que se preocupavam com os seres humanos, agrupados em sociedade, que vivem e fazem a história. Prefiro estes porque a questão é comentar os fatos com clareza, que torne atraente o estudo”²¹.

Num apanhado geral dos principais textos publicados por Cabral é possível perceber que apenas em um momento específico o estudioso apresenta-nos uma escrita da história “diferente”. Trata-se dos quatro volumes de *Nossa Senhora do Desterro*, editado em 1971, foi o seu último livro publicado em vida. A linguagem, o estilo e a forma encontrados pelo pesquisador são únicos, principalmente se traçarmos um paralelo com seus outros textos. Ele posicionou-se e muitas vezes pareceu fazer parte do contexto narrado através de uma crônica que procurou retratar a personagem “[...] modesta e simples de gente que não costuma freqüentar as páginas da História, ao lado de figuras imponentes de farda e anel”²².

A fala de Cabral, sobre o fazer história, remete-me particularmente a seu último texto. Nele é possível perceber uma história mais fluida, livre do cânon, da formalidade acadêmica. Em seu

além de ter sido seu redator. A Revista do IHGSC teve sua história dividida em três fases, Cabral acompanhou a segunda, entre os anos de 1943 e 1944, quando foram publicados quatro volumes. (SOARES; PRAZERES, 1988. p. 06). Nesse intervalo ele publicou três textos: Os açorianos, (*Revista do IHGSC*, vol. X, 1º semestre, 1943. p. 09); Medicina, médicos e charlatões do passado, (*Revista do IHGSC*, vol. X, 1º semestre, 1943. p. 179); Decadência agrícola do açoriano, (*Revista do IHGSC*, vol. XI, 2º trimestre, 1943. p. 07).

18 CABRAL, Oswaldo R. Introdução. In: PEREIRA, Carlos da Costa. *A Revolução Federalista de 1893 em Santa Catarina*. Florianópolis: IOESC, 1976. p. 12.

19 Segundo Cabral o governador dava total apoio as instituições culturais financiando inclusive aluguéis das sedes, mobiliário, impressão de folhetos. (CABRAL in PEREIRA, 1976, p. 14).

20 Ibidem, p. 13-14.

21 O ESTADO. *Infarto mata Oswaldo Rodrigues Cabral*. 18 fev., 1978. p. 07.

22 CABRAL, Oswaldo R. *Nossa Senhora do Desterro*. Notícia. Florianópolis: Lunardelli, 1979. p. 09.

depoimento talvez o pesquisador estivesse respondendo a alguns historiadores que reclamavam um curso conspícuo para escrever história. Refiro-me particularmente a Walter F. Piazza que ao comentar uma desavença entre os dois pesquisadores afirmou que possuía uma declaração por escrito de Cabral na qual ele afirmava que para se fazer história não era necessária aprendizagem. "História não precisa de aprendizagem, de formação, o sujeito nasce historiador"²³.

Piazza²⁴, ao traçar um panorama dos historiadores catarinenses, colocou Cabral no rol dos pesquisadores que deram uma "visão integral" do desenvolvimento da Terra Catarinense, diferente de outros historiadores, em especial dele, que havia iniciado uma "revisão" na história do Estado, "[...] não no sentido de demolir o que era apresentado pelos vários estudiosos de história, mas, de completar determinados quadros e preencher alguns claros [...]"²⁵, o ápice teria sido a criação do curso de mestrado em história na Universidade Federal de Santa Catarina. Diferenças a parte, nesse momento quero enfatizar a importância de Cabral à letra catarinense, querer desqualificá-lo por não possuir formação acadêmica específica de historiador só acentuou a importância de seus textos. Em relação ao estilo narrativo de *Nossa Senhora do Desterro*, acredito que como historiador, foi esse o único momento que Cabral desvinculou-se do estilo sisudo do Instituto Histórico, absorto ao documento e desvinculado do leitor.

Justamente, essas características acima mencionadas que foram aclamadas pelos críticos de Cabral, passo a partir de agora a mencionar algumas dessas falas, são historiadores, pesquisadores, jornalistas que fazem parte do mesmo círculo intelectual freqüentado por Cabral, ou seja, são seus pares. Acredito que a notoriedade de Cabral foi construída pela extensão de sua obra e pela legitimidade conferida pelo círculo intelectual contemporâneo a sua produção.

O próprio Piazza²⁶ ao caracterizar a obra de Cabral em relação à historiografia catarinense classificando-a no seu entender os "melhores" textos aqueles desenvolvidos em espaços natos do historiador como os arquivos. Nesse sentido, considerou três textos de Cabral classificando-os com os mais bem elaborados: *Os açorianos*, que teria resultado de "dados obtidos em documentos e em jornais"; *João Maria*. Interpretação da Campanha do Contestado, produto dos "documentos existentes nos Arquivos florianopolitanos" e *Nossa Senhora do Desterro* que também teria sido edificada em decorrência da análise de fontes de arquivos e periódicos.

Segundo Lee Goff, para a maioria dos historiadores forma um "[...] corpo de especialistas habilitados a examinar e julgar a produção de seus colegas [...]"²⁷. A importância e o reconhecimento do texto, ao avaliar a obra de Cabral, dão-se na origem documental da pesquisa, julgando o historiador pela medida de 'verdade' de seus escritos mesmo que o reconhecimento ou a crítica de um amigo seja influenciada por gosto pessoal. Afinidades ou apatias a parte, é pela medida de verdade que julgam e são julgados esses historiadores.

Em 1938, na recepção do novo imortal à Academia Catarinense de Letras, o discurso de saudação, foi realizado por Othon D'Eça. Após saldar o então jovem intelectual Cabral, D'Eça destacou a publicação de *Santa Catarina - história, evolução*²⁸ que havia sido editada na série Brasileira, coleção está que contava com obras de autores de renome nacional como J. Pandiá Calógenas, Oliveira Viana, Roquete Pinto, Pedro Calmon, Visconde de Taunay, Rui Barbosa, dentre outros. Segundo D'Eça (1938, p. 34) fulgurar em meio a esse rol de ilustres bastaria para dar "...

23 TERNES, Apolinário. A NOTÍCIA. Especial Joinville. *Walter Piazza, historiador*. 25 nov. 1996. p. 02.

24 PIAZZA, Walter F. Historiografia de Santa Catarina. In: *Santa Catarina: sua história*. Florianópolis: Lunardelli; Ed. da UFSC, 1983. p. 65.

25 Ibidem, p. 73.

26 Ibidem, pp. 17-36

27 LEE GOFF, Jacques. *História e memória*. São Paulo: Unicamp, 1990. p. 30.

28 CABRAL, Oswaldo R. *Santa Catarina - história, evolução*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937. (Coleção Brasileira volume 80).

ao vosso livro altos forais de nobreza e incluí-lo, como de titular de nobre linhagem intelectual, na velha nobiliarquia literária do Brasil.”

Na apresentação de *As defesas da Ilha de Santa Catarina no Brasil Colônia*²⁹, editado pelo Conselho Federal de Cultura e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Arthur Cezar Ferreira Reis, presidente do citado conselho, exaltou mais uma vez as qualidades do pesquisador:

[...] de autoria de um dos mais atuantes historiadores brasileiros da atualidade, Oswaldo Cabral, que se especializou no exame do passado de sua terra natal, Santa Catarina, cuja história ele vem escrevendo à luz da melhor documentação e com uma fidelidade e segurança que o credenciam ao respeito e a admiração de todos os brasileiros³⁰.

Nas orelhas do livro *Nossa Senhora do Desterro*, Jaime de Arruda Ramos não poupou elogios à obra de Cabral (1979), exaltando-lhe a figura do historiador objetivo.

Não há, em Santa Catarina, Arquivo, Biblioteca, Coleção de Jornais ou Alfarrábio, Museu, Sótão, Caixote ou simples atado de documentos antigos que Oswaldo não haja remexido e estudado. De lápis em punho e espanador a tiracolo, o historiador os devassou um por um. Conheça-lhe o fichário bem organizado e as anotações catalogadas, em tarefa exaustiva, e, por isso, admiro e invejo sua vocação dedicada, proclamando-o, com o maior respeito, como autor responsável e honesto³¹.

Ainda neste mesmo espaço, Norberto Ulysséa Ungaretti garantiu-nos que Cabral “[...] realizou entre os de sua geração em Santa Catarina, a obra intelectual mais vasta e expressiva”³². O escritor, como os demais críticos de Cabral, apreciou a imensidão da obra, o exercício intelectual do historiador que também foi folclorista, médico, antropólogo e que como ninguém teria ido as fontes primárias, removidas de arquivos empoeirados. Ungaretti remete-nos a uma história que faz lembrar o estilo rankiano³³, ou seja, as obras mais completas e pormenorizadas teriam sido fruto de um árduo trabalho documental que resultaria numa obra volumosa e acabada, “[...] com referências em pé de página que remetem o leitor para os documentos. Não dizer nada que não seja verificável – eis o que funda a história como uma ciência positiva”³⁴.

Ungaretti, afirma ainda que, o estilo de Cabral colocou-o:

Sem demérito para os outros que labutaram no mesmo ofício – e entre eles alguns de venerável memória – pode-se afirmar que Oswaldo Cabral é o nosso mais completo historiador, o que mais longe levou o alcance do seu trabalho, interessando a sociologia, a história econômica, a história de costumes, a psicologia social do catarinense³⁵.

29 CABRAL, Oswaldo R. *As defesas da Ilha de Santa Catarina no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972.

30 REIS, Arthur Cezar F. Apresentação. In: CABRAL, Oswaldo R. *As defesas da Ilha de Santa Catarina no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972. p. 07

31 CABRAL, Oswaldo R. Orelhas in: *Nossa Senhora do Desterro*. Notícia. Florianópolis: Lunardelli, 1979.

32 Id.

33 Leopoldo von Ranke (1795-1886) historiador alemão possuidor de uma produção abundante e variada que serviu de modelo para uma escrita de história balizada exclusivamente na veracidade do documento. (CARBONEL, 1992. pp. 103-104).

34 CARBONEL, Charles-Oliver. *Historiografia*. Lisboa: Teorema, 1992. pp. 103-104.

35 CABRAL, Oswaldo R. Orelhas in: *Nossa Senhora do Desterro*. Notícia. Florianópolis: Lunardelli, 1979.

Segue outra nota de elogio a ser considerada. Na segunda edição de *João Maria*. Interpretação da Campanha do Contestado que foi lançada após a morte de Cabral com um novo título: *A Campanha do Contestado*, Nereu Corrêa que comentou a edição mais recente destacou:

*Podemos afirmar que o autor não só atingiu o seu objetivo, como o ultrapassou. O seu livro não servirá apenas a estudantes e professores, mas é indispensável em todas as estantes catarinenses, tanto do leigo como do estudioso do nosso passado, como obra de consulta obrigatória para espantar dúvidas ou nos orientar pelos intrincados labirintos da nossa história*³⁶.

Essa pequena amostragem dentre as inúmeras apresentações e comentários que serviram para sacralizar os escritos de Cabral, ainda destaco que no ano de 1996 o governo do Estado de Santa Catarina, por intermédio da Fundação Catarinense de Cultura instituiu um concurso de trabalhos sobre a história e a cultura catarinenses, cujo objetivo era de distinguir, anualmente, obras inéditas de autores brasileiros. Tratava-se, pois, do prêmio: *I Concurso Estadual de Monografias – Oswaldo Rodrigues Cabral – 1996*. No folder do concurso constava gravura e uma pequena biografia do historiador que lhe dava o nome e enfatizava:

*Foi distinguido com vários títulos e condecorações, tendo pertencido a inúmeras instituições culturais e científicas nacionais e estrangeiras. Produziu vasta obra no campo da história e da cultura de Santa Catarina (...). Seus estudos constituem fonte de consulta obrigatória para quantos queiram conhecer o passado da nossa terra e da nossa gente*³⁷.

O ponto que mais chamou a atenção dos críticos, ao comentarem os textos de Cabral foi à origem documental das pesquisas realizadas pelo historiador. Característica marcante do autor e bastante elogiada por seus “pares” que consideravam o labor documental indispensável à “elucidação dos fatos do passado”. Segundo os críticos, seria necessária uma quantidade significativa de pesquisas, para avaliar a competência do historiador.

Para os críticos, o volume e a origem das fontes, indispensável à segurança dos textos, garantiria a honestidade do autor. Vozes unânimes, ao evidenciar uma visão de história factual, exaltando os grandes vultos e formulada exclusivamente pelo documento, matéria inerte, escrito oficial, que estaria nos arquivos institucionalizados à espera do pesquisador. A função do historiador, nesse caso, seria a de procurar dados e montá-los como num quebra-cabeça cujas peças, dispersas, deveriam ser devidamente encontradas e encaixadas.

Ainda outra característica importante destacada pela crítica diz respeito à legitimação do historiador. Considerado homem de renome, de nobreza que ao trabalhar a história de Santa Catarina e do Brasil, estaria muito próximo das celebridades das letras do país, “[...] titular de nobre linhagem intelectual”³⁸. Estes e outros louvores serviram para que os textos de Cabral fossem fossilizados.

O reconhecimento do texto ocorreu devido à coleta documental e o renome dos autores. Se junta ainda, outra característica destacada pela crítica, os textos de Cabral transformaram-se em fontes de pesquisa imprescindível àquelas pesquisas referentes à história de Santa Catarina: “[...] fonte de consulta obrigatória para quantos queiram conhecer o passado da nossa terra e da nossa gente”³⁹.

36 SOUZA, Op. Cit, p. 177.

37 FOLHETO do *I Concurso Estadual de Monografias – Oswaldo Rodrigues Cabral – 1996*. Projeto Cultura Viva/Fundação Catarinense de Cultura, Governo do Estado de Santa Catarina.

38 D’EÇA, Othon. *Discurso recepção do acadêmico Oswaldo Rodrigues Cabral*. Florianópolis, 17 de dezembro de 1938. P. p. 34.

39 FOLHETO Op. Cit.

Os escritos de Cabral ao serem consideradas fontes de consulta obrigatória às pesquisas referentes à história de Santa Catarina adquirem reconhecimento e competência. O reconhecimento pode ser visto enquanto referência indispensável a futuras publicações e à competência como respaldo destes escritos.

Desta forma, é importante perceber que, quando a história de Santa Catarina é trabalhada, são escritos de historiadores como Cabral que prevalecem em nível de primeiro e segundo graus. Nos textos didáticos, nas propagandas de fundo histórico, nos anúncios promocionais do Estado muitas vezes é possível reconhecer nítidos traços da tendência historiográfica do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina que teve em Cabral um dos seus mais significativos sócios. Como exemplo disso, em 1997 a Rede Brasil Sul de Comunicações - RBS, sucursal rio-grandense que atua em Santa Catarina e que mantém rede de TV, emissoras de rádio e dois periódicos, veiculou em propagandas televisivas e em seções especiais do jornal "Diário catarinense", uma série de título bastante sugestivo: *Santa Catarina: 100 anos de história*⁴⁰. Ficou nítida a presença dessa tendência historiográfica na composição dos textos da promoção, uma réplica daquela história que perpassa a história do IHGSC, evidenciando os grandes feitos dos catarinenses ilustres.

Esta série de propagandas com fundo histórico caracterizou a proliferação do discurso dessa historiografia e mostrou como seus textos estão próximos do público, conhecidos, reconhecidos e renomados. Ao que tudo indica, estes fatores contribuíram, significativamente, para que textos, como os de Cabral se transformassem, em enciclopédias. O que demonstra, ainda, o predomínio de relatos descritivos que propõem uma história científica e neutra.

E para completar esse quadro, reporta-se ao ápice, quando os críticos, após tecerem os mais variados elogios, apontam para o futuro próspero destes textos que serviriam como "[...] fonte de consulta obrigatória para quantos queiram conhecer o passado da nossa terra e da nossa gente"⁴¹. A crítica, aqui representada por escritores, muitos dos quais também pesquisadores da história de Santa Catarina, sócios do IHGSC, da Academia Catarinense de Letras, ao dar tamanha visibilidade aos escritos de Cabral acabam lhe conferindo cânones de competência.

A importância dos escritos de Cabral é indelével, questiono o modo como esses textos são trabalhados, muitas vezes sem o devido questionamento, principalmente quando são copiados em apostilas, livros didáticos dedicados ao 1º e 2º graus, como roteiro de propagandas, filmes, etc. É necessário contextualizar os textos produzidos por Cabral, enquadrando-os em determinado tempo e espaço de saber, percebendo como esses pesquisadores trabalharam as fontes, formaram enredos, selecionaram fatos, construíram e legitimaram uma versão da história. Ao problematizar a questão da legitimação, procuro mostrar que através das vozes da competência a obra de Cabral está envolta num invólucro, quase inviolável chamado autoridade, responsável pela edificação de "monumentos históricos".

Segundo Bolle⁴² uma análise da recepção deve levar em consideração a obra, a crítica, a edição e difusão, o público e a sociedade como um todo. Esta análise esteve voltada à recepção de alguns autores sobre os textos de Cabral, desta análise uma série de questões ficou em aberto, questões que de todo, estou longe de resolver. O leitor mais atento perceberá que os comentários citados foram todos retirados das apresentações dos livros. Apresentações costumam ser laureadas. Aquele que comenta é amigo, mestre, orientador, tutor do autor, afinal quem escolheria estrangeiro a divagar na porta de entrada de seu texto. Estes são, em sua maioria, amigos, pares, especialistas, figuras de renome, autoridades.

40 Posteriormente publicado com o mesmo título.

41 FOLHETO Op. Cit.

42 BOLLE, Willi. *Fórmula e fábula*. Teste de uma gramática narrativa, aplicada aos contos de Guimarães Rosa. São Paulo: Perspectiva, 1973. pp. 11-24.

Escolhemos propositalmente tais 'críticos', a crítica e o autor fazem parte de um único corpo, pertenceram às mesmas instituições culturais, como lembrou-nos Certeau, eles ajustam-se "[...] a uma ordem social, da mesma forma como cada enunciado individual se produz em função das silenciosas organizações do corpo"⁴³. Os comentários representam um contrato entre os autores, surge daí, nesta coletividade, mais uma obra fruto e produto de um lugar de produção do conhecimento.

Referências bibliográficas

- A NOTÍCIA. Especial Joinville. TERNES, Apolinário. *Walter Piazza, historiador*. 25 nov. p. 02, 1996.
- ANAIIS DO MUSEU DE ANTROPOLOGIA. *Nota da redação*. n. 2, ano II, p. 02, dez. 1969.
- BOLLE, Willi. *Fórmula e fábula*. Teste de uma gramática narrativa, aplicada aos contos de Guimarães Rosa. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- BURK, Peter (Org). *A escrita da história*. Novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.
- CABRAL, Oswaldo R. *Santa Catarina - história, evolução*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937. (Coleção Brasileira volume 80).
- .Os açorianos. In: *Anais do Primeiro Congresso Catarinense de História, Separata*. Florianópolis, 1951.
- .João Maria. *Interpretação da Campanha do Contestado*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.
- .As defesas da Ilha de Santa Catarina no Brasil Colônia. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972.
- .Medicina, médicos e charlatões do passado. *Arquivos Catarinenses de Medicina*. Ano 1, nº 1, abril de 1977.
- . Introdução. In: PEREIRA, Carlos da Costa. *A Revolução Federalista de 1893 em Santa Catarina*. Florianópolis: IOESC, 1976.
- . *Nossa Senhora do Desterro*. Notícia. Florianópolis: Lunardelli, 1979.
- CARBONEL, Charles-Oliver. *Historiografia*. Lisboa: Teorema, 1992.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- D'EÇA, Othon. *Discurso recepção do acadêmico Oswaldo Rodrigues Cabral*. Florianópolis, 17 de dezembro de 1938.
- Folheto do I Concurso Estadual de Monografias - Oswaldo Rodrigues Cabral - 1996. Projeto Cultura Viva/Fundação Catarinense de Cultura, Governo do Estado de Santa Catarina.
- FREITAS, Patrícia de. *Margem da palavra silêncio do número*. O negro na historiografia de Santa Catarina. 1997, 154p. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- JORNAL DE SANTA CATARINA. *Oswaldo Rodrigues Cabral (1903-1978)*. 18 fev., p. 03, 1978.
- LEE GOFF, Jacques. *História e memória*. São Paulo: Unicamp, 1990.
- MACHADO, R. *Danação da norma*. Medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- O ESTADO. *Infarto mata Oswaldo Rodrigues Cabral*. 18 fev., p. 07. 1978.

43 CERTEAU, Op. Cit, p. 70.

PIAZZA, Walter F. Editorial. *Boletim da Sub-Comissão Catarinense de folclore*, n. 13/14, p. 03, mar. 1956.

---. *Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*. Estudo histórico-analítico (1896-1996). Florianópolis: co-ed. UDESC-IHGSC, 1996.

---. Historiografia de Santa Catarina. In: *Santa Catarina: sua história*. Florianópolis: Lunardelli; Ed. da UFSC, 1983.

RAMOS, Jaime Arruda. Orelhas. CABRAL, Oswaldo R. *Nossa Senhora do Desterro*. Notícia. Florianópolis: Lunardelli, 1979.

REIS, Arthur Cezar F. Apresentação. In: CABRAL, Oswaldo R. *As defesas da Ilha de Santa Catarina no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972.

Revista do IHGSC, vol. X, 1º semestre, p. 09; p. 179, 1943.

Revista do IHGSC, vol. XI, 2º trimestre, p. 07, 1943.

SACHET, Celestino. *A literatura catarinense*. Florianópolis: Lunardelli, 1985.

---. SACHET, Sérgio. *Santa Catarina: 100 anos de história*. Florianópolis: Século Catarinense, 1997. (v. 1 - Do povoamento a Guerra do Contestado, v. 2 - Da colonização do território ao Estado Novo).

SOARES, Iaponan; PRAZERES, Leda Maria D'Ávila da Silva. *Índice analítico da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*. 1902-1987. Florianópolis: IHGSC, 1988.

SOUZA, Sara Regina S. de. *Oswaldo Rodrigues Cabral*. Páginas de um livro de memórias. Florianópolis: Ed. da UFSC; UDESC, 1993.

STONE, Lawrence. O ressurgimento da narrativa, reflexões sobre uma nova velha história. *RH - Revista de História* n° 2/3, 1991.

UNGARETTI, Norberto Ulysséa. Orelhas. CABRAL, Oswaldo R. *Nossa Senhora do Desterro*. Memória. Florianópolis: Lunardelli, 1979.

WOLFF, Cristina Sheibe. Historiografia catarinense: uma introdução ao debate. *Revista Catarinense de História*, n. 02, 1994.

CABRAL: O MONGE, A CRUZ E O TECIDO

Paulo Pinheiro Machado
UFSC

É professor associado do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina. Foi diretor do Centro de Filosofia e Ciências Humanas - CFH . É Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas, com Pós-Doutorado na Universidade Federal Fluminense e na Universitat Autònoma de Barcelona. Leciona no curso de graduação e no Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, e é atualmente Bolsista em Produtividade de Pesquisa II do CNPQ.

CABRAL: O MONGE, A CRUZ E O TECIDO

Paulo Pinheiro Machado
UFSC

Gostaria de parabenizar o MARquE pela iniciativa do evento. Oswaldo Cabral foi um estudioso pioneiro em várias áreas da História e das Ciências Humanas em Santa Catarina, fico honrado pelo convite e pela oportunidade de diálogo com os colegas. Minha intervenção aqui se focará na contribuição de Oswaldo Rodrigues Cabral nos estudos a respeito da tradição do monge João Maria e os estudos referentes ao movimento do Contestado.

O livro de Cabral que concentra seus estudos sobre esta questão intitula-se *João Maria: Interpretação da Campanha do Contestado*. A primeira edição é publicada em 1960 pela Companhia Editora Nacional, em São Paulo, e a segunda edição em 1979, de Florianópolis, pela Editora Lunardelli. O título da segunda edição é diferente, chama-se *A Campanha do Contestado*, mas é o mesmo livro, o texto não sofreu qualquer mudança. Embora o segundo título seja focado na Guerra do Contestado a maior parte dos estudos são sobre a trajetória do monge João Maria. Ao longo da obra podemos observar que é um estudo de muitos anos, algumas décadas de pesquisa. Ele trocou muita correspondência com pesquisadores do Rio Grande do Sul (Santa Maria), do interior de Santa Catarina (Lages, Curitibaanos, Campos Novos e Canoinhas), de Lapa, no Paraná, e com pesquisadores paulistas, de Sorocaba. Estes pesquisadores eram sacerdotes, outros membros do Instituto Histórico Geográfico dessas regiões, professores e vários autodidatas, uma característica de Cabral e sua geração. Cabral pesquisou sobre o Contestado desde a década de 1930 e continuou trabalhando sobre este tema na mesma época que Maria Isaura Pereira de Queiroz e Maurício Vinhas de Queiroz. Também foi contemporâneo de Brasil Gerson e Aujor Ávila da Luz. Maurício Vinhas foi quem realizou a maior pesquisa empírica sobre a Guerra do Contestado, em 1966 publicou sua obra principal *Messianismo e Conflito social*, com grande impacto nas ciências humanas. Maria Isaura Pereira de Queiroz defendeu sua tese de Doutorado na Universidade de Paris, intitulada "*La Guerre Sainte au Brésil: Le Mouvement Messianique du 'Contestado'*", texto que foi publicado em francês pela Universidade de São Paulo, em 1957. Cabral dialoga com essa geração de pesquisadores.¹ Embora a publicação de Maria Isaura tenha sido anterior, ela teve ajuda de Vinhas e Cabral em seu trabalho de pesquisa. Cabral recebeu Maria Isaura em Florianópolis, no início da década de 1950 e acompanhou a pesquisa da socióloga paulista na Biblioteca Pública do Estado, junto aos jornais antigos e aos livros dos primeiros cronistas militares. Cabral desaconselhou a viagem de Maria Isaura ao Planalto, julgando uma região muito perigosa a uma jovem estudante de tradicional família paulista. Ao longo do seu livro, Cabral vai demonstrar determinadas escolhas frente às polêmicas a respeito de cada um desses personagens, sobre episódios da própria guerra, e ele vai se posicionar na medida de suas preferências intelectuais e das influências pessoais que ele teve com vários pesquisadores regionais. Há objetivos claros nessa obra, que é uma espécie de ajuste de contas gerais que ele quer fazer com vários pesquisadores daquele período. Ele é um grande leitor dos primeiros cronistas militares: Demerval Peixoto, Herculano D'assumpção, Setembrino de Carvalho, José Vieira da Rosa, ou seja, todos aqueles militares que foram os primeiros a escrever sobre o conflito no Contestado, são muito bem conhecidos por Cabral². Ele vai, ao longo dos anos 1950, polemizar

1 GERSON, Brasil. *Pequena História dos Fanáticos do Contestado*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1955. LUZ, Aujor Ávila da. *Os fanáticos: crimes e aberrações da religiosidade de nossos caboclos*. Florianópolis: IOESC, 1951. VINHAS de QUEIROZ, Maurício. *Messianismo e Conflito Social: A Guerra Sertaneja do Contestado (1912-1916)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

2 PEIXOTO, Demerval. *Campanha do Contestado: Episódios e Impressões*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1995. D'ASSUMPÇÃO, Herculano Teixeira. *A Campanha do Con-*

fortemente com Aujor Ávila da Luz, que como o Cabral, era médico e advogado. Os dois disputaram uma cadeira na Faculdade de Direito e disputaram também dentro do Instituto Histórico Geográfico, polemizavam em artigos através da imprensa. Essa rivalidade entre Cabral e Aujor é relatada pelo professor Walter Piazza. No estudo do Contestado Cabral enfatiza as razões sociais e culturais mais profundas para explicar o movimento, fazendo uma crítica à visão extremamente calcada no discurso religioso e nos conceitos lombrosianos da medicina legal, que era defendida por Aujor Ávila da Luz no livro "Os fanáticos: crimes e aberrações da religiosidade de nossos caboclos". O título, por si só, já é revelador da abordagem. Então, Cabral vai fazer uma crítica a essa visão focada nos aspectos religiosos e raciais para recuperar a discussão da questão de limites entre o Paraná e Santa Catarina. Cabral recupera aquela argumentação de todo o texto da defesa que o Conselheiro Mafra fez na disputa com o Paraná. Também recupera a argumentação paranaense defendida pelo Romário Martins e de outros pesquisadores, monta um quadro bem complexo da questão de limites, uma questão secular e ele dá uma grande espaço da obra pra isso³. Mas o foco dele vai ser em determinados elementos da atuação do monge, que são principalmente das águas, das árvores e dos pontos sagrados. Cabral vai usar muito de algumas referências de antropólogos e cientistas sociais em voga nos anos 1950, embora fossem autores de décadas anteriores, como Franz Boas, Mircea Eliade, Borislav Malinowski. Cabral apenas cita pontualmente estes autores, mas não adota o sistema teórico e metodológico de nenhum deles. Cabral mantém um estilo ensaísta mais independente, que talvez julgasse mais adequado ao tratamento dessa realidade. Na trajetória dos monges, o trabalho que Cabral faz é realmente importante, principalmente pela recuperação e pela identificação que o monge da Lapa (Paraná), o monge do Morro do Ipanema em Sorocaba (São Paulo), os monges do Campestre, em Santa Maria, e do Botucaraí, de Rio Pardo, (Rio Grande do Sul) são o mesmo indivíduo. Não é uma conclusão simples, é realmente um passo muito grande, resultado de um longo e perspicaz processo de pesquisa. Memórias atomizadas sobre personagens aparentemente distintos serão reveladas como a experiência de um único indivíduo, João Maria de Agostini. Na identificação desses indícios, há o estudo das descrições físicas, do problema físico na mão, das assinaturas de João Maria que existiam nos documentos de Santa Maria e Sorocaba. Cabral é muito atento a detalhes e muito rigoroso nessa pesquisa de identificação do primeiro João Maria. Cabral vai inovar sua abordagem em alguns pontos, mas vai ainda manter uma série de preconceitos e de formulações sobre as populações rurais tradicionais, que já não eram unanimidade nos anos 1950. Se compararmos as obras de Cabral com Vinhas de Queiroz e Maria Isaura isto fica muito claro. Há uma diferença pronunciada no tratamento e na forma de ouvir os depoentes que vêm das comunidades sertanejas. O Cabral continua empregando a palavra "fanático" para denominar os sertanejos que se reuniram nos redutos e "Cidades Santas". Maria Isaura Pereira de Queiroz já não usava esta expressão, referindo-se ao movimento sertanejo como "messiânico". Ela foi orientada por Roger Bastide, ele que trocava correspondências com Cabral também, não chegou a influenciar Cabral a esse nível, de assumir aquele conceito de messianismo muito baseado em Weber e Cabral não adota essa visão, continua chamando os sertanejos que aderiram ao movimento Contestado como fanáticos, as vezes ele usa a palavra fanáticos entre aspas, talvez por não se sentir confortável com o uso dessa palavra, mas normalmente Cabral emprega a palavra fanático de forma muito naturalizada.

testado: as Operações da Columna do Sul. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1918. CARVALHO, Fernando Setembrino de. Relatório apresentado ao General José Caetano de Faria, Ministro da Guerra, pelo Comandante das forças em Operações de Guerra no Contestado. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1915; VIEIRA da ROSA, (Capitão) José. "Reminiscências da Campanha do Contestado - Subsídios para a História", documento publicado no Jornal Terra Livre, 1918, presente na Pasta do General Vieira da Rosa no Instituto Histórico-Geográfico de Santa Catarina.

3 MAFRA, Manoel da Silva. *Exposição Histórico-Jurídica*, por parte de Santa Catarina. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1899. MARTINS, Romário. *Limites Inter-Estaduais entre Paraná e Santa Catarina: breves explicações do Mapa Histórico anexo*. Rio de Janeiro: Gomes & Irmãos, 1910.

Cabral faz uma crítica muito forte a concepções lombrosianas e raciais, ele cita Nina Rodrigues, criticando a concepção racial de médicos, mas o alvo dessa crítica é Aujor Ávila da Luz. Ele deixa isso claro em vários momentos, embora não cite especificamente o nome de Aujor, que só aparece na bibliografia no final do livro. Cabral mantém ainda uma definição bastante depauperada das populações do interior, o caboclo é chamado de ignorante, incivilizado, matuto, tosco e ingênuo, ou seja, a noção que nos estudos do Contestado só muda com Duglas Teixeira Monteiro, a partir de 1972.⁴ Duglas afirma que a população rural tem que ser vista pelo o que ela é, e não pelo o que não é: que ela não é urbana, não é européia, não é industrializada, não é alfabetizada, mas precisa ser estudada pelo que é, pela sua tradição, pelos costumes, pelo que acredita e pelo que cria. A leitura de uma população pela sua negação passa a ser abandonada a partir dos anos 70, mas Cabral ainda vive em uma época onde é predominante, no meio universitário, e mesmo entre aqueles como Maria Isaura e Maurício Vinhas que adotavam a nova conceituação weberiana de messianismo. Como o conceito de messianismo também fazia parte de uma noção onde tinha como ponto central uma anomia social e que essa anomia era uma forma patológica de manifestação de uma irracionalidade, então não deixava de ser uma forma mais educada de continuar chamando-os de fanáticos. O conceito é mais atualizado, mas a desqualificação da população e sua depauperização intelectual continuava sendo defendida pelos pesquisadores. Esta visão depreciativa das populações rurais não é só do Cabral, é uma de uma geração inteira. Cabral tem uma relação epistolar com muitas pessoas, pesquisadores, sacerdotes autodidatas. O objetivo era ter acesso a fontes e testemunhas, ou seja, as pessoas mandavam fontes e relatos por carta. E como faziam isso? Transcreviam documentos. Então quando Cabral pede documentos para as pessoas, ele realça: “me transcreva *ipsis literis*, exatamente como está no original”, ele tinha essa preocupação de fazer com que o seu interlocutor não passasse um filtro sobre aquele documento. Precisamos imaginar as dificuldades de pesquisa naquela época, onde as condições de viagem, de transporte e até de reprodução dos documentos eram muito mais difíceis do que hoje. Cabral tinha essas preocupações técnicas e metodológicas no trato com as fontes. Ao longo também da obra, Cabral vai dar curso a uma série de elementos que já eram questionados por alguns pesquisadores da sua época. Cabral acredita ser verdadeiro o documento sobre a “Proclamação da Monarquia Sul-Brasileira”. O documento é atribuído a Manoel Alves de Assunção Rocha, um caboclo líder de um grande grupo familiar que aderiu ao movimento rebelde, que morreu de velhice logo no início e no segundo semestre de 1914. Foi publicado pela imprensa de época, em vários jornais, pelo comerciante Gartner, da Estação Caçador, atribuindo a autoria da Proclamação a Manoel Alves de Assunção Rocha. Muitos na época não citaram o documento, dos cronistas militares, Denerval Peixoto o cita. José Otaviano Pinto Soares, que era um tenente que esteve na guerra e depois de 10 anos voltou, continuou pesquisando, não acreditava nesse documento e deixa isso muito claro no segundo livro dele sobre o Contestado. Cabral, por sua vez, dá crédito a esse documento e faz uma análise dos pontos da monarquia sul-brasileira, que era uma reprodução do programa federalista. O documento defendia uma tributação mais leve, um parlamentarismo, em vários pontos que quem formulou o documento fez uma fraude eficaz, pois muitos antigos federalistas tinham aderido ao movimento rebelde. Então, não foi uma fraude grosseira, foi bem elaborada e difícil de ser descoberta. Isto ficou esclarecido em 1973, quando o filho de Gartner, verdadeiro autor do documento, publicou como esclarecimento, no *Blumenau em Cadernos*, que o pai dele publicou a tal Proclamação para fazer uma brincadeira com o velho Assunção Rocha, de quem era amigo. Só as pessoas muito próximas ao núcleo familiar sabiam disso. Mas mesmo assim, vários livros após 1973 continuam reproduzindo esse texto da monarquia sul-brasileira. Por que? Porque ele foi citado por Cabral, e isto significava uma autoridade intelectual muito grande.⁵ Cabral também levanta a questão de terras como problema na raiz do conflito. Ele cita essa ques-

4 A tese de Duglas defendida em 1972, foi publicada em 1974: MONTEIRO, Duglas Teixeira. *Os Errantes do Novo Século: um estudo do surto milenarista no movimento do Contestado*. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

5 *Blumenau em Cadernos* (Tomo XIV, n. 6, junho de 1973).

tão em sete momentos do seu livro e não dedica nenhum capítulo específico, mas Cabral chama a atenção que a expulsão dos moradores roçeiros ao longo do Vale do Rio do Peixe foi fundamental para a desestabilização da região e o aumento da vida nos redutos. Para ele as questões de terras provocaram a migração das pessoas para os redutos, apostando naquela tese das causas sociais mais imediatas e culturais mais profundas para explicar o movimento do Contestado. Ele vai até fazer uma crítica formal a alguns aspectos da obra do Aujor Ávila da Luz, dizendo que não se trata da formulação de uma nova religião, houve uma dissidência religiosa, e nem de uma heresia religiosa, e sim uma questão anterior e mais profunda. E a crítica ao Aujor ele deixa bem no início do trabalho e diz assim:

embora persista ainda com demasiada insistência a premissa do fanatismo religioso tendo até recentemente surgido trabalhos que a ele relacionam a sublevação, querendo apontá-la como resultante de aberrações e da religiosidade do sertanejo e responsabilizá-las pelos crimes então cometidos, entendemos que a tese é insustentável, desde que recuemos a observação, procurando identificar a procedência e origem dos fios que tramaram a bandeira da luta, da qual se tem olhado apenas para a cruz que estampava e não para o tecido de que foi feita.⁶

Essa metáfora que ele faz entre a cruz e o tecido é uma forma de dizer que ele não está se preocupando apenas com a superfície dos acontecimentos, embora ao longo do trabalho Cabral afirme que existiu sim um fanatismo, mas que é preciso ir mais adiante. Ali na página 18 do livro ele diz “a campanha do contestado foi uma luta de marginais, de desajustados, portanto uma luta de cunho iminentemente social e que por incompreendida no seu início não teve o remédio imediato que teria evitado sua continuação e o sacrifício que determinou”. Os remédios que ele acha que seriam necessários serão aqueles mesmo remédios propostos pelo Capitão Marcos Costa na época da guerra, que era necessário levar a luz para o sertão, a educação e levar também a justiça. É uma visão de que o sertanejo devia ser civilizado, tirado da ignorância, para não aderir à vida dos redutos, mas não deixa de ser uma abordagem importante, com reconhecimento das razões sociais do movimento.

Uma questão que repercute muito na historiografia é a consolidação que Cabral dá para uma tese que vem do Relatório do General Setembrino de Carvalho, que é uma espécie de um constructo, uma explicação utilizada recorrentemente, mas que não se sustenta na pesquisa das fontes. A ideia de que a turbulência, a rebeldia e a instabilidade do movimento do contestado tem a sua raiz no deslocamento de um grande número de trabalhadores de fora da região, de fora do estado, seria de 8 a 10 mil trabalhadores vindos do nordeste do Brasil ou de prisões do Rio de Janeiro, da Bahia e de Pernambuco. Esse pessoal levado em massa pra região do vale do rio do Peixe, teria construído a estrada de ferro São Paulo - Rio Grande entre 1908 e 1910 e depois, atirados no sertão, acabaram aumentando a eferescência do território e fornecendo cabeças e lideranças para aquela fase do movimento que Cabral vai dizer onde o “bandoleirismo substituiu o fanatismo”. Após o combate de Caraguatá, em março de 1914, seria o domínio do banditismo, do bandoleirismo, que a raiz estava nesse enxerto demográfico trazido de fora.

Na minha pesquisa não consegui localizar este deslocamento de milhares de pessoas do norte do país para a construção da estrada de ferro no vale do rio do Peixe, que certamente deixaria rastros pela documentação. Entre as lideranças do movimento não há qualquer indivíduo fora da região (a não ser o Benvenuto Alves de Lima, o Vanuto “baiano”, que já vivia no planalto catarinense na época da Revolução Federalista [1893-95], portanto muito antes da construção da estrada).

O único grupo de fora numericamente expressivo, empregado para a construção da estrada de ferro, identificado na pesquisa da professora Márcia Janete Espig, da Universidade Federal de

⁶ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *A Campanha do Contestado*. Florianópolis: Lunardelli, 1979, p. 16

Pelotas, é um contingente de 1.300 imigrantes alemães, poloneses e ucranianos, que são contratados pela estrada de ferro para trabalhar como turmeiros.⁷ Estes trabalhadores turmeiros acabam adquirindo lotes de terra ao longo das áreas que a companhia recebeu. Então, não há a vinda de “capoeiras afamados ou facínoras” como aparece no texto do Cabral. Ao longo do livro ele não cita a fonte das informações, mas nós sabemos que ele leu o Relatório do General Setembrino e faz referências a Setembrino em vários momentos. É a partir do documento de Setembrino que os outros autores começam a falar desse pessoal vindo de fora. Aqui o Cabral diz:

recrutaram-se então trabalhadores necessários, ao que relatam testemunhos insuspeitos, a maior parte dessa gente foi conseguida nos centros populosos onde a escória da sociedade, malandros e criminosos, gente sem profissão e sem qualquer formação, egressos da justiça e fugitivos das cadeias, capoeiras afamados e facínoras de toda espécie, de todas as procedências, foi o que a polícia em suas batidas recolheu compulsoriamente e deportou para o contestado, mantendo-os sem possibilidade de fuga, no mato foram obrigados a trabalho necessário. Calcula-se talvez, com certo exagero, que cerca de 10.000 homens na mobilização desse contingente humano nas margens do rio do peixe.⁸

Durante muito tempo a autoridade do General somada à autoridade intelectual do Prof. Cabral fizeram com que esta tese dos 8 a 10 mil trabalhadores do norte fosse praticamente naturalizada. Contribuiu para esta percepção a antiga prática das forças de repressão do Brasil em se aproveitar do trabalho forçado de prisioneiros degredados, como os marinheiros presos por participarem da Revolta da Chibata, em 1910. Mas tanto a repressão à Chibata como outros casos deixaram rastros na documentação. A maioria dos turmeiros eram do norte do Rio Grande do Sul e do sul do Paraná, além dos imigrantes empregados.

Outra questão é a influência dos memorialistas da época sobre Cabral, na noção e na convicção que ele formou sobre a impostura de José Maria, o “terceiro monge” como ele chama. Cabral diz que há o primeiro monge, o João Maria Agostini. O segundo, João Maria de Jesus, que é o mais conhecido pela foto clássica. E o terceiro, José Maria, que é o que morre no combate do Irani, em outubro de 1912. Pra Cabral, o primeiro monge é realmente um homem íntegro que tinha um ótimo relacionamento com o clero, e tinha de fato, como foi documentado pelos padres de Sorocaba, Lapa e Santa Maria. Enquanto o segundo já era mais político, um pouco turbulento, próximo aos federalistas e que tava já se aproveitando da fama do primeiro. E o terceiro era decididamente oportunista e mau caráter, ele já desqualifica completamente o terceiro, que se apresentava como sendo um irmão de João Maria. Esta era a visão predominante entre os fazendeiros do planalto serrano.

Em sua pesquisa Cabral recorreu a vários depoentes. Talvez não tenha dado a devida atenção a um depoente muito importante de Curitiba, que é o topógrafo Euclides Felipe. Este é um pesquisador autodidata, que trabalhou mais de 50 anos em topografia no planalto e anotava nas cadernetas de topografia as décimas que os caboclos reclamavam sobre a guerra do contestado.⁹ Euclides levantou uma série de fontes assim. Ele forneceu material de pesquisa para o professor Cabral, como forneceu também para Vinhas de Queiroz, para Douglas Teixeira Monteiro.

Euclides defendia claramente que José Maria jamais havia se apresentado como irmão de João Maria. Segundo Euclides, pessoas que conheceram diretamente José Maria afirmam que ele jamais se apresentou como irmão de João Maria. Aliás, ele se apresentava como curandeiro e não como penitente. O José Maria em vida não foi tratado como “monge” nem como “rezador”, mas

7 ESPIG, Márcia Janete. *Personagens do Contestado: os turmeiros da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande*. Pelotas, RS: Ed. UFPEL, 2010.

8 CABRAL, O. Op. Cit., p. 101

9 Estas décimas recolhidas por Euclides Felipe foram publicadas em livro intitulado *O último jagunço: o folclore na história da Guerra do Contestado*. Curitiba, PR: UnC, 1995.

apenas como um curandeiro que era considerado eficaz. Pelos caboclos, ele foi “santificado” depois da morte, mas este é um processo posterior, um processo de resignificação depois da morte em combate do banhado grande do Irani.

Há um episódio no qual José Maria teria dito para os Fabrícios, a família dos Fabrícios das Neves da região de Irani, que ele se irmanava aos princípios do monge João Maria. Mas se irmanar aos princípios não é dizer “sou irmão”. A memória de José Maria é uma memória muito dividida no planalto. O Cabral optou pela memória “peluda” de José Maria, a memória daqueles que desqualificavam este líder caboclo, que era muito forte nos anos 50, forte inclusive entre os remanescente dos redutos e isso trazia problemas pra pesquisa mesmo, os sobreviventes dos redutos reproduziam a memória oficial também.

Durante os anos 1950 vários remanescentes dos redutos queriam explicar as suas vidas no movimento sertanejo de outra forma, declarando que tinham sido levados a força. Desta geração de pesquisadores da época de Cabral é somente Vinhas de Queiroz que consegue dar uma diferente visão de José Maria. Vinhas interagiu mais com os habitantes do planalto, circulou inclusive junto com Euclides Felipe. Eles entrevistaram a Teodora, a “virgem” Teodora, entrevistou o “menino-Deus” Joaquim, o Paulino Pereira, várias lideranças que ainda estavam vivas nos anos 1950, tanto de um lado quanto do outro da guerra. Vinhas de Queiroz teve melhores condições não só pelo deslocamento físico pela região, mas pela disponibilidade intelectual de ouvir os de baixo, revelava uma postura intelectual distinta. Vinhas não foi tão influenciado por um político forte na região na época, que também tinha relações com o professor Cabral, que foi o advogado e Deputado Henrique Rupp Júnior, pela UDN.

Henrique Rupp Júnior era filho do ex-Superintendente Municipal de Campos Novos, Coronel da Guarda Nacional, Henrique Rupp. Formou-se como advogado pela Faculdade de Direito de Porto Alegre e, como o pai, dividiu a advocacia com a atividade política. Entre 1915 e 1916, Rupp Júnior foi responsável pela libertação de vários sertanejos presos, por processos de *habeas corpus*. Rupp Jr consegue anistia para todo o grupo invasor da vila de Curitibanos, para família do Conrado Grobbe, para várias lideranças de Canoinhas, de Curitibanos e de Lages, são soltas por intervenção do Rupp. A tese de Rupp Jr era de que o movimento rebelde foi um movimento político e, portanto, algo que deveria ser objeto de apreciação da Justiça Federal, não da Justiça Estadual. A visão de Rupp Júnior era crítica ao coronel Albuquerque de Curitibanos, que o Cabral vai absorver também, mas também de demonização da figura de José Maria como sendo um aproveitador, e da visão de que os sertanejos eram manejados por indivíduos aproveitadores.

Vinhas de Queiroz não vai adotar essa noção. Mas Maria Isaura que foi recebida aqui em Florianópolis por Cabral, vai também ser fortemente influenciada pelo professor Cabral, nessa visão de José Maria como sendo um sujeito que se colocou como um embusteiro. Então a alegada impostura de José Maria é um ponto que coloca a obra do Cabral nesse contexto complexo dos anos 50 pra 60, eles convivem com antigas percepções do mundo sertanejo, do Contestado.

Como uma percepção geral, a obra de Cabral é uma relevante contribuição que, em seu tempo, prestou a todos os estudiosos deste movimento sertanejo e a todos os estudiosos da cultura e das práticas sociais da população de serra acima. Cabral criticou o determinismo médico racista e ajudou a criar as bases para uma história cultural da sociedade.

MONGE JOÃO MARIA: OS SUJEITOS POR TRÁS DA CRENÇA

Alexandre Karsburg

Alexandre Karsburg possui doutorado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; graduação em História Licenciatura Plena pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM - (2004) e Mestrado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS - (2007). Participa do grupo de investigação sobre o movimento do Contestado. Pesquisa temas como profetismo e devoção popular, relações entre religião e política, teorias e narrativas na história. Bolsista FAPERGS/CAPES de Pós-Doutorado e atua no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas.

MONGE JOÃO MARIA: OS SUJEITOS POR TRÁS DA CRENÇA

Alexandre Karsburg

Introdução

Em todo o planalto meridional do Brasil a tradição religiosa de “São João Maria” é muito presente, crença viva e em constante transformação. Fontes d’água, grutas, cavernas, lapas, cruzeiros, capelinhas e imagens do santo estão espalhados de São Paulo ao Rio Grande do Sul, principalmente no interior do Paraná e Santa Catarina, mostrando a todos a força desta devoção que remonta a um *monge*¹ andarilho tornado santo pelo povo em meados do século XIX. Ao longo das décadas, outros sujeitos se fizeram passar ou foram confundidos com o eremita João Maria de Agostini, o primeiro da série de *monges* andarilhos que palmilharam o sul do Brasil. Envolto pelas brumas do passado e “sufocado” pela tradição popular, os indivíduos denominados *monges* foram estudados como se fossem seres incorpóreos que podiam aparecer e desaparecer a qualquer momento. Este artigo procurará esclarecer que, apesar dos mistérios que os envolvem, foi e é possível chegar aos indivíduos de “carne e osso” que foram acobertados pelo manto da santidade. Iniciarei pelas descobertas que me levaram a desvendar a identidade “real” do primeiro dos *monges*: o italiano João Maria de Agostini. Após, trarei indícios que apontam para a identidade dos outros *monges* – que foram muitos e atuando de forma concomitante no tempo.

O iniciador da tradição: o eremita italiano João Maria de Agostini

Em relação ao primeiro dos *monges*, o eremita João Maria de Agostini, alguns estudos apresentaram testemunhos e documentos que serviram para alcançar o sujeito histórico. Talvez o primeiro relato historiográfico sobre o *monge* Agostini no Brasil foi feito em 1863 pelo padre francês João Pedro Gay. Pároco do município sul-rio-grandense de São Borja, padre Gay publicou artigo na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*² narrando que um *monge* italiano havia residido em um cerro do outro lado do Rio Uruguai, no povoado de San Javier, no ano de 1852. Este cerro se tornou “local de intensas romarias de vizinhos que aí tem concorrido, e mesmo de São Borja as pessoas tem ido com o fim de obter alívio das enfermidades,” afirmou padre Gay.

Em 1902, o historiador João Borges Fortes, em um artigo no *Anuário Rio-grandense*, também relatou a respeito do personagem, afirmando que o *monge* instituiu o culto a Santo Antônio Abade – considerado o primeiro dos eremitas cristãos – em um cerro próximo à cidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, em 1848. No ano de 1909, Hemetério José Veloso da Silveira, em seu livro *As missões orientais e seus antigos domínios*, afirmou que a presença do *monge* João Maria no

1 Para os devotos do sul do Brasil, o termo *monge* é sinônimo de andarilho que peregrina solitariamente procurando ensinar as pessoas os “caminhos da salvação”. Além disso, ele deve curar doenças utilizando ervas, águas e outros elementos da natureza. Porém, institucionalmente falando, o termo *monge* é inadequado para qualificar tal sujeito, já que o *monge* dever ter ordenação sacerdotal ou ser membro de ordem religiosa. Mas foi por tradição que ficaram conhecidos desta maneira, comprovando que o povo, apesar de dialogar com a cultura da Igreja, detinha de fato as prerrogativas para criar seus santos (KARSBURG, 2012).

2 “História da República Jesuítica do Paraguai, desde o descobrimento do Rio da Prata até os nossos dias, ano de 1861”. RIHGB, Tomo 26, 1863. (Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=19>).

Cerro do Campestre – perto de Santa Maria – “movimentou bastante a população da freguesia quer urbana e quer camponesa, fazendo soar bem longe o nome de Santa Maria da Boca do Monte”. Destacou também que “a imprensa do Rio de Janeiro e de outras cidades cultas do Brasil se ocuparam deste personagem [o monge], que, no pleno século das luzes, estabeleceu, por sua conta e risco, uma missão e operou milagres”.³

Publicado no início do século XX, o livro de Hemetério forneceu detalhes significativos sobre o monge, apresentando um possível itinerário de São Paulo ao Rio Grande do Sul. Afirmou ainda ser ele de origem italiana, e que durante algum tempo permaneceu no interior paulista quando resolveu seguir para o sul pelo caminho dos tropeiros (SILVEIRA, 1979, p. 477). Os dados presentes no livro de Hemetério foram utilizados por outros pesquisadores interessados em desvendar quem foi este sujeito que ora era chamado de monge João Maria, ora de eremita João Maria de Agostini, italiano de nascimento que havia criado uma devoção religiosa no interior do Rio Grande do Sul no ano de 1848: o culto a Santo Antão Abade, anacoreta que viveu no século IV nos desertos do Egito.⁴

Alguns observadores contemporâneos da passagem do italiano pelo sul do Brasil não escreveram livros, antes fizeram discursos ou elaboraram crônicas que vieram a ser fontes importantes que permitiram alcançar novos detalhes sobre o personagem. Em 1874, na bancada do Senado, o médico e senador José Martins da Cruz Jobim fez longo comentário sobre o italiano João Maria de Agostini e sua presença no Rio Grande do Sul, ligando-o ao culto de Santo Antão. Além disso, ressaltou a crença que se desenvolveu entre milhares de pessoas que acreditaram ser o monge o responsável por tornar milagrosas as águas de uma fonte no Cerro do Campestre. Em 1895 e 1898, Felicíssimo de Azevedo escreveu, em jornais de Porto Alegre, crônicas sobre as origens da devoção criada pelo monge Agostini em 1848: a romaria do Campestre de Santo Antão, na cidade de Santa Maria da Boca do Monte. Azevedo descreveu o italiano com uma “longa barba nevada” que se estendia até o peito, aparentando ter uns cinquenta anos de idade [em 1848], vestido com uma “sotaina de tecido surrado e os pés nus sob uns sapatões rústicos”. Dirigiu-se ao Palácio do governo, em Porto Alegre, com o intuito de pedir uma audiência com o presidente da província, o general Francisco José de Souza Soares de Andrea, que aceitou receber o estranho homem.

De acordo com Azevedo, o monge declarou ser “italiano, natural de Roma”, que andava “em peregrinação cumprindo uma promessa feita à santa Mãe de Deus” (grifos meus). Disse chamar-se João Maria Agostini. O general Andrea perguntou o que o italiano queria, recebendo a seguinte resposta: “Em uma igreja dos Sete Povos das Missões,⁵ que está em ruínas, existe uma bela imagem de Santo Antão; eu venho pedir a Vossa Excelência essa imagem para construí-lhe uma capela”. Não sendo assunto de sua competência, o general mandou o sujeito ao padre Thomé Luiz de Souza, que era Vigário Geral do Rio Grande do Sul em 1848 e responsável por tratar desse tipo de questão. Após esse encontro, segundo a crônica de Felicíssimo de Azevedo, o italiano sumiu, sendo reencontrado posteriormente em um cerro nas proximidades da então vila de Santa Maria da Boca do Monte, no lugar denominado Campestre, centro da província. Neste local, o monge, com a ajuda de moradores, ergueu uma ermida para colocar nela a imagem de santo Antão Abade. Porém, o que estava atraindo quantidade impressionante de pessoas ao Cerro do Campestre era a fonte de água que todos acreditavam operar “curas milagrosas”.

3 Indicação relevante que me fez procurar os principais jornais publicados no Rio de Janeiro de meados do século XIX. Os periódicos de fato faziam referências ao monge João Maria, bem como a um evento ao qual ele se ligava: “os milagres nas águas santas”. Além do jornal *Nova Gazeta dos Tribunais*, pesquisei no *Jornal do Comércio*, *Diário do Rio de Janeiro* e *Correio Mercantil* (Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro).

4 Santo cristão que viveu nos desertos do Egito no século IV d.C., é reconhecido pela Igreja Católica tendo o 17 de janeiro como dia de Santo Antão Abade.

5 Os Sete Povos das Missões faziam parte das Reduções jesuíticas que, nos séculos XVII e XVIII, abrangiam grande extensão de terra em ambos os lados do Rio Uruguai. Os Sete Povos estão a noroeste do Rio Grande do Sul, na fronteira com a Argentina.

Vale ressaltar que, até a metade do século XX, de forma independente e sem ligações entre si, pesquisadores de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul tentaram desvendar se um único indivíduo havia peregrinado por extensa região que ia de Sorocaba (SP) até Santa Maria (RS) deixando como marco de sua presença cruzeiros, vias-sacras, capelinhas e devoções seguidas pelo povo. Apesar de Hemetério Veloso da Silveira (1909) ter apresentado um possível roteiro feito por Agostini desde Sorocaba até Santa Maria, predominava a dúvida entre os pesquisadores das décadas seguintes se era mesmo possível que tamanha proeza tenha sido feita por um só homem. Em Santa Maria, por exemplo, os historiadores João Belém (1933) e Romeu Beltrão (1958)⁶ escreveram sobre o italiano conhecido como *monge* João Maria de Agostini, sujeito que por lá passara em meados do século XIX descobrindo uma “fonte de águas milagrosas” e instituindo o culto a santo Antão Abade no lugar. No caso de Beltrão, a curiosidade foi aguçada anos antes de escrever seu livro, pois, em 1934, ao descobrir que um místico parecido ao *monge* do Rio Grande do Sul havia morado numa gruta na cidade paranaense da Lapa - a “Gruta do Monge” -, partiu de Santa Maria a fim de entrevistar os moradores lapeanos.

Romeu Beltrão suspeitava ser possível que o “famoso monge” do Rio Grande do Sul tivesse mesmo atravessado os campos paranaenses em suas peregrinações, mas a falta de indícios fez-lhe duvidar de se tratar do mesmo indivíduo. Deixou a Lapa sem certeza de nada. Desse modo, Beltrão afirmou que depois da passagem do italiano pelo sul do Brasil inúmeras lendas surgiram a seu respeito, e que vários “desequilibrados apareceram dizendo-se ‘monges’ e chamarem-se João Maria”, inclusive um que “agitou” por volta de 1914 a região conhecida por Contestado, na divisa dos estados do Paraná e S. Catarina (1979, p. 151). Concluiu afirmando que “o nosso João Maria” não poderia ser confundido com outros que se seguiram. Em parte Beltrão estava correto.⁷

Distante do Rio Grande do Sul, no Estado de São Paulo mais precisamente, igualmente havia interessados em desvendar quem era o sujeito chamado João Maria de Agostini, isso porque na região circunvizinha do município de Sorocaba se perpetuaram lendas a respeito de uma “pedra santa” no alto de um morro que servira de refúgio, na década de 1840, a um eremita misterioso. A par desta crença, em 1942, o cônego Luís Castanho de Almeida, de Sorocaba, publicou aquele que seria o mais importante e citado documento comprobatório da passagem do italiano pelo Brasil: no livro de Registro da cidade de Sorocaba, no dia 24 de dezembro de 1844, um “frade” de nome João Maria d’Agostinho fazia-se registrar como “solitário eremita a serviço de seu ministério”, afirmando habitar nas “matas” de um cerro próximo à Fábrica de Ferro do Ipanema.⁸ O escrivão anotou, ainda, que o tal “frade” era do Piemonte [norte da Península Itálica], tinha 43 anos e chegara ao Rio de Janeiro pelo Vapor *Imperatriz* no dia 19 de agosto de 1844. Como sinal particular, o escrivão registrou que João Maria d’Agostinho era *aleijado de três dedos da mão esquerda*.

Ao voltar sua atenção para o primeiro dos *monges*, o pesquisador catarinense Oswaldo Cabral (1960) afirmou que o “frei João Maria d’Agostinho”, registrado na cidade de Sorocaba em 24 de dezembro de 1844, era o mesmo sujeito que, em 1848, envolveu-se em polêmicas no Rio Grande do Sul em função da crença popular que lhe atribuiu o dom de tornar milagrosas as águas de uma

6 Utilizando documentos e depoimentos inéditos de pessoas que foram contemporâneas ao referido monge, Romeu Beltrão fez uso do discurso do senador José Martins da Cruz Jobim (1874) e de artigos de Felicíssimo de Azevedo (1895 e 1898) para compor o livro intitulado *Cronologia histórica de Santa Maria*, publicado em primeira edição no ano de 1958.

7 Correto porque depois da passagem do primeiro monge pelo sul do Brasil, vários outros surgiram imitando os costumes daquele, sendo confundidos pelo povo como um só “santo”. Contudo, de fato Agostini esteve na Lapa - em 1845, quando o local ainda pertencia à província de São Paulo - antes de se tornar “famoso” por causa dos “milagres das águas santas” no interior do Rio Grande do Sul.

8 Artigo de 1942 intitulado “O Monge do Ipanema”. O padre Luiz Castanho de Almeida fazia referência à Fábrica de Ferro do Ipanema, próxima a Sorocaba e ao lado do Morro do Araçoiaba, onde “frei João Maria d’Agostinho” procurou abrigo em dezembro de 1844. O monge também era conhecido, em Sorocaba, como “Monge da Pedra Santa” por causa da rocha que lhe servia de cama no alto do morro. Artigo no jornal de Sorocaba *Cruzeiro do Sul*, março de 1942 (apud CABRAL, 1960, p. 139).

fonte. Este foi o grande mérito de Oswaldo Cabral, ou seja, comprovar empiricamente que o eremita que se apresentou em Sorocaba, na véspera do Natal de 1844, era o monge que peregrinara pelo Rio Grande do Sul em 1848, e por outros locais do sul do Brasil, como na cidade da Lapa (PR), chamando a atenção por onde passava pelo seu modo de vida eremítico. Até então, as pesquisas haviam se dado em âmbito regional, e mesmo que já existissem suspeitas de se tratar do mesmo indivíduo, faltavam provas para confirmar o que Cabral verificou. A partir deste autor, portanto, teve-se certeza de que João Maria de Agostini, ou Agostinho segundo algumas fontes históricas, passara por Sorocaba (SP), Lapa (PR) e Santa Maria (RS), percorrendo as distâncias pelo caminho dos tropeiros angariando fama por ser venerado pelas populações como *santo*.

Após a obra de Cabral (1960) continuaram os estudos a respeito do personagem *Monge João Maria*, mas abordando-o pela perspectiva popular, sobretudo a partir dos que estiveram envolvidos na Guerra do Contestado ou de seus descendentes.⁹ Produziu-se número significativo de fontes orais, atestando que para o devoto só existiu um monge: "São João Maria". Desse modo, qualquer tentativa de empreender uma análise em separado dos tais monges se tornou inibidora, pois a tradição oral não fazia distinção entre eles. Esta foi uma barreira difícil de transpor, e, sem novos documentos, os monges continuariam, assim, a suscitar unicamente interesse e curiosidade dos pesquisadores, como afirmou GALLO (2008, p. 119). Apesar de a historiografia saber ter havido, no mínimo, três monges, e que eles viveram em tempos distintos e cada um com características próprias, enfocaram-nos em uma linha sucessória do primeiro aos seguintes, tentando entender como a crença foi se desenvolvendo entre os devotos. Desse modo, a complexidade dos indivíduos foi se perdendo em função de atributos que deveriam confirmar a santidade do nome. Pequenas biografias foram tentadas,¹⁰ mas as trajetórias se tornaram um tanto lineares, homogêneas e sem contradições.

Na tentativa de reconstruir a trajetória do italiano em território brasileiro, as principais informações que consegui foram provenientes de testemunhos que viveram no século XIX e foram contemporâneos ao monge Agostini. Isso nos indica um caminho até então pouco explorado, pois, se a crença em "São João Maria" tem no interior de Santa Catarina e do Paraná seu centro e pólo irradiador, onde ela é marcante e verificável,¹¹ não significa que a crença tenha ali surgido. O circuito da fé pode não ter coincidido com o itinerário daquele que inspirou esta fé. Do mesmo modo, constatei que a Guerra do Contestado não poderia ser tomada como elemento central para investigar a vida e trajetória do monge Agostini, pois este antecedeu o conflito em mais de meio século. Foi por dar atenção a isso que concentrei minhas pesquisas, principalmente, em arquivos do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro, pois naquele ocorreu o episódio das "águas santas" e neste estava o centro do poder imperial de onde partiram as ordens para que se investigasse a vida do referido monge.¹²

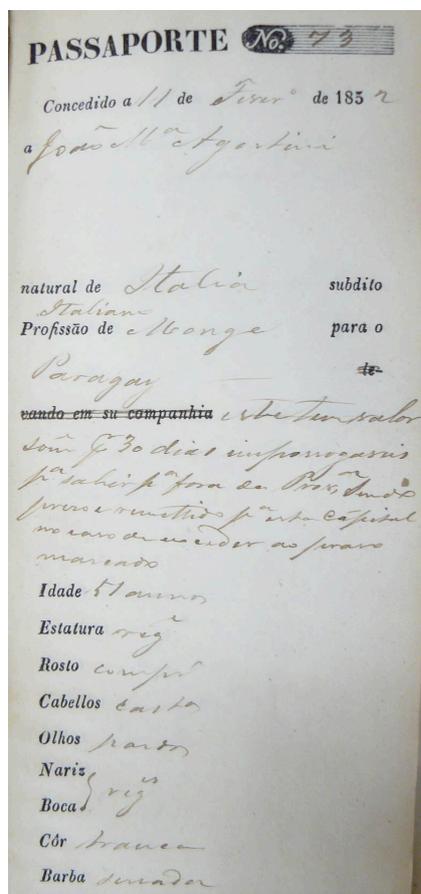
9 O grupo de historiadores que estudou a Guerra do Contestado direcionou as pesquisas ao campo da religiosidade popular, ou seja, perceber como o devoto entendia, transmitia e vivia a fé no Monge João Maria. Ao lado de Oswaldo Cabral (1960), temos Maria Isaura Pereira de Queiroz (1957; 1965), Maurício Vinhas de Queiroz (1966) e Duglas Teixeira Monteiro (1974), considerados os quatro principais autores que, ainda hoje, "formam a base inicial de leituras para o desenvolvimento de pesquisas sobre o movimento" do Contestado, conforme Márcia Janete Espig e Paulo Pinheiro Machado (2008, p. 8).

10 Além de Cabral (1960), outros tentaram construir pequenas biografias dos monges: Queiroz (1965), Beltrão (1979), Gorniski (1980), Souza (1987), Fachel (1995), Thomé (1999) e Goes (2007).

11 O próprio Oswaldo Cabral nos apresenta relatos colhidos no interior de Santa Catarina, mas que não se referem ao primeiro, antes ao segundo monge que ficou conhecido como João Maria de Jesus, que teria percorrido o planalto catarinense entre 1895 e 1906 (CABRAL, 1960, pp. 144-178).

12 Por causa da grande repercussão que alcançou os "milagres das águas santas" no Rio Grande do Sul, autoridades do Império brasileiro - médicos, delegados, presidentes de província, padres, bispos e ministros - tomaram medidas para desvendar se as referidas águas eram medicinais e investigaram, também, quem era o monge italiano chamado de "santo" pelas pessoas e que atribuíam ser o descobridor de tal "fonte miraculosa". Devido a esse envolvimento das autoridades imperiais, produziu-se uma quantidade razoável de documentos que me permitiu, inclusive, conhecer melhor o eremita João Maria de Agostini (KARSBURG, 2012).

Ao não aceitar as hipóteses que asseguravam ser praticamente impossível desvendar o paradeiro do monge, empreendi uma busca sistemática em arquivos tendo por base suposições nascidas de pistas presentes em autores que escreveram sobre o eremita italiano no Rio Grande do Sul. Um destes autores se chamava João Pedro Gay, francês de nascimento, mas naturalizado brasileiro para assumir o cargo de pároco da cidade fronteiriça de São Borja. Como dito anteriormente, o padre escreveu artigo publicado em 1863 na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,¹³ narrando que nos povoados missioneiros de São Nicolau e São Javier achava-se um grande morro chamado "Cerro do Monge, aonde se refugiou em fins de 1852 o célebre monge italiano das Águas Santas de Santa Maria da Boca do Monte." Sendo contemporâneo ao monge, o padre não poderia ter se equivocado na data e no local. E de fato não se enganou, pois o sacerdote escreveu dois documentos que confirmavam a presença de João Maria de Agostini nos arredores de São Borja no ano de 1852.¹⁴ Porém, a prova mais contundente da presença do italiano no Rio Grande do Sul nesse ano é um passaporte dado a ele pelas autoridades da província.



Passaporte N° 73. Concedido a 11 de Fevereiro de 1852 a João M^o Agostini, natural da Itália, subdito italiano. Profissão de Monge para o Paraguai. E este tem valor somente por 30 dias improrrogáveis para sair para fora da Prov^o, sendo preso e remetido para esta capital no caso de exceder ao prazo marcado. Idade 51 anos; Estatura regular; Rosto comprido; Cabelos curtos; Olhos pardos; Nariz Boca regulares; Cor branca; Barba serrada. Fonte: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, AHRS, Fundo Polícia, Códice P-143.

13 "História da República Jesuítica do Paraguai, desde o descobrimento do Rio da Prata até os nossos dias, ano de 1861". RIHGB, Tomo 26, 1863. (Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=19>).

14 Documentos datados do dia 7 de janeiro de 1852 e 6 de fevereiro de 1853 contando ao presidente sul-rio-grandense sobre a presença do monge em São Borja e do outro lado do Rio Uruguai, na província argentina de Corrientes. (Arquivo Histórico do RS, Assuntos Religiosos, Maço 24, Cx 12).

Para os propósitos deste artigo não cabe uma análise do conteúdo deste passaporte.¹⁵ O que importa, agora, é salientar o quão profícuo é seguir indícios historiográficos quando se tem por meta desfazer mistérios que há tempos desafiam o historiador. A indicação do padre João Pedro Gay, na revista do *IHGB* (1863), era pista que me levou aos arquivos e, por conseguinte, à descoberta destas fontes históricas inéditas a respeito do “célebre monge das águas santas”. E, a partir da análise destes documentos, foi possível descobrir o sujeito histórico encoberto pelo manto da santidade, revelando um homem em toda a sua complexidade e em interação com o contexto da época – o século XIX –, tempo de construção dos estados nacionais latino-americanos e tensões daí provenientes, para ficarmos somente em um único exemplo de conjuntura.

Os andarilhos do planalto: os outros monges

Sabemos que o “santo eremita” triunfou sob o nome *monge* João Maria, conservando-se entre aqueles que o tiveram como exemplo de comportamento e lenitivo para a cura do corpo e da alma doentes. Dezenas, a partir de então, procuraram imitar-lhe a vida penitente passando a peregrinar como forma de rejeitar os valores do mundo. João Maria de Agostini colocou ao alcance do homem comum, demonstrando que a penitência era o meio privilegiado para isso. Desse modo, foi inspiração para o surgimento de uma tradição religiosa no sul do Brasil – verdadeira “religião de monges” segundo Ivone Gallo (1999, p. 91) – que vem se perpetuando desde meados do século XIX em um processo acidentado, complexo e de difícil análise.

Senso comum historiográfico, aceitou-se que houve dois outros *monges* depois do primeiro e que alcançaram alguma notoriedade entre os povos do sul: João Maria de Jesus, que peregrinou por todo planalto meridional brasileiro entre 1890 e 1906; e José Maria de Santo Agostinho, o único monge a ter efetivamente participado da Guerra do Contestado, ainda que somente no início do conflito, em outubro de 1912, na Batalha do Irani. No entanto, sabe-se da existência de vários andarilhos penitentes palmilhando o extenso território sulino desde 1855, às vezes confundidos e chamados genericamente de *monges* – João Maria ou qualquer outro nome –, às vezes fazendo-se passar pelo próprio. Em relação à identidade destes indivíduos, até hoje pouco foi descoberto.¹⁶ E, para aumentar a confusão, testemunhos que disseram ter conhecido o “verdadeiro” monge o descreveram de maneira diversa.

No livro publicado em 1960, Oswaldo Cabral apresentou entrevistas feitas com antigos moradores do interior de Santa Catarina que haviam encontrado o *monge*. Vejamos alguns depoimentos:

Conheci o monge em 1893 [...] ele era um homem de fisionomia bonita, estatura média, enxuto de carnes. Tinha os cabelos castanhos, que não eram ainda grisalhos. Usava alpercatas e os seus pés pareciam de moça. (D. Maria Cordeiro Pacheco, moradora de Três Barras (SC). A mesma entrevistada afirmou que as fotografias que do Monge correm, não são dele (CABRAL, 1960, pp. 166-167).

O monge [...] tinha a barba branca. [...] Tinha os olhos castanhos amarelados, supercílios grandes e cerrados, cabelos compridos, sendo de meia altura. As suas feições eram as de um alemão ou italiano. (D. Ana Maria de Quadros conheceu o monge em 1905 ou 1906, em Chapéu do Sol, no Paraná, às margens do Rio Iguazú. CABRAL, 1960, pp. 167-8).

¹⁵ Análise que fiz em minha tese de doutorado (KARSBURG, 2012).

¹⁶ Em relação ao monge João Maria de Jesus, o Coronel Pinto Soares, sem citar a origem da informação, disse se chamar Anastás Marcaf, de nacionalidade francesa (apud CABRAL, 1960, p. 159). Já o nome do monge José Maria de Santo Agostinho era Miguel Lucena de Boaventura (Ibid., p. 180).

É um ancião de estatura regular, alourado, tendo sotaque espanhol (Cleto da Silva narrando a passagem do monge por União da Vitória em 1896 (CABRAL, 1960, p. 150).

Era um homem de seus cinquenta a sessenta anos, de estatura média, vestido pobre, mas descentemente. (Frei Rogério Neuhaus, do encontro que teve com o monge em Capão Alto SC, em 1897. CABRAL, 1960, p. 152).

Meio de estatura [...], cachimbo pendente da boca irônica, olhos claros e vivos, encravados em órbitas fundas, nariz fortemente adunco, cavanhaque fino, longos cabelos crespos, orelhas atochadas de cabelos, dava ao conjunto a impressão de um tipo judaico... (Cel. Caetano Costa, morador da Lapa, PR, diz ter visto o monge em 1895. CABRAL, 1960, p. 157).

Um caboclo de barba cerrada, grisalha e curta, baixo de estatura [...] vi que tinha a mão grossa de trabalhador, não percebi a falta de um dedo. Pensei comigo: este homem não pode ser brasileiro, antes espanhol ou italiano. Não podia ter 60 anos. (Frei Oswaldo Schlenger diz ter encontrado este monge em 1901, nas proximidades de Canoinhas. CABRAL, 1960, p. 158).

O médico Ângelo Dourado, regressando com as tropas federalistas que haviam cercado a cidade da Lapa durante alguns meses de 1894, escreveu sobre o encontro que teve com um monge nos arredores de Passo Fundo (RS): *O monge é moço ainda, figura simpática, ascética...* (DOURADO, 1896, p. 257). Reparem que o médico não deu nome ao monge, e sua descrição muito difere das anteriores que o apresentam como um sujeito por volta de 50 a 60 anos de idade. Então, quais conclusões podemos tirar destes testemunhos?

A princípio, nenhum estava se referindo a José Maria, o terceiro na lista de sucessão de monges e que morreria na batalha do Irani em outubro de 1912 marcando o início da Guerra do Contestado. As pessoas entrevistadas por Cabral acreditavam estar descrevendo o "verdadeiro" monge que há tempos peregrinara pelo planalto sul-brasileiro realizando curas e profecias, ensinando rezas e habitando lugares ermos como cavernas e alto de montanhas. E, assim como Ângelo Dourado, não o nomearam dizendo se chamar João Maria de Agostini ou João Maria de Jesus. Era simplesmente *monge*. Sendo assim, pelas descrições físicas, temos não um único homem sendo acreditado como *monge*, antes vários e atuantes de forma concomitante no tempo e no espaço. Portanto, entre 1893 e 1906 – e além desse tempo –, em uma região extensa que ia do Paraná até o Rio Grande do Sul, tivemos considerável número de andarilhos com comportamento e aparência similares sendo chamados ou confundidos com o *monge*. Porém, não é possível deixar de mencionar o depoimento da Sra. Maria Cordeiro Pacheco, moradora de Três Barras (SC), que afirmou não reconhecer o *monge* nas fotografias que dele corriam na região (*apud* CABRAL, 1960, pp. 166-167).

Ora, se uma devota do santo assegura que as fotografias não ilustram o *monge* que ela conheceu, temos novos e grandes problemas historiográficos a serem resolvidos. Quem é o sujeito das fotografias e como se deu o processo de reconhecimento dele com o santo popular "São João Maria"? Como concluiu Cabral (1960, pp. 171-172), não se tem certeza de que o indivíduo das fotografias é o *monge* João Maria, mas, com o tempo – e pela necessidade dos católicos em ter imagens de santos para venerar – ganhou credibilidade em todo o sul do Brasil e foi aceito como tal. Para os objetivos deste artigo não me atreverei em continuar as análises, mas ficam apontadas as questões que necessitam ser respondidas.

Considerações Finais

Um dos maiores desafios que o pesquisador pode enfrentar ao tentar desvendar a identidade histórica dos *monges* que sucederam ao primeiro é a carência atual de documentos que os identifiquem pelo nome e não pelo epíteto que ganharam. Enquanto João Maria de Agostini de fato era o nome do pioneiro dos *monges* no Brasil, os outros perderam o nome de batismo passando a adotar o pseudônimo famoso. Portanto, onde iremos encontrar referências sobre Anastás Marcaf, o suposto nome do segundo monge? E de Miguel Lucena de Boaventura, mais conhecido por *monge* José Maria de Santo Agostinho? Talvez em arquivos localizados nas pequenas cidades do interior do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul? E nestes arquivos, que tipos de documentos poderiam fazer menção a eles? Isso, claro, se acreditarmos que os nomes “reais” dos ditos *monges* são mesmo Anastás Marcaf e Miguel Lucena de Boaventura.

Outra barreira para o sucesso da empreitada reside em uma grande e significativa diferença de comportamento entre o primeiro *monge* e seus seguidores das décadas seguintes: João Maria de Agostini, o eremita italiano, apresentava-se seguidamente às autoridades brasileiras – bispos, párocos, delegados, governos provinciais – buscando documentos que regularizassem a condição de estrangeiro no território do Império. Isto gerou boa quantidade de fontes históricas que auxiliou na identificação do indivíduo histórico e não tanto do eremita transformado em santo pela crença popular. Em relação aos outros, constatei que havia uma atitude de afastamento das autoridades, como que imbuídos do pensamento de que quanto mais longe estivessem do poder, mais sucesso teriam entre o povo simples do interior.

Para o pesquisador de fontes escritas, o distanciamento dos outros *monges* em relação às autoridades imperiais e republicanas é o maior responsável pela atual defasagem de documentos. Contudo, esta mesma carência não se observa quanto às fontes orais, pois a proximidade dos *monges* ao povo do planalto meridional do Brasil fez com que se produzissem depoimentos em abundância, preservados ao longo das gerações perfazendo uma herança imaterial de incomensurável importância. Mas para quem tem por objetivo chegar aos sujeitos históricos, os homens de “carne e osso” que se esconderam sob o manto do “monge santo”, as fontes orais, ainda hoje presentes no sul brasileiro, são de valia limitada, necessitando o pesquisador encontrar documentos escritos para realizar comparações.

Referências bibliográficas

AURAS, Marli. *Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla*. 2ª ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 1995.

BELÉM, João. *História do município de Santa Maria - 1797-1933*. 3ª Ed. Santa Maria, RS: Ed. da UFSM, 2000 (1ª Ed. de 1933).

BELTRÃO, Romeu. *Cronologia histórica de Santa Maria e do extinto município de São Martinho: 1787 - 1930*. 2ª ed. Canoas, La Salle, 1979 (1ª Ed. de 1958).

CABRAL, Oswaldo R. *João Maria: interpretação da Campanha do Contestado*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.

CHÂTELIER, Louis. *A Religião dos pobres: as missões rurais na Europa e a formação do catolicismo moderno*. Séc. XVI - XIX. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

DELUMEAU, Jean. *O Pecado e o Medo: A culpabilização no Ocidente (séculos 13-18)*. 2 volumes. Tradução de Álvaro Lorencini. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

- DERENGOSKI, Paulo Ramos. *O desmoronamento do mundo jagunço*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1986.
- DOURADO, Ângelo. *Voluntários do Martírio: narrativa da Revolução de 1893*. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1977 (fac-símile da edição de 1896).
- ESPIG, Márcia Janete. *A presença da gesta carolíngia no movimento do Contestado*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.
- ESPIG, Márcia Janete; MACHADO, Paulo Pinheiro (Orgs.). *A Guerra Santa revisitada: novos estudos sobre o movimento do Contestado*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.
- FACHEL, José Fraga. *Monge João Maria: recusa dos excluídos*. Porto Alegre; Florianópolis, Editora da UFRGS; Editora da UFSC, 1995.
- FILATOW, Fabian. *Do sagrado à heresia: o caso dos monges barbudos (1935-1938)*. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.
- FORTES, João Borges. "Santa Maria da Boca do Monte, cidade e município". In: AZAMBUJA, Graciano A. de. *Anuário Rio Grandense*. Porto Alegre: Krahe & Cia, 1902, pp. 155-162.
- GAJANO, Sofia Besch. "Santidade". In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (Orgs.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Vol. II. Bauru, SP: EDUSC, 2006, pp. 449-463. Tradução do verbete: Eliana Magnani.
- GALLO, Ivone Cecília D'Avila. *O Contestado: o sonho do milênio igualitário*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1999.
- GAY, PE. João Pedro. "História da República Jesuítica do Paraguai, desde o descobrimento do Rio da Prata até os nossos dias, ano de 1861". RIHGB, Tomo 26, 1863. (Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=19>)
- GÉLIS, Jacques. "O Corpo, a Igreja e o Sagrado". In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. *História do Corpo*. Vol. 1 - Da Renascença às Luzes. Trad. Lúcia M. E. Orth. Revisão de tradução Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, pp. 19-130.
- GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GOES, César Hamilton Brito. *Nos caminhos do Santo Monge: religião, sociabilidade e lutas sociais no sul do Brasil*. Tese de doutorado em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- GORNISKI, A. *Monges: Vidas, milagres, histórias, lendas*. 4ª ed. Lapa, PR: Nossa Senhora Aparecida, 2005.
- HOORNAERT, Eduardo. *Formação do catolicismo brasileiro 1550-1800*. Ensaio de interpretação a partir dos oprimidos. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1974.
- KARSBURG, Alexandre. *O Eremita do Novo Mundo: a trajetória de um peregrino italiano na América do século XIX (1838-1869)*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro - PPGHIS, 2012.
- LACARRIÈRE, Jacques. *Padres do Deserto: homens embriagados de Deus*. 2 ed. Tradução Marcos Bagno. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- LE GOFF, Jacques. "As ordens mendicantes". In: BERLIOZ, Jacques (Org.). *Monges e religiosos na Idade Média*. Lisboa, Portugal: Terramar, 1994, pp. 227-241.
- LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial: a trajetória de um exorcista no Piemonte no século XVII*. Rio de

Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. "Representações da cura no catolicismo popular". In: ALVES, Paulo César; MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Saúde e Doença: um olhar antropológico*. Rio de Janeiro: Editora da FIOCRUZ, 1994, pp. 57-71.

MONTEIRO, Duglas Teixeira. *Os errantes do novo século: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1974.

PIMENTA, Tânia Salgado. "Terapeutas populares e instituições médicas na primeira metade do século XIX". In: CHALHOUB, S. et al. *Artes e ofícios de curar no Brasil*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003, pp. 307-330.

PEREIRA DE QUEIRÓZ, Maria Isaura. *O Messianismo - no Brasil e no mundo*. São Paulo: Dominus Editora - Editora da Universidade de São Paulo, 1965.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Messianismo e Conflito Social (A Guerra Sertaneja do Contestado: 1912-1916)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SERPA, Élio Cantalício. *A Guerra do Contestado (1912-1916)*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

SILVEIRA, Hemetério José Velloso da. *As Missões Orientais e seus antigos domínios*. Porto Alegre, ERUS, 1979 (1ª edição de 1909).

SOUZA, Fredericindo Marés de. *O presidente Carlos Cavalcanti e a Revolta do Contestado*. Estante Paranista 29, Curitiba: Lítero-Técnica, 1987 (BN, Setor Obras Gerais, I-75, 4.40).

THOMÉ, Nilson. *Os iluminados: personagens e manifestações místicas e messiânicas no Contestado*. Florianópolis: Insular, 1999.

VAUCHEZ, André. "O Santo". In: LE GOFF, Jacques (Dir.). *O Homem Medieval*. Lisboa: Editorial Presença, 1990, pp. 211-230.

----- *A espiritualidade na idade média ocidental: séculos VIII a XIII*. Tradução Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

WITTER, Nikelen Acosta. *Dizem que foi feitiço: as práticas de cura no sul do Brasil (1845 - 1880)*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2001.

XAVIER, Regina. "Dos males e suas curas: práticas médicas na Campinas oitocentista". In: CHALHOUB, S. et al. *Artes e ofícios de curar no Brasil*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003, pp. 331-354.

OSWALDO RODRIGUES CABRAL: DA MEDICINA À ANTROPOLOGIA EM SANTA CATARINA

Anamaria Beck

Anamaria Beck é doutora em Ciências Sociais pela USP e Livre docente em Antropologia pela UFSC. Atualmente aposentada, trabalhou com Arqueologia e posteriormente dedicou-se aos estudos de comunidades pesqueiras e à inserção das mulheres nessa atividade.

OSWALDO RODRIGUES CABRAL: DA MEDICINA À ANTROPOLOGIA EM SANTA CATARINA

Anamaria Beck

Introdução

É sempre um prazer poder voltar ao museu e falar daquelas coisas que a gente gosta. E falar em Cabral é sempre uma alegria. Eu tenho particularmente uma dívida com ele, a que eu vou referir no momento certo, mas eu acho que é muito interessante nós começarmos a pensar o porquê da criação do museu a partir da formação acadêmica do Dr. Cabral. Ele era médico, como muitos antropólogos no Brasil, como, por exemplo, Dr. José Loureiro, no Paraná.

Havia na época a Faculdade Nacional de Filosofia com alguns luminais que escreveram algumas das notas importantes da história do Brasil, como a lida Leite Linhares, José Boiteux... mas as pessoas que não tinham, vamos dizer assim, uma formação específica acadêmica na área que chamaríamos hoje de Ciências Humanas foram autodidatas.

O Dr. Cabral teve uma experiência muito interessante, pois era membro da Comissão Catarinense de Folclore, uma instituição ligada à Comissão Nacional de Folclore que reunia exatamente pessoas com essa formação autodidata, ou porque tinham feito Direito, ou porque tinham feito Medicina, ou porque eram engenheiros, inclusive. Ele se relacionou com pessoas muito interessantes desse grupo, por exemplo, Dante Laytano no Rio Grande do Sul, José Loureiro no Paraná, Paulo Duarte em São Paulo, Manoel Diegues Júnior no Rio de Janeiro e pelo Nordeste afora, Câmara Cascudo no Rio Grande do Norte, Renato Almeida e, é óbvio, Egon Shaden, Maria Isaura Pereira de Queiroz, enfim, todo esse pessoal que estava fazendo a organização desses estudos, começando esses estudos no Brasil. Em termos de Antropologia produzida no Brasil, acho que tinha o livro do Fernando de Azevedo *Introdução à Antropologia Brasileira*, tinha o livro de Manoel Diegues Júnior que chamava *Regiões Culturais do Brasil* e que eram as bíblias dos cursos de Antropologia, afora as traduções de autores americanos em espanhol que nós conseguíamos ler.

É importante assinalar que o Dr. Cabral era catedrático de medicina legal na Faculdade de Direito, que já era federal. Aliada a esse interesse que ele tinha por História, por Folclore, ele tinha uma ampla formação autodidata através de leitura. Eu lembro de ele me contar uma vez que quando o governador Aderbal Ramos da Silva foi à Europa ele pediu que ele comprasse uma coleção de livros de antropólogos franceses. É interessante isso porque ele tinha um enorme interesse e uma visão do que acontecia internacionalmente na Antropologia, em Florianópolis na décadas de 40, 50. Isso é muito interessante porque quando a Faculdade de Filosofia foi criada em quem é que se pensou para ser o antropólogo? Um historiador? Não, um médico. Porque era um médico que tinha produção em História e que tinha produção em Folclore. E mais, ele publicava não só no Brasil como também no exterior. Tem até uma história muito engraçada que ele me contou, uma vez saiu um artigo, ele era deputado estadual, e saiu um artigo dele publicado em uma revista de Folclore do Porto. Bom, o Dr. Ylmar Correia, pai do falecido Carlos Umberto, também era deputado. O Dr. Cabral da UDN e o Dr. Ylmar do PSD. Sai a publicação, o Dr. Ylmar Correia ocupa a tribuna e, após diversos elogios, vira-se para o Dr. Cabral e diz: "Porque o senhor que é conhecido daquém e dalém mar...". O Dr. Cabral vira-se e agradece, e então ele finaliza "do lado de cá e do lado de lá da ponte!" O Dr. Cabral contava isso rindo muito, porque os dois, embora fossem de partidos políticos opositores, e quase em guerra - aqui em Santa Catarina PSD e UDN era praticamente uma guerra -, na verdade os dois eram pessoas cultas, educadas e médicos ambos e que tinham uma troca intelectual, de conhecimento e de amizade que era muito grande.

É muito interessante também que essa polarização PSD x UDN influenciou muito na formação da Universidade Federal de Santa Catarina, porque à época era governador o Jorge Lacerda, eleito pela UDN, e o presidente da república era o Juscelino Kubitschek, cujo representante, digamos assim, a pessoa mais ligada a ele em Santa Catarina era o deputado federal Leoberto Leal. A perspectiva do governador Jorge Lacerda, que era um homem extremamente culto, um poeta inclusive, era de criar uma universidade estadual e, nisso, ele apoiava o projeto do Dr. Henrique Fontes. Por outro lado o Juscelino Kubitschek tinha um projeto, que não sei se dele ou do ministro de educação da época, de disseminar universidades, pelo menos uma em cada estado, universidades federais, e o sustentáculo, vamos dizer assim, dessas universidades e o grande projeto era a formação de professores. Por isso, faculdades de filosofia, ciências e letras com bacharelado e licenciatura para a formação de professores para ensino de ginásio, científico, normal e etc. Muito bem, os dois projetos aqui em Santa Catarina, e agora? Vamos montar como duas universidades, uma estadual e uma federal? A estadual tinha a grande vantagem de ter o terreno, porque o governo do estado já havia se comprometido com essa fazenda, que era uma fazenda de um projeto de gado leiteiro chamada Fazenda Assis Brasil. O projeto da federal não tinha terreno, mas tinha dinheiro, então a coisa meio que entrou num impasse, porque uma tinha o terreno e a outra o dinheiro. Resultado: prevaleceu o bom senso e resolveram criar uma universidade federal com o terreno cedido pelo governo do estado. Criou-se então a Universidade de Santa Catarina, instalada em 1962. Nesse meio tempo, nós já estávamos instalados aqui na Trindade, no meio do lamaçal, nós e mais ninguém. Volta e meia uma cabeça de gado que passava por aí.

O mais interessante era a persistência com que o Dr. Cabral se dedicou a esse projeto. Quando alguém dizia que a Trindade era longe ele dizia "Mas nessa cidade tudo que fica do outro lado da Figueira é longe". Ele não admitia que alguém dissesse que este projeto não podia avançar porque era longe. Era longe em termos, né? Porque não tinha estrada asfaltada, a estrada da Trindade era um pouco mais que carroçável, mal e mal passava um ônibus. As duas avenidas que tinham aberto aqui no campus realmente não tinha a menor condição. Tinha dias que nem o ônibus entrava, nós tínhamos que vir pela lama pra assistir aula! A coisa era terrível, mas ele jamais abriu mão da perspectiva de instalar a universidade nesse *campus*. E, com isso, ele influenciou muito o reitor indicado na época, que era o Dr. Ferreira Lima.

No processo de construção da universidade o Dr. Cabral percebeu que havia uma possibilidade de construir uma instituição ligada justamente à área dele, ele era um antropólogo, autodidata, mas era um antropólogo, ele tinha postura de antropólogo como poucas vezes eu vi em um profissional de antropologia. E ele começou então junto com o professor [Walter] Piazza, que era o professor da cadeira; naquela época tudo era cadeira, cadeira e catedrático; cadeira de Etnografia Geral e do Brasil, os dois começaram a pensar então nesse projeto. Começou então o que de certa maneira não foi programado, mas começou a se desenrolar numa perspectiva que era a criação dessa instituição, uma seleção de alunos, e o Silvio [Coelho dos Santos] foi o primeiro. O Silvio vai para o Museu Nacional, volta cheio de ideias e senta com o Cabral e os dois começam a discutir. Agregados a esse projeto estavam também o Marcílio Dias dos Santos, eu e a Giralda. Fomos os quatro primeiros a sair. O Marcílio foi para o México, eu fui para o Rio e depois a Giralda foi para o Rio também. Nesse processo, a grande preocupação do Dr. Cabral era ter pelo menos ter um especialista em cada área. Então ele queria um arqueólogo. O Silvio já era antropólogo, e quando o Silvio chegou e trouxe a novidade da Antropologia Social, ele dizia para o Silvio "tu não és um antropólogo, tu és sociólogo!". E o Silvio ficava ofendido, porque o Silvio sempre foi um antropólogo, ele respirava Antropologia, e o Dr. Cabral brincava com ele e dizia "o que tu faz é Sociologia". Porque a vertente antropológica do Dr. Cabral sempre foi o culturalismo e todos os autores dessa linha funcionalista tinham essa visão bem direcionada teoricamente.

Esse processo foi o processo que vai se dar concomitante com o início da ditadura no Brasil. E ficou uma coisa muito complicada, porque tudo ficou amarrado a uma legislação, a uma fiscalização, a uma segurança que às vezes travava um pouco. Aí que eu entro e que tenho a grande dívida com o Dr. Cabral. Eu participava do movimento estudantil, era bastante ativa, era da direção do centro acadêmico, concorria às eleições pra direção da UCE e, é claro, quando a bomba estourou, nunca fui presa, nunca me denunciaram, mas também não estava assim aquela limpeza toda. O diretor da faculdade chegou para o Dr. Cabral e aconselhou que ele me dispensasse: "tu deve dispensar a Anamaria, ela é

subversiva, ela é comunista". Eu nem era, mas o Dr. Cabral me chamou e perguntou se fui acusada de alguma coisa. "Até agora não". "Então vamos continuar". Nunca me cobrou absolutamente nada das minhas posições políticas, nunca disse não participe, não faça, nunca! Só dizia vamos continuar. Continuei no estágio, fui para o Rio e fiz o meu estágio no Museu Nacional. Aquela pessoa brincalhona, mas ao mesmo tempo exigente, ele tinha esse caráter que eu vejo como íntegro. Ele era da UDN, a UDN estava participando furiosamente do processo do golpe, da ditadura, tudo isso, e ele manteve o compromisso que tinha comigo. Eu era uma estudentezinha de terceiro ano, não tinha nada, nunca tinha escrito nada, nunca tinha publicado nada, não tinha feito doutorado, não tinha feito coisa nenhuma, e ele manteve o compromisso que tinha comigo, por isso eu sempre tenho pelo Dr. Cabral não uma lembrança grata, mas uma lembrança de muito respeito, porque gratidão a gente sente, mas respeito por uma pessoa que mantém posições mesmo quando há diversidade, ele pode simplesmente desistir, "olha você tá fora, você compromete o projeto", mas não, jamais aconteceu. E isso depois se repete, quando eu estava para ser contratada e fui acusada de ter sido incluída na lei de segurança nacional. Ele me chamou de novo e perguntou "você foi processada pela lei de segurança nacional?" Eu disse "não, não fui, isso eu tenho certeza" e ele disse "me consiga o documento comprovando isso". É incrível, eu tenho esse documento expedido pelo exército do Paraná, documento desse tamanho, uma folha inteira dizendo que eu jamais fui processada pela lei de segurança nacional. Devo ser a única pessoa no Brasil que tem um documento desses, mas o diretor da faculdade exigiu que eu comprovasse que não tinha sido processada. É uma coisa incrível, ele por duas vezes que foi cobrado, e manteve a posição e me manteve no projeto. Isso é importante, né? Isso fala muito sobre a dignidade e a integridade de uma pessoa.

Bom, o projeto do museu então começa a deslanchar. O Dr. David, que era o reitor, compra a ideia, e o Dr. Cabral diz "eu quero a baía! Quero a baía reformada". Aí ele senta com os arquitetos que já estavam contratados pela universidade (O Felipe Gama D'Eça, na época, depois outros entraram) e faz o projeto do museu. Ele fez o projeto, e era isso que a Sara Regina dizia, todo dia de manhã eu chegava lá, a gente tomava um cafezinho e ele dizia "Anamaria, vamos ver as obras", porque o Silvío dava aula e eu não dava aula. A gente vinha e ele dizia: "Essa parede está fora do lugar", e mandava desmanchar e fazer no lugar que tinha que ser. A participação dele na construção do museu não foi apenas da perspectiva intelectual, profissional, não foi apenas na preocupação de constituir o grupo, de achar, isso é muito interessante também, ele procurava lugares, centros de formação diferentes, não foi todo mundo do Museu Nacional, fomos eu, o Silvío e o Marcílio, que depois foi para o México. A Zeca [Maria José Reis] já foi para o Goeldi, o Luis Carlos para a USP. Essa preocupação do Dr. Cabral de que houvesse uma formação diversificada do pessoal era muito importante porque na verdade ele poderia ter dito "olha, o pessoal da arqueologia vai para tal lugar, o da antropologia social vai para tal lugar" e resolvia, era assim, ele era o catedrático. Não, ele fez questão de que nós tivéssemos cada um de nós uma formação numa instituição que tivesse credibilidade e que tivesse, vamos dizer assim, uma marca própria. Acho que isso foi importante porque abriu o instituto, à época, para várias instituições no Brasil, nós passamos a conhecer pessoas das várias instituições e começamos também a dar notícia da nossa instituição. Todos os pesquisadores que vinham a Florianópolis procuravam o Dr. Cabral porque e o Henrique Fontes, porque era a informação que se tinha. Primeiro porque o livro do Dr. Cabral [Santa Catarina - história, evolução] que saiu na coleção Brasileira [Companhia Editora Nacional], publicado na década de 30, era o que se conhecia, era a informação que se tinha sobre Santa Catarina publicada numa coleção de alcance nacional. Depois, o Dr. Cabral escreveu sobre o Contestado, logo Maria Isaura de Pereira Queiroz foi para a casa do Dr. Cabral, não é? E assim ele também conseguiu estabelecer relacionamentos que foram importantes para a construção dessa instituição. Pessoas que se não apoiaram fisicamente, mas faziam referência, "olha, em Santa Catarina tem o Instituto de Antropologia dirigido pelo Cabral", e com isso foram se criando esses outros relacionamentos com as outras instituições do Brasil.

O Dr. Cabral era uma figura polêmica, ele tinha rompantes, e quando ele tinha um rompante, era cada um na sua mesinha e vamos esperar passar, porque ele era brabo. Vocês imaginem o poder do Dr. Cabral, porque a gente não estava à disposição da Universidade, a gente estava à disposição da cadeira de Antropologia da Faculdade de Filosofia. Quem tinha que prestar contas sobre o que nós fazíamos era o Dr. Cabral, não era o reitor, esse era o poder, era a antiga estrutura universitária, o catedrático, seus assistentes, seus estagiários. Era toda uma estrutura que até hoje eu tenho dificuldade

de entender, embora tenha vivido, porque era muito pouco democrática e muito representativa de uma estrutura social que apoiava esse tipo de organização universitária. E foi graças a esse poder do Dr. Cabral que se criou essa instituição, ele queria trazer um professor de São Paulo, ele passava a mão no telefone "David (o reitor), estou precisando trazer...". Ofício, passagem, hotel... e o professor vinha, não que isso fosse aleatoriamente, claro, tinha um planejamento anual, nós nos reuníamos, sentávamos, quem vamos chamar, qual é a área que precisa mais, mas na verdade era esse poder dele que nos permitiu trazer muita gente. Algund vieram com financiamento próprio. Nós acompanhávamos e todos fomos financiados ou pela universidade, ou pela Capes, com a assinatura dele.

Eu vejo a participação do Dr. Cabral como importante não só para a criação do museu, mas para a criação de uma mentalidade na universidade que se pautou pela objetividade acadêmica, pela seriedade científica, enfim, uma estrutura de trabalho. Nós, por exemplo, trabalhávamos das 8h ao meio-dia, das 14h às 18h e não tinha conversa, ninguém ganhava dedicação exclusiva e era das 8h ao meio-dia, das 14h às 18h, sem conversa. Tínhamos condições de trabalho bastante boas? Tínhamos. Tínhamos sala, a parte física era bem atendida, mas era uma bela de uma cobrança, e isso foi muito importante na universidade. Lamentavelmente com a reforma universitária o Instituto foi transformado em museu porque ninguém sabia onde encaixar. Não entendo porque em vez de se criar um museu não se criou logo um departamento de Antropologia, que era o que cabia, mantendo, aí sim, o museu junto ao departamento, coisa que pensei em fazer quando fui diretora de centro. Mas ia ser uma guerra que não estava com disposição de enfrentar quando fui diretora. Mas é essa a perspectiva que eu quero passar em relação ao Dr. Cabral, essa postura íntegra no que se refere à questão política, no respeito inclusive pela minha posição, coisa hoje é muito pouco praticada. E essa seriedade no que se refere à produção acadêmica, à constituição e à produção acadêmica.

PROFESSOR OSWALDO RODRIGUES CABRAL, UM CONSTRUTOR DA UFSC - ALGUMAS REMINISCÊNCIAS

Gerusa Maria Duarte

Gerusa Maria Duarte possui graduação em Geografia Bacharelado pela Universidade Federal de Santa Catarina (1964), graduação em Geografia Licenciatura pela Universidade Federal de Santa Catarina (1965), mestrado em Geociências pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1975) e doutorado em Geociências (Geologia Sedimentar) pela Universidade de São Paulo (1995). Atualmente é professor titular da Universidade Federal de Santa Catarina. Tem experiência na área de Geociências, com ênfase em Geologia e Geomorfologia do Cenozóico, atuando principalmente nos seguintes temas: recursos hídricos, geomorfologia, geologia sedimentar do Cenozóico, sedimentologia.

PROFESSOR OSWALDO RODRIGUES CABRAL, UM CONSTRUTOR DA UFSC - ALGUMAS REMINISCÊNCIAS

Gerusa Maria Duarte

Introdução

Estas reminiscências são resposta ao convite da diretora do Museu de Arqueologia e Etnologia-MARQUÊ, professora, antropóloga, Dra. Sônia W. Maluf, para falar sobre o professor Dr. Oswaldo Rodrigues Cabral. Esclareço que tratarei apenas de alguns aspectos das suas atividades como professor, pesquisador e administrador.

Parabenizo a mesma direção pela realização da seqüência de apresentações em 2013, ao lado de depoimentos, debates, na comemoração dos 110 anos de nascimento do professor Cabral e muito agradeço a lembrança e a deferência a mim dirigidas.

Um cientista e administrador ímpar

O professor Dr. Oswaldo Rodrigues Cabral sempre vai ser merecedor desta homenagem e de outras que se fizer por ele merecer e por nosso dever, por ter sido um homem ímpar, idealizador e executor da criação do Instituto de Antropologia. Este foi um importante marco no desenvolvimento da antropologia na Universidade Federal de Santa Catarina e no sul do Brasil, e por que não dizer, neste país, uma vez que muitos foram os que nele estagiaram vindos de vários estados, desde o Pará até o Rio Grande do Sul.

Também foi ele um esteio da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal de Santa Catarina, como primeiro diretor da mesma. A Universidade Federal de Santa Catarina foi criada pelo governo de Juscelino Kubitschek através da Lei nº 3.849, de 18 de dezembro de 1960, com o nome de Universidade de Santa Catarina, constituída por sete Faculdades, uma das quais na qualidade de agregada (Faculdade de Serviço Social), e, uma Escola de Engenharia Industrial. Uma delas, a Faculdade Catarinense de Filosofia que fundada em setembro de 1954 teve o início de suas atividades em março de 1955, cujos respectivos Decretos de fundação e instalação foram publicados muitos anos após. Foi o fundamento da própria Universidade, uma vez que esta Faculdade se constituía na pedra basilar para a criação de uma Universidade. Na nova estrutura foi adequado o seu título para "Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras".

Esta faculdade foi a primeira a se estabelecer no campus Universitário da Trindade, numa edificação nova, de dois pisos, a metade do que hoje é o edifício mais antigo do Centro de Comunicação e Expressão. Dessa maneira essa direção teria e teve que fazer frente a todos os ônus e dificuldades, gerados pelas condições daquele momento, isto é, fazer parte de uma Universidade, também a primeira de Santa Catarina, com uma nova estrutura e hierarquia porque era federal. Ainda, por situar-se distante do centro urbano de Florianópolis, onde estavam as demais unidades bem como a reitoria, e, essa conjunção resultava em situações novas que se estabeleciam para funcionários, alunos e professores. A direção era exigida de muitas maneiras porque era considerada a norteadora.

Dr. Cabral foi político de partido, era da UDN, porém, não era alienado e muito menos reacionário. Como filiado a este partido foi deputado estadual em dois períodos. No primeiro foi mem-

bro da Assembléia Constituinte (1947) e no segundo possivelmente foi presidente da Assembléia Legislativa durante o ano de 1954, abandonando a política pouco tempo após, centrando suas atividades no ensino, pesquisa e administração universitária. Era contra a ditadura que se instalou em 1964, portanto, não foi adesista como outros.

Seu grande respeito pelas mulheres explica algumas atitudes e, a tomada de posição no momento em que tinha um cargo administrativo, trouxe-lhe alguns rótulos incabíveis ainda mais ao considerar-se o contexto do início da década dos 60.

Pesquisador, professor

As suas atividades como pesquisador fundamentam sua história como professor, médico, escritor e administrador.

Como professor sua história se inicia já aos 16/17 anos de idade, em São Francisco e Joinville, depois de formado pela Escola Normal Catarinense, em Florianópolis, em 1919.

Sua formação em medicina foi completada aos 26 anos na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, depois de iniciar farmácia e medicina na Universidade do Paraná. Dois anos antes da formatura já publicava. Iniciou, portanto, muito cedo sua produção científica. Seu trabalho sobre *O ensino de higiene nas escolas públicas de Santa Catarina*, de 1927, alia ensino aos conhecimentos de medicina e demonstra as suas preocupações com escolas públicas e Santa Catarina. Tinha importantes metas e enxergava longe, muito à frente do seu tempo.

Suas atividades de pesquisador, escritor fluente, cuidadoso, iniciam então antes da década de 1930, e, ao considerar-se apenas a década de 1950 vê-se que produziu mais de três dezenas de trabalhos científicos. Chamam-me atenção seus livros sobre história de Santa Catarina. O primeiro na área escreve aos 32 anos (1935), com o título: "Santa Catarina - história, evolução", publicado pela Companhia Editora Nacional, Coleção Brasileira, em 1937. Este foi produzido quando retornando do Rio de Janeiro logo depois de colado grau, vai estabelecer-se como médico em Joinville onde clinica uns cinco a seis anos, vindo então para Florianópolis a convite. Outro, *A campanha do Contestado*, 2ª edição publicada em 1979, pela Editora Lunardelli. A primeira edição foi publicada pela Editora Nacional, São Paulo, em 1960, com o título *João Maria. Interpretação da Campanha do Contestado* demonstra profundidade e rigor científico, marcando um importante momento do espaço catarinense que se ampliava e melhor se definia. Um terceiro livro *História de Santa Catarina*, publicado em 1968, tão rico de informações sobre a história do estado, sua política e questões geográficas, é de leitura necessária pelos catarinenses.

Em 1941, publica na *Revista Cultura Política* do Rio de Janeiro, o artigo: *A vitória da colonização açoriana em Santa Catarina*. Há informações de ter sido republicado também em Florianópolis. Naquele momento o governo de Getúlio Vargas era pró-Alemanha nazista e apenas vai mudar de posição no segundo semestre de 1942. O governo estadual tornou-se de intervenção e os grupos de origem alemã e italiana ficaram sob severa ação repressora do Estado. O livro do professor Cabral, entretanto, informa a priori que Santa Catarina tem outras etnias formadoras como a forte origem açoriana, portanto, devendo a população catarinense ser mais bem vista e assistida.

Escreveu ainda ensaios, artigos como Oswaldo Rodrigues Cabral e outros trabalhos com pseudônimo. Egas Godinho (será um heterônimo montado?) é um deles. Há uma lista de suas publicações (mais de sessenta), que merecem ser recuperadas e reeditadas.

Conheci o professor Oswaldo Rodrigues Cabral, em março de 1962, como professor de antropologia cultural, possivelmente o primeiro professor de antropologia de Santa Catarina. Como dito era também diretor da nova Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, nova no nome, no *status*, com cursos se estruturando ou reestruturando, estabelecida no edifício solitário, rodeado pelo campo

aberto correspondente à antiga Fazenda Modelo Assis Brasil, fazenda de gado cuja área foi doada pelo Governo do estado para implantação das edificações da Universidade.

Eu cursava geografia e o currículo de então compreendia também as disciplinas antropologia cultural, antropologia física (cujo docente naquele momento era o professor Walter Piazza) e etnologia (ministrada pelo professor Sílvio Coelho dos Santos).

Tenho saudades do professor Cabral pelo estofado de intelectual, de erudito e marcante exemplo de representante, de alto nível, de uma Universidade.

Suas aulas eram excelentes, nos absorviam a todos, passavam rápidas, traziam muitos conhecimentos, derrubavam mitos, tabus e preconceitos. As disciplinas eram anuais. Tinha ele muita didática e era muito criativo. O primeiro e único que usava a projeção de *slides* - para alguns temas ou assuntos, como por exemplo, características físicas e culturais de alguns grupos humanos. Ficava então saliente que dentro de uma mesma cor de pele, havia diferenças físicas (de cabeças- olhos, narizes, lábios, cabelos; outras características corporais), mas também diferenças culturais. Ex: a estetopigia - era considerada em alguns grupos um padrão de beleza, em outros ela era também usada em épocas de fome quando a gordura era utilizada através de cânulas para alimentar os demais e, nos achados arqueológicos a interpretação de estatuetas femininas com o mesmo padrão físico era interpretado como um culto à fertilidade.

Nos trabalhos escritos como atividade extraclasse solicitava, por exemplo, a análise cultural de partes da Bíblia. Esta levava à verificação, à identificação que o texto tratava de grupos humanos que tinham uma história própria, seus costumes, tabus, mitos. Em resumo, era uma cultura do passado, isto é, muito distinta das do presente em muitos aspectos. Haja vista aqueles tão distintos em número populacional, forma de crenças, de situação política, econômica, geográfica, organização social, formas de vida sedentária e nômade. A reflexão que provinha da análise do texto levava à perda de tabus, de preconceitos e ampliava horizontes.

Como consequência de suas aulas, em mim a antropologia incorporou-se de tal maneira que não consigo entender como universitários quer professores, estudantes e mesmo funcionários, tenham quaisquer fundamentalismos, credences, tabus, preconceitos de qualquer tipo: político, religioso, "racial" e/ou outros, porque eles demonstram a ausência de conhecimentos, inadmissível em uma Universidade, em pesquisadores/educadores.

Era comumente sério, porém, com grande humor. Homem inteligente, de estatura intelectual ímpar, com visão ampla do futuro, e, determinado a participar da construção deste futuro em benefício de muitos, da antropologia, da arqueologia, do Estado de Santa Catarina. Mente efervescente.

Pleno de humor extraía este das situações do dia a dia, de situações próximas ou distantes. Contava alguma anedota ou analisava alguma situação e dávamos boas risadas. A gargalhada dele era forte e áspera de fumante.

Coerente com suas atividades e ensinamentos de antropologia não tinha preconceitos. Antropólogo com preconceito qualquer deixa de sê-lo.

A visão do pesquisador se expressa igualmente bem com a criação do Instituto de Antropologia. A idealização deste e toda a energia voltada para a execução do projeto dura anos uma vez que visou formar um corpo de pesquisadores que atuaria em vários campos da antropologia. Começa a chamar ex-alunos para que saíssem a ampliar suas formações em várias instituições brasileiras e voltar para colaborar nas atividades de pesquisa. É o meu caso, que ao terminar o bacharelado e a licenciatura em geografia fui convidada por ele e o professor Piazza, no final de 1965, para ir fazer um estágio de um ano, no Instituto de Geologia da Universidade do Paraná, sob a orientação do professor João José Bigarella. O estágio em geologia e geomorfologia do quaternário era para subsidiar os trabalhos de arqueologia. Entretanto, já em 1966 sou chamada para colaborar com as pesquisas do professor Wesley Hurt, do Smithsonian Institute, junto à professora

Anamaria Beck e professor Edson Araújo, num convênio com o Instituto. Estas pesquisas eram em sítios arqueológicos tipo Sambaqui na Ilha de Santa Catarina e no município de Laguna. Após meses de escavações retorno ao meu estágio em Curitiba permanecendo naquele Instituto por três anos, isto é, até início de 1969, com algumas idas e vindas para pesquisas arqueológicas com a equipe. Meu encaminhamento foi com maior peso exercido pelo professor Piazza, a quem sou grata, porque mantinha contato com o professor Bigarella.

Porém, embora gostasse muito de Arqueologia, professor Cabral organiza o Instituto de Antropologia cuja meta é produzir pesquisa em várias subáreas: antropologia social, arqueologia, antropologia cultural, antropologia física que já recebia o apoio do professor Edson Araújo, da odontologia, com tempo parcial no Instituto, e, outras dentro da grande área, tendo um suporte de funcionários. Dessa maneira havia sob sua orientação: marceneiros, motorista, secretário, pessoal de limpeza, técnico para atuar em laboratório, entre outros. O Instituto possuía um veículo novo Rural Willys para as pesquisas em campo. Estas ações coordenadas tinham como resultado publicação na Revista do Instituto que era chamada *Anais do Instituto de Antropologia*. Apenas um bom administrador teria essa visão de conjunto e aceitaria as idéias dos colaboradores, coordenando todas as etapas de instalação, crescimento, execução de pesquisas indo até a publicação dos resultados. Nas atividades de campo não recebíamos quaisquer diárias, porém, não tínhamos também gastos.

Talvez para não ser muito complicada, demorada e onerosa a construção de edificação própria, ele remodelou uma antiga cocheira da Fazenda Assis Brasil e nela estabeleceu o Instituto, que já funcionava em 1966, embora ainda não estando completamente terminado um dos Laboratórios. Entretanto, todo o material dos meses de escavações com o professor Wesley Hurt veio para este edifício do Instituto, logo após o retorno da equipe ou mesmo durante as escavações. O edifício do Instituto de Antropologia em dois níveis constituía-se de sala de aula/palestras/conferências, sala da direção, dois laboratórios bem organizados, sala dos pesquisadores, salas de mostras, secretaria, cozinha (café), banheiros.

Minha experiência no Instituto com o professor Cabral não foi muito longa ou de profunda amizade, mas, foi importante. Querem alguns retratá-lo negativamente, entretanto, nunca presenciei algo que o diminuísse. Afirmo as boas e importantes qualidades não por qualquer gratidão pessoal e sim porque nunca vivenciei situações de atrito ou quaisquer outras que o desabonassem. Ele não era nenhuma divindade, era bem humano. Um ser humano trabalhador, competente, com rumo, sério, com profunda noção da atividade científica de uma universidade e assim um grande realizador abrindo caminhos para muitos, ao lado do engrandecimento da própria UFSC.

Com a Reforma Universitária MEC-USAID, alguns com menor brilho e visão bloquearam o caminho do Instituto e da antropologia transformando-o em Museu de Antropologia que embora ainda importante não seria mais o centro de pesquisa delineado. O cerceamento aplicado levou o professor Cabral a aposentar-se.

Repito, tenho saudades do professor Cabral. A Universidade Federal de Santa Catarina poderia ter mais alguns do seu porte e consciência, que só a engrandeceriam e a colocariam num alto patamar condizente com a necessidade de crescimento do país. Em retribuição a um grande professor participante da construção desta Universidade no seu início, e, particularmente da antropologia, área importantíssima do conhecimento, um merecido Doutor "*Honoris Causa, Post Mortem*", poderia (deveria) ser outorgado ao professor Oswaldo Rodrigues Cabral. O departamento de antropologia poderia encaminhar a solicitação. Ele tem todo o mérito e merece o reconhecimento do corpo docente, discente e técnico administrativo da UFSC para muitos dos quais ele possibilitou e facilitou rumos profissionais. Ele quis na sua área, mas não apenas, fazer uma Universidade Federal de Santa Catarina grandiosa.

DA FAZENDA AO INSTITUTO: UM DEPOIMENTO

Sara Regina Poyares dos Reis

Sara Regina Poyares dos Reis é pesquisadora e professora aposentada da Universidade Federal de Santa Catarina, possui mestrado em História e possui experiência nas áreas de Arqueologia, História, Artes e Arquitetura. Autora e organizadora de diversos livros sobre a história catarinense.

DA FAZENDA AO INSTITUTO: UM DEPOIMENTO

Sara Regina Poyares dos Reis

Eu lembro que era pequena quando aqui ainda era Fazenda Assis Brasil. Todas as semanas eu e a minha tia vínhamos com o “*chauffeur*” contratado pelo meu tio [Oswaldo Rodrigues Cabral] para buscar leite, que vinham naqueles galões de metal, aquela coisa bem de interior. Eu lembro disso aqui desde os meus cinco ou seis anos (eu estou com sessenta e nove), de forma que eu tenho um certo *know-how* sobre a área.

Passou o tempo e quando esta área veio para a Universidade (não tinha nada ainda, só tinham passado no papel) eu vim passear de carro com o meu tio e minha tia e ele então ele deu uma parada na frente deste prédio e disse “aquilo ali é uma baía” ... “isso aqui eu vou transformar, se Deus quiser, em uma instituição científica que vou chamar de Instituto de Antropologia, já falei até com o [João David] Ferreira Lima”. Até a coisa acontecer demorou pra burro, mas começaram a fazer a restauração da baía e ele ficava aqui quase o dia todo vendo o que estavam fazendo. Discutia até por causa de um tijolo. Eu acho que ele praticamente bolou as divisórias...

Então começaram os convites para o pessoal de fora, para intelectuais, professores magníficos que vieram dar cursos aqui, sempre nesta sala. Aquele mapa mundi, que está aqui no início da escada, ele fez com trezentos mil rolos de papel higiênico (para fazer papel machê). Quase deixou a minha tia louca. Ele fez isso no porão da casa e acabava com todo o papel higiênico da casa. Às vezes não tinha papel no banheiro e tinha que sair correndo para comprar. Ele dizia que jornal era muito duro para trabalhar.

Isto aqui se transformou em um centro científico de nível internacional, veio gente do Brasil inteiro pra cá. Eu e Teresa Fossari ainda éramos estudantes. Nós estávamos no primeiro ou segundo ano de História quando veio o professor Wesley Hurt e nós fomos fazer uma escavação no sambaqui de Ponta das Almas quando ainda não tinha lá nenhum loteamento, não tinha nada. O professor Hurt foi realmente um figuraço. Eu lembro que eu estava grávida de sete meses, acorada no chão, sol a pino, só tinha um chapeuzinho e, com um pincel, limpava o esqueleto de um indiozinho. Aquilo era a minha paixão, eu estava deslumbrada. Então, o professor Hurt, que era um cara muito grande, completamente desligado, veio com uma botina enorme, olhando para trás, passou e destruiu o esqueletinho todo. Eu nunca vou esquecer aquilo! Infelizmente eu tive que desistir da carreira, porque o meu médico disse que eu tinha que escolher entre o filho que eu esperava e a arqueologia.

Então nós começamos a ter cursos magníficos: veio o professor Paulo Duarte, que deu quatro cursos aqui, e nós da História fazíamos todos os cursos oferecidos. Era impressionante. Eu tenho o meu currículo com os diplominhas dos cursos de todo mundo que veio aqui: o Roque de Barros Laraia, o Paulo Duarte, o Wesley Hurt... Uma vez vieram dois professores, dois arqueólogos do Museu do Homem de Paris. Eles não vieram dar curso, mas para conhecer os sambaquis daqui. E eu lembro que o pessoal do Museu do Homem ia lá em casa e o meu tio me obrigava a falar em francês com os dois. Bom, eles também não sabiam falar em português. Eu tinha pavor quando eles iam lá em casa, eles ficaram cerca de um mês. Meu tio os levou para Laguna para conhecer os sambaquis da região e eu lembro que um era baixinho e o outro era enorme.

Era uma época brilhante. Meu tio soube que havia réplicas de crânios dos homens pré-históricos na Alemanha e mandou buscar para os alunos terem acesso a isso. Hoje é até mais fácil, mas naquela época não era. Ele conseguia dinheiro porque de certa forma tinha intimidade com o doutor João David Ferreira Lima. Eu acho que hoje seria meio difícil. Nós ainda temos no Museu essas

réplicas que servem para as aulas. O Instituto tinha estagiários e o meu tio conseguiu bolsas de estudos para praticamente todos em São Paulo, para fazer especialização, mestrado, doutorado e tal.

Está faltando aqui a Sônia Ferraro Dorta. Ela também era da nossa turma de História e passou várias temporadas com os índios Bororo no Mato Grosso. Dormia em rede, obviamente, e de vez em quando aparecia uma cobra em cima da cabeça dela. Anos atrás, apareceram três índios Bororo na casa dela, em São Paulo. Foi uma época muito legal e nós éramos muito unidas. Eu digo "nós" mas eu não pertencia ao Instituto de Antropologia. Eu estava sempre aqui, então o meu tio dizia assim: "quer trabalhar? Não vai ficar aí assim. Se não tem o que fazer, vai trabalhar". Então, como não tinha bibliotecária para montar a biblioteca, lá fui eu. Nunca fui bibliotecária, mas organizei por assunto eu fui montando, pela lógica. Quando faltava o Hélio, que era o nosso servente, que fazia o cafezinho, o chazinho... (e o Oswaldo Cabral tinha uma mania de no inverno comprar aqueles caldos Maggi de carne e de frango e fazer o caldinho pra oferecer quente pra turma, era ótimo) quem fazia isso? Sarinha. Eu sei que foi uma época muito bacana.

Acho que a história do Instituto de Antropologia é uma história que tem que ser contada em um livro, porque é uma coisa rara. Aqui na Universidade você não vê acontecer uma coisa dessas, sabe? Foi uma época de ouro, foi muito legal. O Sílvio [Coelho dos Santos] continuou com os seus estudos sociológicos com relação aos indígenas. Nós pouco sabíamos sobre o indígena aqui de Santa Catarina. Outro pesquisador que veio aqui várias vezes, o Egon Schaden (antropólogo catarinense), era muito amigo do meu tio. Essa turma toda ia muito lá em casa. Eu morava com o meu tio, pois ele me criou. Às vezes eu tinha que aturar uns papos que não tinham nada a ver comigo mas eu me acostumei.

Pra saberem como ele era, quando eu tinha uns cinco ou seis anos, no domingo, ele me levava para o centro da cidade e parava o carro na rua Felipe Schmidt. Imaginem: no domingo na Felipe Schmidt não tinha uma alma. Ele pegava o Hudson dele, aquela baratona gigantesca, que cabia um fusca no porta malas, e saía comigo mostrando os edifícios. Claro que metade do que ele falava, eu não captava, pois eu tinha cinco ou seis anos, mas ele forçou a barra desde que eu era pequena e, graças a ele, eu sou o que sou hoje e me dedico ao que me dedico. Eu fiz História por causa dele e hoje se eu tivesse que começar tudo de novo eu cursaria História. Nunca ganhei dinheiro nenhum, a não ser como professora da UFSC. Eu nunca ganhei dinheiro nem com um livro, porque com o livro era o seguinte: você publicava mas não ganhava nada. Publiquei uns dezessete livros e começaria tudo de novo. Graças a isso também, as coisas dele não foram perdidas, porque se eu me interessasse por outra área, o que seria feito de todo aquele acervo de história dentro de casa? Hoje eu já estou me desfazendo, estou com quase setenta anos e fiz uma escolha, sei o que eu vou pesquisar daqui pra frente, o que eu vou precisar de livros daqui pra frente. Então estou doando as coisas raras, tudo está indo para o Instituto Histórico, porque acho que a gente sabe que enquanto tiver um velhinho ali dentro que preserve aquilo, aquilo vai funcionar, já tem 120 anos. Eu não tenho para quem deixar; o meu filho não se interessa por isso e meus netos não vão se interessar também, então eu prefiro doar para um órgão que vai preservar e vai servir para a cidade toda. Eu acho que é isso que é importante.

EDIÇÕES do BOSQUE



UFSC/CFH/NUPPE

Apoio:



Instituto Nacional de Pesquisas
BRASIL PLURAL

